

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE (PPGPACS)**

DISSERTAÇÃO

**ARQUIVO, MEMÓRIA E SEUS LUGARES: UM OLHAR SOBRE O ARQUIVO DA
UFRRJ A PARTIR DO DOCUMENTO E SUA PERSPECTIVA PATRIMONIAL**

DANIELE COSTA DA SILVA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE (PPGPACS)

ARQUIVO, MEMÓRIA E SEUS LUGARES: UM OLHAR SOBRE O ARQUIVO DA
UFRRJ A PARTIR DO DOCUMENTO E SUA PERSPECTIVA PATRIMONIAL

DANIELE COSTA DA SILVA

Sob orientação da Professora
Dr^a Raquel Alvitos Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Área de Concentração: Patrimônio Cultural: Memória, Identidade e Sociedade.

Nova Iguaçu, RJ
2019

306

S586a

T

Silva, Daniele Costa da, 1981-

Arquivo, memória e seus lugares : um olhar sobre o arquivo da UFRRJ a partir do documento e sua perspectiva patrimonial / Daniele Costa da Silva. - 2019.

157 f. ; il.

Orientador: Raquel Alvitos Pereira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade.

Bibliografia: f. 125 - 139.

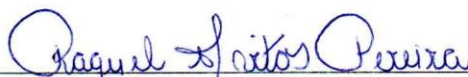
1. Memória coletiva - Teses. 2. Arquivos - Teses. I. Pereira, Raquel Alvitos, 1977. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE (PPGPACS)

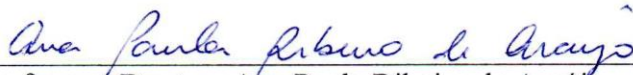
DANIELE COSTA DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do **Grau de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Área de concentração: Patrimônio Cultural: Memória, Identidade e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 12/08/2019



Professora Doutora Raquel Alvitos Pereira – Orientadora
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPACS -UFRRJ)



Professora Doutora Ana Paula Ribeiro de Araújo – Examinadora interna
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPACS - UFRRJ)



Professor Doutor Claudio Antônio Santos Lima Carlos – Examinador interno
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPACS - UFRRJ)



Professor Doutor José Valter Pereira – Examinador interno
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDUC -UFRRJ)



Doutora Lucina Ferreira Matos – Examinadora externa
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Nova Iguaçu, RJ
2019

AGRADECIMENTOS

Dedico meus agradecimentos a DEUS por ser essencial em minha vida, meu guia e socorro e a Virgem Maria por estar sempre a minha frente, me conduzindo.

A meu pai José Carlos (*In memoriam*), meu anjo no céu, por todo incentivo dado em vida e por sempre ter acreditado em mim e a minha mãe Alcinéia, por ser meu consolo e abrigo, porto seguro, pois sem eles este trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam.

Ao meu esposo, todo amor, carinho, dedicação e paciência e a meu filho Rafael, todo amor desse mundo, minha razão de viver, de lutar e de ser forte.

A família PPGPACS e aos amigos que fiz: Tatiane, Simone, Louise, Marcelo, Cíntia, Priscila, Cleivison, Vanessa, Mayara, Luciane, Pedro, Joana, Cintia Sada, Karla, Tatiana, Mestre Paulão e Jefferson, gratidão por todo conhecimento compartilhado.

A minha família, parentes e irmão, gratidão por existirem em minha vida.

Aos mais que amigos, anjos do Senhor: Daniele, Olímpio, Bruna, Thiago, Michele, Alessandra, Fabiana, Camila, Roberta, Mônica, Ellen, Edvaldo, Cíntia, Grace, Wallace e tantos outros que posso não ter citado aqui, mas que estão no meu coração.

Ao meu amigo e irmão Carlos Eduardo (DUDU), toda gratidão, por sua amizade e dedicação em comprar os livros que eu precisava para esse estudo.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por me acolher nesta casa que hoje faço parte do quadro de servidores e por me propiciar utilizá-la como objeto de estudo.

À Carlos Alberto Gomes da Rocha (*In memoriam*), gratidão por ter compartilhado e revelado em vida, suas memórias e ensinamentos sobre o objeto de estudo dessa pesquisa.

À equipe da SAPG – Seção de Arquivo e Protocolo Geral, por todo desempenho e dedicação em fazer o melhor para que nossa seção funcione de forma adequada.

Aos professores, Flanklin Leal, Ana Paula, Mônica, José Maria Jardim, Maria Odila (*In memoriam*), Márcia Heloísa, Cláudio Antônio, fontes de inspiração e admiração.

A professora e orientadora Raquel Alvitos, toda paciência e dedicação com esta aluna.

Ao Professor Júlio Sampaio, gratidão por toda sua ajuda e motivação em cada aplauso que dava em sala de aula, quando eu chegava cansada e atrasada, com um barrigão de uma gestação de risco e mesmo assim não abandonei o barco, obrigada por seu incentivo.

A secretária Luciana, por todo o seu trabalho e dedicação a este Programa de Pós-Graduação.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001" "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Finance Code 001"

“[...] o arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental” (RICOEUR, 2007, p. 177).

RESUMO

SILVA, Daniele Costa da. **Arquivo, memória e seus lugares: um olhar sobre o arquivo da UFRRJ a partir do documento e sua perspectiva patrimonial**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Instituto Multidisciplinar - Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019. p.157.

O Arquivo da UFRRJ constitui-se como objeto de estudo desta pesquisa que se volta para a percepção deste arquivo em sua dimensão de memória, mas, sobretudo, a partir do documento e de sua perspectiva patrimonial. Toma-se o Arquivo da UFRRJ, em diálogo com seu acervo, com vistas a mapear o potencial de suas dimensões para a apreensão de elementos constitutivos de gestão pertinentes a uma valoração mais adequada e útil do Arquivo. Caracteriza-se, assim, o Arquivo da UFRRJ desde sua formação, a fim de recuperar sua historicidade e, mostrar os limites do potencial desse acervo, os desafios de valorização do mesmo como bem cultural, a partir do diálogo com a perspectiva patrimonial, tomando como referencial a dimensão da gestão e privilegiando seus instrumentos. O objetivo desse trabalho é, portanto, demonstrar a relação memória e arquivo no seu contexto informacional, como instrumento de construção e transmissão de memórias coletivas.

Palavras - chave: Arquivo; Bem Cultural; Gestão; Memória; Patrimônio Documental.

ABSTRACT

SILVA, Daniele Costa da. **Archive, memory and their places: a look at the file of the UFRRJ from the document and its patrimonial perspective.** Dissertation of Master in Heritage, Culture and Society - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, Nova Iguaçu, 2019. p. 157.

The UFRRJ Archive is the object of study of this research that turns to the perception of this archive in its memory dimension, but, above all, from the document and its patrimonial perspective. It takes the UFRRJ Archive, in dialogue with its archive, in order to map the potential of its dimensions for the apprehension of management constitutive elements pertinent to a more adequate and useful valuation of the Archive. Thus, the UFRRJ Archive has been characterized since its formation, in order to recover its historicity and, to show the limits of the potential of this collection, the challenges of valuing it as a cultural asset, from the dialogue with the heritage perspective, taking as a reference the dimension of management and privileging its instruments. The aim of this paper is therefore to demonstrate the relation memory and archive in their informational context, as an instrument of construction and transmission of collective memories.

Keywords: Archive; Cultural good; Management; Memory; Documentary Heritage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – O ARQUIVO DA UFRRJ: O OLHAR QUE LHE CABE	20
1.1 As “instituições memória” na contemporaneidade	20
1.2 O Arquivo da UFRRJ e suas apropriações da memória	26
1.3 O Arquivo da UFRRJ e sua historicidade	35
CAPÍTULO II – O ARQUIVO DA UFRRJ E SEU DIÁLOGO COM O PATRIMÔNIO: DILEMAS E DESAFIOS	44
2.1 Documento e patrimônio	44
2.2 Gestão do patrimônio documental arquivístico	61
CAPÍTULO III – CONSTRUINDO PERSPECTIVAS PATRIMONIAIS: FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS	80
3.1 O inventário e o legado	80
3.2 Proposição de ações de conservação/preservação para a proteção de acervos do arquivo da UFRRJ	95
3.3 Acesso e valorização do arquivo da UFRRJ e seu acervo a partir de ações de difusão cultural e patrimonial	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	125
ANEXO I - Deliberação de Constituição do Arquivo Geral e Regimento da UFRRJ	140
ANEXO II - Ficha de Inventário de Fontes Arquivísticas	150
ANEXO III - Folder do Arquivo da UFRRJ.	152
ANEXO IV - Fotos do Arquivo Geral da UFRRJ	154

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Linha do Tempo UFRRJ

Figura 2: P1 – Prédio Principal da UFRRJ

Figura 3: Foto da porta de entrada da SAPG – Seção de Arquivo e Protocolo Geral

Figura 4: Foto Placa da SAPG

Figura 5: Foto do primeiro salão do Arquivo Geral da UFRRJ

Figura 6: Quadro de Cartas Patrimoniais

Figura 7: Quadro que expressa a Constituição das normas de descrição

Figura 8: Quadro de ações estratégicas e práticas para a preservação do acervo do arquivo da UFRRJ.

Figura 9: Quadro explicativo

Figura 10: Ciclo de ações

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

CDS	Cômite de Normas de Descrição
CEDERJ	Centro de Educação a Distância do Rio de Janeiro
CEDIM	Centro de Documentação e Imagem
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CIA	Conselho Internacional de Arquivo
CIDOC	International Committee for Documentation
CNEPA	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivologia
CONSU	Conseho Unversitário
CPAD	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CRM	Conceptual Reference Model
CTPD	Câmara Técnica de Preservação de Documentos
ENA	Escola Nacional de Agronomia
ENV	Escola Nacional de Veterinária
ESAMV	Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FRBR	Functional Requirements for Bibliographic Records
GEDA	Grupo de Especialistas em Descrição arquivística
IBICT	Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia
ICOM	International Council of Museums
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IM	Instituto Multidisciplinar

INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISAD (G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISDF	Norma Internacional para Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
LABDOC	Laboratório de Conservação de Documentos
LAI	Lei de Acesso a Informação
NOBRAD	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PH	Potencial Hidrogeniônico
PPGPACS	Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade
PROPLADI	Pró-reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional
RDS	Repositórios Digitais
RJ	Rio de Janeiro
SAPG	Seção Arquivo e Protocolo Geral
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESA	Universidade Estácio de Sá
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UR	Universidade Rural

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre o Arquivo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o acervo sob sua guarda, apresentando reflexões em torno das especificidades, dos desafios, das resistências e das possibilidades que este acervo documental apresenta para a constituição da memória social e da própria produção de conhecimento a partir dos arquivos universitários.

O Arquivo da UFRRJ não deve ser compreendido apenas a partir de sua relação com a memória. É interessante observar que o acervo desse arquivo por se vincular não só a memória, mas também a história da própria universidade, pode se constituir como um bem cultural. Para tanto, é fundamental refletir sobre a perspectiva patrimonial da qual os arquivos universitários estão investidos.

Desse modo, é necessário perceber o arquivo da UFRRJ e seu documento arquivístico, tomando como referencial uma dimensão da gestão que privilegie instrumentos, que viabilizem a percepção do potencial e do valor do contexto informacional de seu acervo, na construção e transmissão da memória coletiva da universidade e, ainda, de seu potencial para as pesquisas acadêmico-científicas. Tais vínculos fazem do Arquivo da UFRRJ um bem cultural de natureza material e imaterial portador de referência à identidade, à memória e à ação.

Eu, Daniele Costa da Silva¹, bacharel em arquivologia pela Universidade Federal Fluminense – UFF, especialista em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e servidora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no cargo de arquivista, atuando na Seção de Arquivo e Protocolo Geral da UFRRJ, na minha experiência como arquivista, responsável pela gestão de arquivos da UFRRJ, procuro elaborar atividades direcionadas a este arquivo e a documentação arquivística produzida no âmbito da Universidade.

O interesse em desenvolver uma pesquisa sobre a preservação do arquivo e seu acervo, surgiu a partir das atividades propagadas na instituição e na percepção de uma não valorização de sua importância para o resgate da memória institucional. É

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade - PPGPACS/ IM/ UFRRJ. Possui especialização em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva (Universidade Estácio de Sá), e graduação em arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7609553995488451>

interessante apontar que poucos são os estudos voltados para a investigação e debates sobre os arquivos universitários e os documentos enquanto patrimônio, não só da universidade, mas também de aspectos sociais mais amplos, que se vinculam ao campo da Educação no Brasil.

Destacamos que o arquivo da UFRRJ se instituiu, na contemporaneidade, como um potencial e expressivo “lugar de memória”, termo cunhado por Pierre Nora (1993), como meio de expressar a importância de lugares como os arquivos universitários, enquanto local de pertencimento e continuidade, por se tratar de espaços capazes de “parar o tempo”, isto é, lugares onde é possível ancorar a memória, especialmente no contexto atual para o qual o autor avalia não haver mais memória devido a aceleração do tempo.

Utilizamos este conceito para tratar o arquivo da UFRRJ como um espaço de rememoração através de um suporte, no caso os documentos, no qual a memória arquivada permite a continuidade das lembranças através da materialização dos acervos. Tomamos, então, o arquivo, em uma perspectiva interdisciplinar, a partir do diálogo com os estudos do campo da história, dos arquivos, de memória, da ciência da informação e do patrimônio.

O campo de estudos sobre memória social tem vivenciado significativas mudanças, ocasionadas por renovações, que se inscrevem por meio das transformações ocorridas entre os indivíduos e a cultura contemporâneas inseridos nos debates travados em diversas áreas do conhecimento. (CAVALCANTE, 2007, p.155).

A sociedade é arrancada de sua memória, pela amplitude de suas mudanças e os arquivos tornam-se lugares nos quais as memórias do passado podem ser reconhecidas a partir do que passa a ser arquivado, registrado. (FARIAS, 2006, p. 28)²

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo geral, demonstrar a relação memória e arquivo no seu contexto informacional, como instrumento de construção e transmissão de memória coletiva. Como objetivos específicos buscamos, reconhecer o lugar do arquivo na UFRRJ, assim como explorar possibilidades de ações que visem preservar a memória da instituição, e, ainda, restituir o potencial desse arquivo,

² Trabalho de conclusão de curso intitulado “**MEMÓRIA X MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA: a ruptura do sacralizado para o dessacralizado e os arquivos como lugares de história**”, apresentado em 2006, para obtenção do título de bacharel em arquivologia na UFF – Universidade Federal Fluminense.

enquanto acervo universitário, em sua dimensão de produtor de conhecimento. Refletir sobre essas ações e sobre a construção de instrumentos que permitam o acesso e a difusão para torná-lo *corpus documental* é fundamental para que esse arquivo venha a se constituir e se consolidar como um bem cultural.

É importante ressaltar que a discussão em torno dos repositórios institucionais está presente, hoje, no âmbito acadêmico da UFRRJ, e os mesmos se constituem como importantes ferramentas de gestão para a apreensão da produção acadêmica universitária em sua dimensão científica e administrativa. De acordo com Lampert (2013, p. 46) estes surgem com o objetivo de armazenar, preservar e disseminar a produção intelectual de uma instituição.

Assim sendo, pretendemos estudar como os sistemas de organização dos documentos, gestão, e de padronização de informações são capazes de revelar o valor social do arquivo como gerador de conhecimento no âmbito da universidade, e, ainda, viabilizar sua representatividade enquanto patrimônio intelectual. Tal representatividade contribui para a valorização do seu acervo como patrimônio documental e, por isso, são fundamentais o fomento à constituição e ao uso de ferramentas e instrumentos que visem além da preservação e salvaguarda do acervo, a adoção de práticas que auxiliem no resgate e na disseminação da informação. É possível promover o acesso e a visibilidade, por meio de instrumentos que trabalhem como estratégia de valorização, ancorados na perspectiva do patrimônio documental sob sua guarda.

Somos guiados por uma questão. Que novos diálogos podem ser construídos para o resgate da memória e valoração do arquivo da UFRRJ, a partir do documento arquivístico enquanto patrimônio? É essa inquietação que promove o debate, em torno de teorias e fundamentos, que visam referenciar o arquivo da UFRRJ, a partir do próprio conceito de memória, de “lugar de memória”, mapeando o potencial de suas dimensões, a partir de elementos de organização e gestão.

Para tanto, procura-se aprofundar o tema com o foco na valoração e no processo de construção da memória da universidade, a partir do arquivo e de seus documentos como forma de gerar conhecimento e pertencimento a este lugar, do qual nós agentes e “usuários” fazemos parte. É fundamental, portanto, “constituir novos modos de dar a ver e conhecer a esse arquivo”³ e, reinvesti-lo de novos sentidos que o inscrevem no cotidiano universitário, para além de sua dimensão de “lugar de memória”.

³ Segundo Pereira (2018, p. 674 – 675) novos modos de pensar e ver elementos são fundamentais para a produção do conhecimento e inúmeras percepções e reproduções de imagens podem ser compostas a

Lembrar é uma necessidade prática da vida, cotidiana de qualquer pessoa ou instituição, é o resultado da necessária continuidade da vida dos indivíduos como organismo, isto é, a continuidade de cada uma de suas ações. Em qualquer época, tanto na administração quanto nas empresas ou nas profissões liberais, uma sucessão, ou uma transferência de atribuições é acompanhada pela transmissão dos registros e dos documentos, numa palavra: dos arquivos (DELMAS, 2010, p. 26 – 27).

Nesse debate, buscamos pensar a importância do arquivo como lugar social e instrumento que transcendem sua existência material, que se voltam para dimensões profundas das relações humanas, do ser social, na produção da memória, história e do conhecimento. Não é nosso propósito apenas vê-lo como um depositário de documentos, registros e papéis velhos, ou como uma massa documental acumulada. Intentamos, como já sublinhamos, a partir do diálogo com a perspectiva patrimonial, concebê-lo e investi-lo de novos sentidos.

Tal arquivo é um espaço de construção do passado e armazenamento de um *corpus documental* significativo, por isso esses registros não deixam de ser memória, como enfatiza Belloto (2006, p. 273) ao dizer que a memória é a matéria documental em estado bruto. Refletir, assim, sobre esse legado é relevante e pertinente, especialmente, nesses tempos de “memória esfacelada”. Tal legado, contido nesse acervo, é importante, pois apresenta, inclusive, características históricas e de prova, que podem vir a contribuir para a pesquisa e a produção de conhecimento científico.

Convém sublinhar, que dialogamos, ao longo dessa pesquisa e de sua construção, com autores como Halbwachs, Le Goff, Nora, Bottino, Belloto, Colombo, Delmas, Heymann, Kessel, Ricouer, Jardim, já que seus estudos e arcabouço teórico nos

partir da arte de olhar. Há muitas dimensões que se vinculam ao olhar e a apreensão das mesmas em sua diversidade, sendo fundamental para a construção de referenciais. Podemos trazer essa reflexão para o campo da arquivística e, dessa forma, construir, como nos incita o pesquisador, “novos modos de ver e dar a ver” aos arquivos e seu patrimônio documental. No contexto da arquivística, um documento de arquivo, permite o referenciar e o expressar dos elementos que o compõe, a partir da interpretação de seus conteúdos. Trata-se de um processo de “dar a ver” que advém da percepção de quem o interpreta. Usuários, pesquisadores e arquivistas que os analisam, os classificam e os descrevem dentro do contexto dos arquivos em que estão inseridos. Dessa forma, ao analisarmos, se geram sentidos através da forma e da matéria, do suporte do qual este faz parte. A prática do olhar pode auxiliar, portanto, a arquivologia a dar um passo na representação da sua informação. Esta torna-se possível, pelo fato do documento de arquivo expressar uma certa subjetividade e por apresentar uma intenção de interpretação, visto que, o mesmo possui valores informativos e históricos.

ajudam a compreender as relações entre a memória, seus lugares “arquivos”, as sociedades e seus registros.

É importante destacarmos, ainda, que esse trabalho tem como referencial teórico metodológico a pesquisação, de forma qualitativa, bibliográfica, documental, e de campo. Tal pesquisa nos permitiu refletir e, especialmente, propor ferramentas e instrumentos e ações que viabilizem o acesso, a preservação e a difusão desse patrimônio documental que é o Arquivo da UFRRJ. Além disso, a organização dessa pesquisa, construída em torno de três capítulos, foi tecida de modo a demonstrar as singularidades da relação memória e arquivo no contexto informacional, histórico e administrativo da universidade.

No primeiro capítulo, intitulado *O arquivo da UFRRJ: um olhar que lhe cabe*, procuramos discutir aspectos da memória, do silêncio, do esquecimento, dos arquivos universitários, dos documentos e do patrimônio que se vinculam à pesquisa para desse modo construir um novo olhar sobre o arquivo da UFRRJ. Olhar orientado principalmente pela relação que esse arquivo estabelece com a memória, com a história institucional e com a correlação de sentidos e perspectivas atribuídas aos documentos de seu acervo. Buscamos, ainda, enfatizar que o arquivo da UFRRJ, é um lugar social, simbólico e plural.

Destacamos, assim, que o arquivo da UFRRJ é um espaço de inscrição da memória coletiva que se configura em torno de um amplo acervo documental que está sob sua guarda. Há em seu âmbito, especificidades históricas únicas, posto que o mesmo guarda aspectos da materialidade da vivência universitária em suas dimensões políticas, administrativas e acadêmicas. Tomamos como referencial inicial para essa reflexão a discussão de Pierre Nora em torno da problemática dos lugares, porém, sabemos que o arquivo da UFRRJ, deve ser compreendido para além de sua dimensão de “lugar de memória”. O arquivo é fundamental para nossa aproximação com aspectos que marcam a historicidade da UFRRJ e desvelam elementos das relações sociais da própria universidade.

O segundo capítulo, intitulado *O arquivo da UFRRJ e seu diálogo com o patrimônio: dilemas e desafios*, foi dedicado a reflexão sobre os desafios, lacunas e resistências sofridos pelo mesmo, especialmente, por meio de uma abordagem em torno da noção de patrimônio documental. Intentamos nesse capítulo, a partir de reflexões em torno das políticas de gestão para os documentos, mostrar a importância do resgate da memória institucional e de “outras memórias”, a partir do diálogo com as dimensões do

campo do arquivologia, e, assim, contribuir para a valoração apropriada desse arquivo, com vistas ao estímulo da produção da pesquisa científica e de conhecimento. Ressaltou-se, ainda, a necessidade de uma política de gestão apropriada para que efetivamente seja possível construir uma referência de patrimônio documental em torno do amplo acervo de documentos do Arquivo da UFRRJ.

Para fechamento desta pesquisa, no terceiro capítulo, intitulado *Construindo perspectivas patrimoniais: ferramentas e instrumentos*, buscamos possibilidades de práticas relativas ao patrimônio documental que visem, colaborar na valorização, conservação, preservação e difusão dos acervos, explorando as possibilidades construção de instrumentos e também de ações culturais em torno do arquivo da UFRRJ. Propomos, inicialmente, um modelo de guia de inventário de fontes arquivísticas para o Arquivo da UFRRJ, como forma de mostrar a dimensão de patrimônio arquivístico desse arquivo. Temos a percepção clara de que o levantamento adequado desse acervo documental, a partir de um instrumento que vise contribuir e facilitar o acesso a pesquisa e a informação por parte de pesquisadores que deste necessitem, é fundamental, hoje, no âmbito da gestão de arquivos na UFRRJ.

Convidamos, ainda, nesse capítulo nossos leitores, a refletirem e se apropriarem de ações que tenham a participação da comunidade acadêmica, ancoradas, não só no uso de ferramentas e instrumentos, mas também no envolvimento em ações culturais específicas que busquem auxiliar o processo de preservação, descrição, recuperação e difusão da informação do acervo documental. Tal apropriação institui o arquivo da UFRRJ como um bem cultural e reforça a importância do acervo e de sua valoração, inclusive, como canal de comunicação e meio de aproximação da comunidade acadêmica com sua história e sua memória social coletiva.

Esse capítulo foi construído especialmente a partir do diálogo com a reflexão de Santana Filho (2016, p. 2) que destaca a informação como um produto fundamental dotado de valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico de um país e mostra a relevância dos arquivos como fonte de informações, ressaltando que a informação arquivística está atrelada a tomada de decisões, à comprovação de direitos individuais e coletivos, à construção da memória e à pesquisa de caráter social e histórica.

São apresentadas as considerações finais da pesquisa, como meio de transpor algumas lacunas e estimular o diálogo acerca do desenvolvimento de novos estudos sobre os arquivos universitários e seu acervo documental enquanto patrimônio, a partir

de políticas arquivísticas mais adequadas a perspectiva do acervo do arquivo como bem cultural.

Cabe destacar, por fim, os limites desse trabalho de pesquisa que se constitui como mais um passo importante para a constituição de perspectivas interdisciplinares em torno do campo do patrimônio. Como todo trabalho acadêmico há limites que o próprio tempo coloca e muitos horizontes para os quais o trabalho ainda se pode abrir.

CAPÍTULO I – O ARQUIVO DA UFRRJ: O OLHAR QUE LHE CABE

[...] um dia destes com vagas, vou dar uma volta aos meus desordenados arquivos. Há cartas, papéis, manuscritos que não tenho o direito de conservar como coisa minha, pois pertencem a todos (José Saramago, 1994).

1.1 As “instituições memória” na contemporaneidade

Novos olhares, novas percepções e novas apreensões estão sendo construídos, paulatinamente, em torno do Arquivo da UFRRJ. Há dimensões em potencial no âmbito desse arquivo universitário que ainda não foram exploradas e incitadas e, por isso, novas abordagens precisam ser levantadas acerca do seu potencial informacional, através da pesquisa, como meio de agregar melhorias para o resgate da memória, trazendo um olhar mais profuso para o Arquivo da UFRRJ. A recuperação (ou preservação) deste acervo, não só enquanto “lugar de memória”, mas também em sua dimensão histórica, precisa ser revisitada, (re) significada e até mesmo reestruturada, para que o Arquivo da UFRRJ possa atuar como um espaço de proposição e de construção de conhecimento.

Trata-se de um arquivo universitário com mais de 50 anos, cujo acervo centenário se estabelece como portador de muitas e singulares memórias sociais. É importante, por isso, entender, como salienta Barros, que o arquivo torna-se um espaço de guarda do saber registrado e de materialização de um legado memorável, “[...] impregnado de práticas e sentidos mnemônicos e rememorativos que compõem a identidade de um povo” (BARROS; AMÉLIA, 2009, p.55).

Pretendemos construir sobre esse arquivo, ao longo deste capítulo da dissertação, “o olhar que lhe cabe”, destacando, inicialmente, sua memória institucional. Memória que revela a própria formação secular dessa instituição universitária que é a UFRRJ. Trata-se de uma memória pouco explorada, em torno da qual predomina, mais o esquecimento e o silêncio, o que limita, em parte, a própria dimensão de percepção de seu acervo como bem cultural. Os silêncios que rondam o Arquivo da UFRRJ

inviabilizam, inclusive, a constituição do mesmo como um “lugar de memória”, portador de um expressivo acervo documental.

...os arquivos jamais se fecham, jamais estão completos: cada indivíduo ou cada geração pode ter sua própria interpretação dos arquivos, tem o direito de reinventar e de reconstruir sua visão do passado (KETELAAR, 2018, p. 193).

Nessa dinâmica de investir novos olhares para este espaço, ressaltamos a importância de construir, apreender e difundir não só instrumentos de apropriação do acervo do arquivo, mas também de mecanismos que despertem e viabilizem o diálogo da comunidade com os arquivos a partir de sua dimensão de referencial de memória coletiva. Faz-se necessário, hoje, estimular à comunidade acadêmica, a desenvolver um olhar de pertencimento com o Arquivo da UFRJ e seu acervo e, assim, buscar a formação e “[...] a valorização de novas memórias e dos registros a elas associados” (HEYMANN, 2012, p.19).

Há desafios enormes para a preservação do patrimônio científico e tecnológico nas universidades e outras instituições científicas. Uma enorme quantidade de documentos importantes já foi perdida, e uma grande quantidade está para se perder. É necessário cuidar da documentação antiga que está em perigo, mas também essencial criar mecanismos para a preservação da documentação corrente que terá futuramente grande importância histórica (MARTINS, 2006, p. 90).

As universidades têm por função o ensino, pesquisa e extensão e para que ela possa exercer essa função, é fundamental o uso e acesso a informações que estão ligadas ao desempenho de suas atividades enquanto instituição responsável por grande parte da produção científica e cultural. As universidades têm uma função social que vai muito além do ensino, já que funcionam como formadoras de pesquisadores e, dessa forma, permitem a geração e a dissipação de conhecimento.

Os arquivos das universidades têm sob sua guarda documentos essenciais para a administração da universidade no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, esses documentos são testemunho da memória da instituição podendo ser fonte de pesquisa para aluno,

professores, historiadores, pesquisadores, entre outros (CARPES; CASTANHO, 2014, p.73).

Diante de uma aceleração do tempo e da necessidade de registrar os fatos amplia-se a criação de lugares como meio de preservar uma memória que se cristaliza e se refugia. Para Pierre Nora, o desejo de um sentimento de continuidade – dada a natureza tão efêmera dos fenômenos na contemporaneidade – é residual aos locais e faz, na atualidade, dos espaços “lugares de memória”, já não há, como destaca o autor, mais meios de memória (NORA, 1993, p. 07). Deste modo, esses lugares surgem, não só como novas formas de desvendar e (re)pensar o passado, mas especialmente como formas possíveis de aproximação dos homens com suas memórias⁴. Tendo em vista o processo de aceleração da história⁵, do tempo e das mudanças rápidas da sociedade tradicional⁶, a memória humana, está longe de ser um equipamento ideal de armazenamento e recuperação.

Diante da perda iminente, vive-se uma “fome de memória” que se materializa, entre outros, na constituição de museus, centros de memória, de documentação e arquivo que possam preservar experiência de um cotidiano em vias de extinção (KESSEL, 2003, p. 14).

A ameaça do esquecimento provoca a busca pela preservação, e se revitalizam e se difundem, por isso, “lugares de memória” que agem no sentido da constituição de algo material, simbólico e funcional. O Arquivo da UFRRJ é um desses “lugares de memória” e sua função social, especialmente em sua dimensão de memória, precisa ser repensada e reabilitada. Ao falarmos de memória, não estamos fazendo menção apenas

⁴ É interessante observar que em sua reflexão sobre a problemática dos lugares na contemporaneidade Pierre Nora toma a memória como a própria vida. Para o pesquisador a memória além de se constituir como a “consciência de ruptura com o passado” e ser “um absoluto”, “é a vida sempre carregada pelos grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente mutação, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 09).

⁵ Trata-se de reflexão proposta por Nora (1993) para expressar a relação que as sociedades contemporâneas ocidentais estabelecem com a memória. Para o autor, hoje, nas sociedades globalizadas, o passado vai cedendo lugar para a ideia do eterno presente que se impõe por conta das mudanças e da aceleração em torno de transformações incessantes. Transformações que produzem uma sensação de inquietação assoladora diante da ameaça do esquecimento em virtude da ampla profusão de fenômenos e acontecimentos históricos.

⁶ Trata-se de reflexão abordada por Hall (2006) como forma de expressar as mudanças e a crise de identidade dos sujeitos, a partir das transformações da modernidade e contemporaneidade, contribuindo para a formação de uma espécie de desvinculação das tradições e (des) fragmentação, que impacta e sensibiliza o sujeito em relação ao seu papel social e cultural.

a informações que são guardadas intactas, mas, nos referimos aos vestígios armazenados e recuperados em forma de memória.

Da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva e a suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição: foi por ocasião dessas experiências vividas, que fora introduzida a noção de lugar de memória, anterior às expressões e às fixações que fizeram a fortuna ulterior dessa expressão “ (RICOUER, 2007, p. 157).

A memória se destaca desde tempos primórdios. Mesmo antes de adotar a escrita não se utilizava somente a oralidade como meio básico de gestão da memória social. O Homem (os indivíduos) conservava e reproduzia artefatos, nos quais armazenava representações ligadas a suas formas de viver. A memória em épocas remotas se materializava em suportes como mármore, tábuas, argila e, com o passar do tempo, surgiram outros materiais.

No contexto da escrita, Paes (2002, p. 15) aborda, por exemplo, a escrita como conjunto de símbolos dos quais nos servimos para representar e fixar a linguagem falada. Convém destacar, ainda, que desde Platão, acredita-se que com o surgimento da escrita, o processo de artificialização e de exteriorização da memória foi acelerado. O diálogo platônico acerca do papel da escrita e de seus sentidos mostra o quanto já se tinha uma percepção e preocupação em relação à memória exteriorizada, sua ruptura e dessacralização, bem como, sua não continuidade como tradição.

Se por um lado a escrita permitiria, através do resgate da “informação”, uma desobstrução da memória humana, como uma forma de preservação da informação já adquirida, por outro lado o indivíduo que a armazena fora do seu corpo, se desincumbe de memória. Silveira (2001, p. 145) aponta que talvez a estratégia da escrita fosse a possibilidade de atingir mais de uma pessoa, atingir a muitos, a “todos”. A memória de uma sociedade estende-se até atingir a memória dos grupos dos quais ela é composta.

Hoje, pela falta de uma memória realmente coletiva (de grupos) que permite ao indivíduo ter acesso a um processo de identificação, destaca-se uma memória, que necessita cada vez mais de suportes exteriores. Memórias estas, consideradas por Nora (1993), como “memórias prótese”, ou seja, uma memória secundária, secreção voluntária e organizada de uma memória perdida. É interessante ressaltar que se associa, ainda, a criação da escrita ao surgimento dos arquivos, bibliotecas e museus.

O que explicaria a existência dessas coisas é o fato de elas, se prestarem a registrar e conservar uma determinada informação. É claro que por causa dessa predominância de registro e de conservação da informação, por natureza própria, há uma predominância dos registros escritos (MENESES⁷, 1980, p. 2)

Ao refletirmos sobre memória, buscamos dentre outras coisas, sublinhar os espaços a partir dos quais se pode recuperar a história humana. Afinal, a memória ocupa espaço. Isso ocorre pelo fato da natureza das atividades sociais, permitirem a criação do documento de arquivo que, por sua vez, culmina na possibilidade de preservação da memória dessas sociedades em “instituições memória”. Malheiros e Ribeiro (2001) cunharam este termo, reconhecendo e tratando de instituições como arquivos, bibliotecas e museus e as caracterizaram como espaços de conservação da memória.

O arquivo é visto como um lugar em que a memória se torna participante do processo de identidade, como praxe e representação da sociedade da informação [...] um dos alicerces e lugar da informação e da memória [...] espaço de referência para a pesquisa histórica, ressaltando nesse ponto, os documentos arquivísticos em que se buscam as relações existenciais entre o sujeito e a sociedade (BARROS; AMÉLIA, 2009, p.56).

Fragoso (2009, p. 69) destaca as instituições memória como órgãos públicos ou privados, instituídos de forma social, cultural e política, com o intuito de preservar a memória, sejam de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação. Essas instituições são portadoras de funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e, disponibilizam, para Fragoso, informação patrimonial como fonte de pesquisa, contribuindo, dessa forma, para a formação de identidades, a construção da história e a produção de trabalhos científicos.

Diante do exposto, vale ressaltar a importância do arquivo da UFRRJ enquanto lugar simbólico e “instituição memória”. Lugar que busca organizar, preservar e tornar disponíveis documentos para a produção histórica e que se constitui como fonte

⁷ Citação extraída do texto de uma aula ministrada por Ulpiano Bezerra de Meneses, no âmbito do curso “Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas”, organizado, em 1980, pelo IAB/ CONDEPHAAT.

importante para o pesquisador construir um *corpus documental* para seu trabalho. O documento de arquivo torna-se, assim, o registro da população humana e se converte em testemunho histórico da cultura dessa sociedade. São esses registros, passíveis de apropriação e construção de novos conhecimentos, que formam e dão sentido ao arquivo. Indolfo ressalta que os documentos e os registros possuem grande importância para as sociedades já que:

[...] O documento ou ainda a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória (INDOLFO, 2007, p. 29).

Sabemos que toda organização, grupo ou família precisa de documentos como forma de registrar e comprovar a sua existência bem como suas atividades. Ao registrar suas experiências e pensamentos, o homem adotou uma forma de armazenamento que deu origem aos arquivos. Na percepção de Colombo (1991, p. 119), os documentos surgem para suprir as fragilidades dos sujeitos. Para o pesquisador, trata-se da insegurança dos indivíduos em relação aos meios de registro mecânico e da desconfiança na memória subjetiva. Passa-se, então, a um novo modo de interpretar e dialogar com a memória vivida. Passa-se a composição da memória através dos registros, do material, que funcionam como cristalização de momentos acontecidos, cujos resquícios guardam algo passado.

O Arquivo da UFRRJ insere-se nessa perspectiva de memória que do diálogo com os lugares reinscreve a própria memória social mais coletiva. Trata-se de uma expressiva “instituição memória” que tem um imenso potencial a ser explorado, mas, para isso, é preciso compreender melhor as dimensões entre a memória e os arquivos e, ainda, aspectos de sua constituição e singularidade histórica.

1.2 O Arquivo da UFRRJ e suas apropriações da memória

Na modernidade e contemporaneidade, até a memória foi abreviada, encurtada. O que deu início ao que podemos chamar de uma memória arquivística, uma memória que homogeneíza o padrão cultural da população ao permitir o conhecimento da História em bases materiais de registro. Trata-se da passagem de uma memória vivida compartilhada, de tradições e lembranças para uma memória que elege e destaca o que sobrou do vivido, utilizando principalmente os registros e a escrita para a produção de informações.

É importante compreender a estreita relação que, ao longo do tempo, se firmou entre a memória e os lugares que se instituíram, por exemplo, como arquivos. Para tanto, é interessante partir da percepção de Halbwachs acerca da apropriação pelos homens da memória. Halbwachs (1990, p. 80-81), em sua reflexão sobre a memória, afirma que o único meio de salvar as lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

Mesmo sem intenção de estabelecer comunicação com a sociedade do futuro, a sociedade ocidental foi levada a registrar seus atos. Esses registros foram criados e modificados, através de diversas formas, armazenados em “lugares”, espaços que buscam preservá-los a fim de que gerações saibam a sua origem e o papel representado por eles no contexto histórico. Os registros, suportes da memória, funcionam como cristalização de momentos acontecidos e guardam resquícios de algo que já passou. Estes se integram com outras informações presentes nesses lugares, dessa forma, é possível manter vivos nestes os vestígios dos grupos sociais.

Pode-se dizer então que a memória está arquivada, documentada. Seu objeto deixou de ser uma lembrança, no sentido próprio da palavra, ou seja, algo retido numa relação de continuidade e de apropriação com respeito a um presente de consciência (RICOUER, 2007, p. 189)

É no bojo desse contexto que se formam as “instituições memória” como o Arquivo da UFRRJ. Instituições cujos vínculos com a memória se encontram em permanente prática de apropriação. Essas práticas de apropriação da memória

apresentam, consoante sua instituição, especificidades próprias e tais especificidades se associam não só a percepção que a instituição tem do papel da memória, mas também a dimensões das políticas implementadas para difusão do acervo que estão sob sua guarda. Dessa forma, é interessante nos aproximarmos de dimensões que nos mostram com quais sentidos de memória essas instituições dialogam.

Memória é comumente entendida como tudo aquilo que uma pessoa recorda, incluindo sua capacidade de lembrar, reter fatos e experiências do passado, retransmitindo-os às novas gerações através de diferentes suportes empíricos como imagens, textos e sons. A palavra memória é de origem latina, deriva de “meno” e “oris”, e, significa “o que lembra” e seu estudo é antigo (GIRON, 2000, p.23).

Os antigos gregos consideravam a memória uma identidade sobrenatural ou divina. Na mitologia grega, a memória era a deusa *Mnemosyne*, mãe das musas, que protegem as Artes e a História. A deusa da memória dava aos poetas o poder de voltar ao passado e de lembrá-lo para a coletividade (CHAUÍ, 2002, p. 138).

A memória não é sonho, mas trabalho e, ao ser compartilhada, produz sólidas pontes de relacionamento entre os indivíduos. A memória torna-se a própria essência do sujeito. Ela intervém para registrar ou lembrar informações diversas.

[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 2013, p. 469).

A memória serviria, portanto, para o surgimento do sentimento de pertencimento nos grupos, da integração e continuidade destes, e também para a reconstrução do passado segundo interesses particulares destes conjuntos. Com o passar do tempo, os homens, com suas práticas de apropriação da memória, instituíram, como já se destacou os arquivos.

Os arquivos na concepção de Colombo (1991 p. 119) constituem um novo processo de centralização do sujeito, em que confiar a própria memória às lembranças exteriorizadas através dos registros (fotografias, monumentos), consiste em confiar à própria identidade a uma espécie de banco de dados, em que deixamos de ser produtores organizados dessa memória para nos tornarmos simples usuários. Nora (1993, p. 15),

por sua vez, ressalta que com o desaparecimento da memória tradicional, nos sentimos obrigados a acumular religiosamente, vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos.

É fundamental atentar para o fato de que a memória pode ser encontrada em múltiplos “lugares” que acabam permitindo a reconstrução do passado e a constituição de identidades. Esses “lugares”, que podem se constituir como arquivos, tornam-se espaços nos quais o indivíduo pode ter acesso a registros que os aproxima das relações humanas e suas formas em determinada temporalidade. Os arquivos contribuem, dessa forma, para a produção de memórias perdidas. Esses não são apenas espaços de recolhimento da poeira dos enunciados, mas constituem o espaço em que ocorre a recuperação desses enunciados oferecidos ao tratamento e manipulação. Estes possuem a tarefa de reconstruir o que não “existe mais”. Schwartz e Cook expressam essa relação ao apontar

“[...] a natureza dos arquivos como instituições socialmente construídas, a relação dos arquivos com ideias de memória e verdade, o papel dos arquivos na produção do conhecimento sobre o passado, e principalmente o poder dos arquivos e registros para moldar nossas ideias de história, identidade e memória” (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 20).

Esses lugares revelam-se como lugares de pertencimento que expressam continuidade, permitindo que o passado seja revisitado e representado, já que não possuímos mais uma memória vivida e sacralizada, herança do passado, mas o revisitar histórico daquilo que ainda podemos rememorar. É possível, dessa forma, uma (re)significação do passado a partir do diálogo com os acervos dos arquivos.

Os “lugares de memória” surgem com a resposta à necessidade da sociedade de classes⁸ de encontrar um significado que não lhe é mais inteligível. É o misto de história e memória. Trata-se de espaços nos quais a ritualização de uma memória-história pode ressuscitar as lembranças que são capazes de conferir um sentido de pertencimento ao passado e aos seus elementos tradicionais.

⁸ Termo usado para expressar a relação entre dominantes e dominados já que no contexto do capitalismo surgiram três classes: baixa, média e alta.

Para NORA (1993, p.13) museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processo verbais, monumentos, santuários, associações, são marcos e testemunhos de outra era. Era das ilusões da eternidade.

... os arquivos, entendidos como artefatos dotados de historicidade, nos quais incidem interferências configuradoras e uma série de atributos igualmente conformadores de sentidos”. “[...] representação da naturalidade que caracterizaria a produção e acumulação documental resultante das transações e do funcionamento das instituições” (HEYMANN, 2012, p. 13).

A relação entre memória e arquivo, passa a ser uma questão importante no que diz respeito à evocação do passado na sociedade, já que o uso dos arquivos como fonte de construção de memória e de acontecimentos passados, favorece a lembrança dos grupos e das instituições. Os arquivos tornam-se, assim, lugar de testemunho escrito, pois, onde existem objetos, registros dispostos fisicamente em uma determinada organização, em um lugar determinado, ali estão à base de nossas escolhas, que contribuem para o resgate e a produção de memórias perdidas.

Os arquivos transformam-se, portanto, em espaços de ação para aqueles que buscam recuperar a memória que foi registrada. Essas práticas são realizadas em instituições como “arquivos”, por serem consagrados como lugares da guarda e tratamento dos registros, substituindo caminhos ‘naturais’ e tradicionais da memória (FREITAS; GOMES, 2004), permitindo o materializar da memória e identificando a passagem do tempo.

Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo o recorte material de uma unidade temporal e serve periodicamente, para uma chamada concentrada lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese pois garante ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência, vividos por um pequeno número, uma maioria que deles não participou (NORA, 1993, p. 21- 22).

Ao apontar os arquivos na configuração de memória institucional e na qualidade de bem cultural, podemos evocar a importante relação e reconhecimento dos acervos enquanto fragmentos e como parte integrante importante da memória institucional. De acordo com a perspectiva histórica de Le Goff (2012) no século XVII, foram criados depósitos centrais de arquivo, conforme citado por Merlo e Konrad (2015, p. 29), o pesquisador ressalta, ainda, o papel dessas instituições fundadas na Europa, com a finalidade de armazenar documentos, na construção da memória social.

Cabe sublinhar, aqui, para melhor compreensão do papel do Arquivo da UFRRJ, a reflexão de Nora acerca do sentido de apropriação de memória que se vincula na contemporaneidade aos arquivos. Nora (1993, p.8) afirma que se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares. Como não possuímos essa capacidade de registrar os fatos e lembranças em nossa memória, se fazem necessários estes lugares como forma de exteriorizar dimensões de nossa memória.

A memória humana e social não pode tudo reter: não é possível lembrar certas coisas senão esquecendo muitas outras. Somente uma parte dos testemunhos tornam-se arquivos: esse resíduo não é senão uma construção que transpõe fronteiras para alimentar memórias coletivas (KETELAAR, 2018, p. 201).

Os arquivos tornam-se “lugares de memória” pelo interesse e possibilidade de produções e representações acerca do passado da instituição, a fim de evitar o esquecimento, já que enfatizam uma continuidade. Os arquivos tecem uma noção de pertencimento, visto que “[...] são lugares de externalização da memória, onde a memória se apresenta nas coisas, nas manifestações coletivas, mostrando que são muitos os sentidos de memória e são muitos os sentidos de lugares de memória” (PEREIRA, 2006, p. 100). Trata-se de um elemento que deve ser visto e apreendido como guardião da memória e do patrimônio cultural a partir do documento.

Partindo dessa perspectiva de que arquivos são “lugares de memória”, o arquivo da UFRRJ também o é, por abarcar, reunir e guardar documentos acerca do passado e do presente, que integram a memória da universidade. Esse acervo documental pode ser usado, ainda, na construção do conhecimento.

Os documentos são fontes de informação e possibilitam o acesso a uma do grupo, que se mantém no presente devido à preservação documental. Essa memória, por sua vez, se reconstrói e adquire significados a partir do acesso de usuários do arquivo a ela, o uso delas em trabalhos e fins diversos, além dos processos e conflitos que o permearam ao longo do tempo (ALMEIDA, SILVA, 2016, p.23).

Na realidade o sujeito, o pesquisador, a sociedade em si, nem sempre abarcam essa percepção vital de que “arquivos” são na sua essência algo muito maior, pois se eu preservo e guardo, é para que alguém possa acessar e transformar esse documento ou essa informação em algo propositivo seja para ele mesmo, seja para a sociedade como um todo.

Colombo (1991, p. 107) ressalta que após a evolução dos países industriais, deu-se início aos traços da sociedade arquivística e seus aspectos dentro de uma sociedade complexa. Também convém destacar que os arquivos se transformaram ao longo da história e este processo ocorreu em paralelo às mudanças na sociedade através de transições e fenômenos conhecidos como mundialização, sinais característicos do contemporâneo. Torna-se importante, por isso, criar e conservar arquivos na atualidade, assim como comemorar aniversários, preservar monumentos, santuários e demais lugares em que se expressem a memória coletiva (NORA, 1993).

É necessário, olhar para o arquivo como lugar da preservação do patrimônio documental e, em especial, de pesquisa. Estes precisam ser vistos como “lugar” de produção científica e cultural, visto que seus acervos, pode contribuir de forma significativa para a (re) constituição das memórias coletivas.

O documento de arquivo se constitui como fonte primordial de qualquer estudo relacionado à memória, pois são nesses documentos que contêm as diversas dimensões da realidade, (social, cultural, administrativa, ideológica, econômica e política), em que os objetos passíveis de estudo estarão relacionados (BRITTO; MOIKARZEL; CORRADI, 2017, p.164).

Podemos dizer que os arquivos universitários buscam cumprir suas funções e objetivos de informar sobre o passado da instituição, visando auxiliar nas tomadas de decisões, já que são formados por registros. Estes se constituem como conjuntos de documentos produzidos e acumulados sobre valores da vida acadêmica dos alunos e,

ainda, trazem documentos com ricas informações históricas que abarcam a dimensão acadêmica, administrativa e educacional da universidade. Tendo em vista que a finalidade de um arquivo consiste em servir a administração, os mesmos acabam constituindo-se, assim, com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da história (PAES, 2002, p. 20).

Um arquivo universitário busca preservar e conservar os documentos de valor histórico, que dizem respeito à própria cultura da instituição, posto que estes se tornam essenciais para a constituição da identidade da comunidade acadêmica. De acordo com a reflexão de Paes (2002, p.120), os arquivos permanentes consistem em documentos que perderam sua essência administrativa, dado o fato, de se perpetuarem em razão do seu valor histórico, documental, estabelecendo meios de se conhecer o passado e a sua evolução.

Os arquivos universitários deveriam ser acessíveis, a fim de promover o conhecimento da história guardada, através de registros antigos como cartas, manuscritos e outros tipos documentais. No entanto, a falta de conhecimento por parte dos cidadãos e do próprio universo acadêmico, no que diz respeito ao direito ao acesso à informação, bem como da existência de “lugares de memória/história” como o arquivo da UFRRJ, acabam influenciando de forma negativa e impedindo esse acesso. Para Kessel (2003, p.7), “... a memória histórica apoia-se nos documentos que garantem a veracidade dos acontecimentos ali registrados, é através desses registros que a memória histórica possui um meio fundamental de preservação e comunicação”.

Vale ressaltar a importância do Arquivo da UFRRJ, por expressar em fontes documentais, os atos escritos e a história do ensino superior nessa instituição. Esses conjuntos documentais são representações do passado, que apresentam dimensão testemunho e são capazes de salvaguardar a constituição do processo de construção da identidade institucional dessa universidade. É, por isso, que este arquivo, institui-se como um bem cultural. Faltam políticas institucionais que estimulem sua apropriação sob esta perspectiva.

Infelizmente, o Arquivo da UFRRJ, hoje, nem está investido por completo, do sentido de “lugar de memória”. Só o interpretam desta maneira, aqueles que possuem uma relação particular com o mesmo, ou possuem uma formação específica, que os permitem lidar com os acervos deste “espaço”.

No entanto, se passássemos a compreender a relevância e dimensão deste como local de rememoração e (re) significação poderíamos investi-lo de novos sentidos e vê-

lo com novos olhares, concebendo-o não apenas como um depósito de papel velho. É preciso revitalizar o mesmo em sua dimensão de “lugar de memória”. Tal percepção é importante para que se compreenda também esse local como “espaço” a partir do qual se gera e se troca informação e conhecimento.

Arquivos registram decisões, ações e memória. Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitidos de uma geração a outra. Documentos de arquivo são gerenciados desde criação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida (DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE ARQUIVOS, 2010, p.1).⁹

Os arquivos existem desde o momento em que o homem resolveu registrar suas relações como ser social. Antigamente só era considerado material de arquivo, aquele que servisse para reivindicar direitos. Modernamente, os arquivos deixaram de ser apenas depósito de documentos e se transformaram em centros ativos de documentação a serviço do usuário.

É importante perceber que os arquivos são os documentos ou registros, bem como os valores oficiais e culturais que levam à preservação dos mesmos. Um arquivo além de ser um conjunto de documentos independente da sua origem, formato e data, poderá também entender-se como o local onde se preservam, identificam e organizam os ditos documentos, com o objetivo de garantir a sua conservação, bem como o acesso e facilidade de consulta (PORTO, 2013, p. 14).

É difícil unificar um modelo de “história dos arquivos”, pois estes apresentam características diferenciadas de desenvolvimento de acordo com cada país.

⁹ Trecho da Declaração universal sobre os arquivos, aprovada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo e na 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO. Tradução para o português acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal)
Disponível em: [http://www.ica.or/sites/.../ICA/2010 Universal-Declaration-on-arquivos-PT.pdf](http://www.ica.or/sites/.../ICA/2010%20Universal-Declaration-on-arquivos-PT.pdf). Acesso em: 27 jun 2019.

O conceito de arquivo adquire múltiplos sentidos conforme seu enquadramento, podendo admitir-se que não há uma conceituação de arquivo que seja concludente. A origem da palavra “arquivo” nos faz recuar a tempos mais remotos, desde o latim clássico com os arquivos de palácios ou arquivos de placas de argila, onde se lembra a ideia de “ter cuidado, dispor e arrumação de coisas (PORTO, 2013, p. 13).

Bottino (2012, p. 25) destaca que as universidades são afetadas por mudanças da contemporaneidade, e afirma que a missão primária do arquivo universitário é a de preservar a herança documental da instituição. Essa herança se amplia uma vez que extrapola os limites do Campus universitário e, por isso, compreende dois aspectos do arquivo enquanto espaço de registro da memória: histórico e cultural.

Precisamos investir o Arquivo da UFRRJ de novos sentidos, mesmo que este, além dos aspectos administrativos, seja também contemplado por acervos de características memoriais e históricas. Evocar este lugar, para que não seja apenas um simples local ou espaço de guarda, mas que seja um lugar investido de intencionalidade e relação de pertencimento junto aos grupos sociais que o cercam, haja vista que o indivíduo faz uso do lugar que o confere o sentido de “lugar de memória”, através dos fatos e conhecimentos construídos entre eles. Toma-se, dessa forma, a relação entre o convívio, o pessoal e o material.

Arquivos são construções sociais, suas origens se sustentam na necessidade de informação e nos valores sociais dos ditadores, governos, negócios, associações, e indivíduos que os determinam e os mantêm. Apesar das mudanças em sua natureza, dos seus usos e da necessidade de preservá-los, os arquivos, desde os *mnemons*¹⁰ da Grécia Antiga, são relacionados ao poder, à manutenção do poder, ao controle pelo presente daquilo que é, e será conhecido sobre o passado e ao poder da lembrança sobre o esquecimento (SCHWARTZ e COOK, 2004, p. 16).

Não se trata somente da questão de resgate da memória institucional, parte para algo maior, que faz com que o arquivo da UFRRJ, não seja apenas um “lugar de

¹⁰ Na Grécia, existiam oficiais públicos denominados *mnemons*, cuja função era a de lavrar os atos e contratos privados, sua função guarda notável semelhança com a função notarial moderna. Além dos *mnemons*, havia também os *hieromnemos* que tinham uma função assemelhada a de um arquivista. Ambos agentes tinham a função genérica de testemunhar e memorizar os negócios realizados pelos particulares. CAVALCANTI NETO, Clóvis Tenório. *A evolução histórica do direito notarial*. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2855, 26 abr. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18978>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

memória”, mas se transfigure e se transponha para lugar de construção de conhecimento. O problema é que a universidade e o meio que a forma, parece não possuir desejo de memória. É importante despertar o interesse da comunidade acadêmica e demais indivíduos que de alguma forma fazem parte do contexto histórico da universidade em se conhecer e se reconhecer através do acervo documental da instituição.

[...] arquivo não condiz apenas com o testemunho da identidade de uma sociedade e, tampouco, com uma instituição de guarda e preservação dos discursos de um povo. Constituído em base sólida, sua atuação extrapola tais conceituações: ele é gerador de conhecimento. Por isso, ele se impõe como lugar indispensável para o exercício da pesquisa (BARROS; AMÉLIA, 2009, p. 57).

Há, no âmbito do Arquivo da UFRRJ, singularidades próprias que se ligam à formação da instituição. No rastro da história da UFRRJ, um amplo acervo documental foi se constituindo, e, hoje, o mesmo é muito pouco explorado pela comunidade acadêmica. Aspectos de apropriação da memória pelo próprio arquivo enquanto “instituição memória” nos mostra a extensão do potencial que o mesmo contém em si. Para investi-los de novos sentidos e para explorar suas potencialidades, inclusive, como bem cultural é fundamental recuperar sua historicidade. Dessa forma, é possível não só contextualizar sua formação, mas, sobretudo, perceber como historicamente a relação do mesmo com a memória foi sendo explorada e trabalhada. Tal percepção nos dá pistas importantes acerca dos limites de apropriação de seu acervo pela comunidade acadêmica.

1.3 O arquivo da UFRRJ e sua historicidade

É interessante considerar que a instituição centenária, antes denominada Universidade Rural (UR), constituiu-se com base no documento que criou a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), estabelecendo bases essenciais do ensino de agropecuária no Brasil. Essa escola foi instituída pelo Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910 e, sua sede, em 1911, instalou-se no Palácio do

Duque Saxe, atualmente CEFET/Maracanã – Rio de Janeiro. A ESAMV foi inaugurada oficialmente em 1913 e atuou, por dois anos, em seu campo experimental e de prática agrícola no Bairro de Deodoro-RJ.

O ano de 1916 foi marcado pela fusão da ESAMV com outras duas instituições de ensino agrícola: a Escola Agrícola da Bahia e a Escola Médio Teórica Prática de Pinheiro. A mesma acabou transferida, em 1918, para a Alameda São Boaventura em Niterói, onde, hoje, encontra-se o Horto Botânico do Estado do Rio de Janeiro. Em 1927, ocorreu uma nova transferência da ESAMV para a Praia Vermelha no Rio de Janeiro. Já, no ano de 1934, a ESAMV teve seus cursos fragmentados em duas grandes escolas consideradas padrão de ensino agrícola e medicina veterinária do país: Escola Nacional de Agronomia (ENA) e Escola Nacional de Medicina Veterinária (ENV).

As escolas tornaram-se independentes, porém, a partir do Decreto Lei nº 982/1938, a Escola Nacional de Agronomia passou a integrar o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), iniciando, no mesmo ano, as obras do novo campus da Escola Nacional de Agronomia, no Km 47 da Estrada Rio – São Paulo.

Cabe destacar, ainda, que em 1943, a Universidade Rural cresce incorporando novos cursos. Trata-se de cursos de extensão e especialização que acabaram estabelecendo um programa de pós-graduação para áreas específicas dos currículos de agronomia e medicina veterinária. Interessante observar que, só após a aprovação do novo regimento do CNEPA, em 1944, agregam-se novos cursos de aperfeiçoamento e se institui o Conselho Universitário.

Em 1947, com a presença do Presidente Eurico Gaspar Dutra, funda-se, então, o Campus da UR. Mais tarde, em 1963, a Universidade Rural passou a se chamar Universidade Rural do Brasil. E é somente em 1967 que a mesma recebe a denominação atual: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Em 1968, a UFRRJ passa a ser autarquia Federal a fim de acompanhar a Reforma Universitária que se instaurava no país. Na década de 70, com a aprovação do seu Estatuto, a Universidade iniciou, então, a ampliação de suas áreas de ensino.

É importante ressaltar também que, em 2005, o CONSU iniciava o processo de expansão com novos Campi. A UFRRJ, universidade centenária, passa a ser uma universidade multicampi, com sede nos municípios de Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios, Campos dos Goytacazes e no centro da Cidade do Rio de Janeiro, além de contar com o ensino a distância através do CEDERJ.

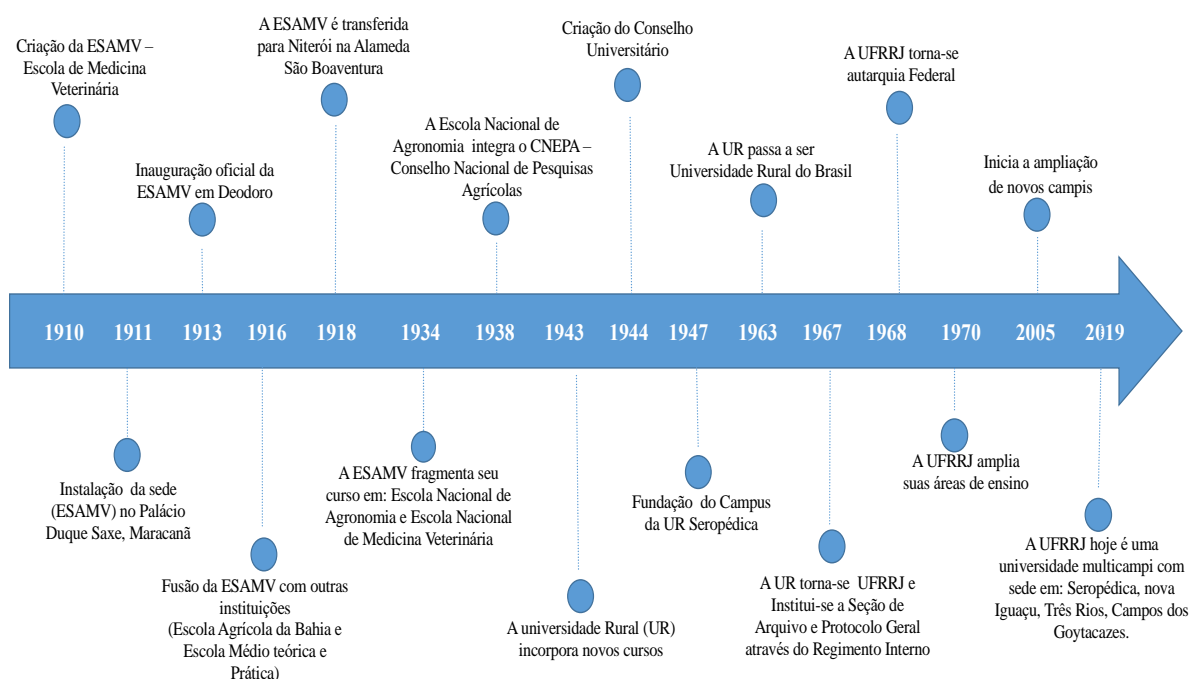


Figura 1: Linha do tempo UFRRJ

Fonte: Daniele Silva

O fato da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ter mudado por várias vezes, fez com que boa parte da documentação, inclusive, de sua memória mais antiga se perdesse. É necessário, por isso, conservar e preservar o que permaneceu dessa documentação de caráter histórico que remonta as origens da instituição. Essa perspectiva de preservação é mais do que necessária, especialmente, em uma instituição centenária, que pouco cultiva o “desejo de memória”.

Há, por exemplo, aspectos da historicidade da UFRRJ, dos quais não podemos nos aproximar, pois, sobre os mesmos não se encontram registros documentais. Não se sabe, hoje, se no passado existiu ou não, de fato, um lugar ou um espaço que armazenasse e guardasse os registros da história da instituição. Conseguimos, através de servidores mais antigos, em especial do senhor Carlos Aberto (*in memoriam*), que foi diretor da SAPG, saber que todo esse processo de consolidação e constituição da Universidade, gerou documentos. E, boa parte da documentação, como nos conta esse senhor, foi dividida, ficando parte sob a guarda da Rural, e, parte sob a guarda do Ministério da Educação. É interessante, por fim, sublinhar em relação a essa questão,

que pouco dessa documentação do período da criação se tem guardado no arquivo da UFRRJ hoje.

Em virtude própria itinerância da UFRRJ, em seu processo de constituição, parte da documentação foi se perdendo. Grande parte do acervo produzido pela instituição, ao longo desses mais de cem anos, encontra-se disperso em outros espaços que não são o Arquivo da UFRRJ. Acreditamos, ainda, que parte dessa documentação pode ter sido descartada¹¹ ou eliminada de maneira indevida.

Como se pode depreender da breve narrativa acima, muitos aspectos da História da UFRRJ e da própria historicidade do Arquivo da UFRRJ são difíceis de serem apreendidos, dada a própria relação que a instituição, desde muito cedo, estabeleceu com sua própria memória. Há, sem dúvida, uma dimensão histórica de não apropriação da memória pela UFRRJ enquanto instituição desde suas origens. Trata-se de aspecto relevante, pois o mesmo pode explicar, em parte, a ausência de uma “vontade de memória” no âmbito da comunidade acadêmica que integra a instituição.

É, por isso, que se faz necessário informar à comunidade acadêmica e ao cidadão de uma forma geral, da importância dos arquivos e de seus acervos para a sociedade, inclusive, dos arquivos institucionais universitários. A busca por mecanismos e estratégias para essa conscientização, que se desdobram nos demais capítulos, motivou esse trabalho. Busca que se assenta no diálogo com novas formas de apropriação da memória. Interessante observar, para melhor compreensão, dos mecanismos de apropriação da memória, a reflexão de Pollack.

A memória como operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se salvaguarda, a função dessas memórias como fonte de definição e reforços de sentimentos de pertencimentos sociais entre coletividades diferentes, como por exemplo família, regiões, aldeias, igrejas, etc. A referência ao passado permite ao grupo estabelecer uma coesão para definir tanto seu respectivo lugar, quanto suas oposições irreduzíveis (POLLACK, 1989, p. 9).

Essa dimensão da memória como pertencimento precisa ser resgatada em nossa instituição e, além disso, é preciso difundir e sensibilizar a comunidade acadêmica para essa dimensão de bem cultural que o Arquivo da UFRRJ porta em si. Parte da

¹¹ É importante destacar que, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 66), descarte consiste na exclusão de documentos de um arquivo após avaliação.

comunidade acadêmica sabe, por exemplo, que a UFRRJ é uma Universidade de grande beleza paisagística de edifícios em estilo neocolonial, cujo conjunto arquitetônico foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio (INEPAC). É, no interior desse patrimônio cultural, que está o prédio da Reitoria, onde fica localizado o Arquivo Geral da Universidade.



Figura 2: P1 – Prédio principal da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Fonte: <https://www.seropedicaonline.com/>

A UFRRJ conserva, portanto, em sua dimensão material e física, traços de um “lugar de memória”. “Lugar de memória” singular, inclusive, por conta de sua dimensão de patrimônio, reconhecida pelo INEPAC. E, no interior desse “lugar de memória”, institui-se um outro “lugar de memória” que precisa ser valorado. A UFRRJ possui, em sua estrutura organizacional, a SAPG (Seção de Protocolo e Arquivo Geral), e o Arquivo da UFRRJ integra essa seção que guarda não só parte da história do ensino superior no Brasil, mas também uma rica memória institucional centenária.

A instituição do arquivo da UFRRJ ocorreu devido ao aumento da produção documental e, portanto, da necessidade de tratamento dos documentos, haja vista, a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária da UFRRJ no ano de 1910. Com o passar dos anos, a documentação produzida pela instituição foi se ampliando, em virtude da criação de novos cursos, que recebiam novos alunos e

servidores. Este foi constituído, portanto, a partir de 1967, porém, só passou a fazer parte do Regimento interno da Universidade no dia 23 de março de 1972, através da Deliberação nº 4.



Figura 3: Foto da porta de entrada da SAPG – Seção de Arquivo e Protocolo Geral
Fonte: Daniele Costa da Silva



Figura 4: Foto Placa da SAPG
Fonte: Daniele Costa da Silva

Atualmente, o Arquivo da UFRRJ, está vinculado a PROPLADI (Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional) e seu espaço possui uma área de 587m² com aproximadamente 3.400 metros lineares¹² de documentos que foram acumulados desde o ano de 1910 até os dias atuais. O arquivo busca a centralização de documentos de arquivo, a disseminação da informação e a implementação de políticas arquivísticas.



Figura5: Foto do primeiro salão do Arquivo Geral da UFRRJ
Fonte: Daniele Costa da Silva

É interessante sublinhar que o Arquivo da UFRRJ é formado por conjuntos de documentos das atividades fim¹³. Atividades estas desenvolvidas pela universidade de características finalísticas, ou seja, relacionadas à pesquisa, extensão, vida acadêmica, e atividades meio¹⁴ relacionadas com a parte administrativa da universidade, composta por documentos referentes ao contexto administrativo, que vão desde atos

¹² Unidade convencional de medida utilizada para determinar o espaço ocupado pelos documentos nas estantes (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 120).

¹³ Atividades-fim: atividade desenvolvida em decorrência da finalidade de uma instituição, também chamada de atividade finalística. (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.39).

¹⁴ Atividade-meio é aquela que dá apoio à consecução das atividades-fim de uma instituição, também chamada atividade mantenedora. (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 39).

administrativos a documentos que já adquiriram seu valor permanente¹⁵ e ou histórico e probatório.¹⁶

Os arquivos, e, em especial, o arquivo da UFRRJ, precisam ser vistos não apenas como algo estável e consolidado, mas também, como um lugar de representação de um novo tempo. Os mesmos são espaços importantes de rememoração do que se perpetua no tempo, materiais de suporte da memória, e difusores de uma memória imaterial e simbólica. Estes, infelizmente, ainda, estão distantes da realidade desejada. A falta de sensibilização e o pouco conhecimento do cidadão sobre a importância dos arquivos prejudicam expressivamente a garantia de preservação da memória cultural de nossa sociedade.

Conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda sociedade organizada. Quanto mais a sociedade se desenvolve, mais atividades humanas são numerosas, diversificadas e independentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos (DELMAS, 2010, p 19 –20).

Os arquivos são lugares materiais que se tornam simbólicos, por serem espaços educativos a partir dos quais práticas de trabalho e de relações sociais são construídas. O arquivo da UFRRJ é um lugar funcional, pois se institui como um espaço de socialização e convivência, permitindo a elaboração de práticas de pesquisa e conhecimento, de forma ampliada.

[...] reconhecemos o caráter singular dos arquivos como evidência autêntica das atividades administrativas, culturais e como um reflexo da evolução das sociedades. [...]a diversidade dos arquivos ao registrarem todas as áreas da atividade humana e a responsabilidade de todos, cidadãos, gestores e autoridades públicas, proprietários ou detentores de arquivos públicos ou privados, arquivistas e outros profissionais do campo da informação, na gestão de arquivos (2010¹⁷).

¹⁵ Valor permanente é o valor probatório ou informativo que justifica a guarda permanente de um documento em um arquivo, também chamado de valor arquivístico ou valor histórico (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.171).

¹⁶ Valor probatório é o valor intrínseco que permite a um documento de arquivo servir de prova legal (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 172).

¹⁷ Trecho da Declaração universal sobre os arquivos, aprovada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo e na 36ª

O Arquivo da UFRRJ é, dessa forma, um espaço de ação para aqueles que buscam recuperar a memória que foi registrada e que o tecido social tem dificuldades de absorver e transmitir. Nora (1993, p. 21) destaca que um lugar de aparência puramente material como um depósito de arquivo, só é “lugar de memória” se a imaginação o investir de uma aura simbólica. É, portanto, necessário que as Universidades e a administração das mesmas, em especial a UFRRJ, apoiem a constituição e manutenção dos arquivos, para que estes possam superar seu caráter estritamente material (objeto físico) e a função técnica e administrativa que possuem intrinsecamente, a fim de lhe conferir novos significados de produção do conhecimento.

CAPÍTULO II – O ARQUIVO DA UFRRJ E SEU DIÁLOGO COM O PATRIMÔNIO: DILEMAS E DESAFIOS

A crescente literatura sobre memória social ou coletiva, sugere a necessidade de um olhar novo sobre o arquivo a luz das mudanças na produção e preservação dos documentos, nos meios mutáveis de registro e na natureza do que é documentado e quem faz a documentação, assim como a necessidade de examinar o impacto dessas mudanças sobre a gestão de registros e sua prática, e sobre arquivos e sua prática (RICOUER, 2007, p17).

2.1. Documento e patrimônio

As instituições públicas e privadas produzem e acumulam conjuntos documentais no exercício de suas atividades. O acúmulo de documentos sem nenhum tipo de tratamento e ainda a diversidade de suportes impossibilitam o acesso, por isso, torna-se um desafio a implantação de procedimentos que visem à organização desses acervos. Acervos nos quais se encontram uma pluralidade de documentos que se instituem como expressivos bens culturais posto que são capazes de ser portadores das próprias “relações sociais”.

É possível tomar o Arquivo da UFRRJ como bem cultural, pois o amplo *corpus documental* que o constitui, e até mesmo a seleção de parte desses documentos, é capaz de instituir a partir de trabalhos de pesquisa, referências à memória, à identidade e a ação de diferentes grupos humanos. É, por isso, que o Arquivo da UFRRJ e seu acervo devem ser investidos de uma dimensão de patrimonialização.

É interessante pontuar que essa reflexão é bastante relevante posto que o próprio campo do patrimônio encontra-se em construção. Construção interdisciplinar, especialmente, após a instituição, na Constituinte de 1988, da noção de patrimônio cultural. Os arquivos e, em particular os arquivos universitários, podem e devem vir a integrar esse campo. Tal integração viabilizaria, inclusive, uma nova relação dos gestores e usuários desses arquivos com a memória, notadamente, a memória social coletiva.

Os arquivos são caracterizados por si só, como fonte de extrema importância para a história, tendo em vista que seus conjuntos documentais, já nascem constituídos de organicidade¹⁸, atuando como instrumento legal e servindo de testemunho registrado do fato histórico. Além de “lugares de memória”, arquivos, e, em especial, arquivos universitários tem um significativo valor social por conta de seus documentos. Cabe destacar, que no âmbito das discussões internacionais, já se coloca a questão do valor social que os arquivos apresentam. Essa valoração permitiria, inclusive, que o Arquivo da UFRRJ fosse apreendido e compreendido como “lugar de memória”.

Interessante observar, por exemplo, o que a declaração de QUEBEC¹⁹ (2008, p. 2) nos propõe acerca da preservação do “*Spiritu loci*” para melhor percepção do alcance dessa valorização. A declaração nos incita a refletir sobre a motivação de uma consciência de preservação e de continuidade dos espaços, já que o espírito do lugar é definido a partir de elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.). Arquivos apresentam, portanto, elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar.

Cabe, ainda, sublinhar, como destaca Heymann (2012, p.19) o quanto a concepção de arquivo vincula-se aos campos da memória. Para a pesquisadora em torno do arquivo, como ao redor da memória, novos cultos estariam se desenvolvendo com base na ideia de que “tudo é arquivo” e, por isso, deve ser conservado.

Arquivos expressam e guardam inúmeras oposições: memória e esquecimento, sofrimento e esperança, poder e *accountability*²⁰, confinamento e liberação, opressão e justiça, conformidade e diversidade, silêncio e fala. Com frequência, arquivos servem aos interesses do poder estabelecido, mas eles também, podem dar poderes aos grupos marginalizados da sociedade (RANDALL, 2008, p. 39).

Essa dimensão mais contemporânea de valorização dos lugares como importantes suportes da própria memória social coletiva pode e deve ser apropriada

¹⁸ Organicidade é a relação natural entre documentos de um arquivo, em decorrência das atividades da entidade produtora (Dicionário de Terminologia Arquivística, 2005, p.127).

¹⁹ ICOMOS, DECLARAÇÃO DE QUEBEC (2008). Sobre a Preservação do “*Spiritu loci*”. Disponível em: < <http://www.internacional.icomos.org/quebec2008.>>. Acessado em: 21/05/2019.

²⁰ *Accountability* é um termo em língua inglesa utilizado nas ações de políticas públicas. Segundo Spinoza (2012) pode ser descrito como controle, fiscalização, responsabilização, ou, ainda, prestação de contas.

pelas políticas arquivísticas. É interessante, nesse sentido, a reflexão de Boso et al. (2007, p.123) já que estes ressaltam que o arquivo universitário tem uma função importante na vida acadêmica, principalmente por se constituir como instituição voltada para o saber científico e para o desenvolvimento do conhecimento por meio da pesquisa. Além disso, como aponta Leme (2005, p.5), as universidades contam com documentos em seus arquivos que ajudam a viabilizar uma gestão administrativa e acadêmica mais eficaz. Essas são dimensões que os arquivos universitários portam, mas, que, infelizmente, são pouco exploradas.

É relevante destacar, ainda, que há poucos estudos sobre arquivos universitários e sobre essa dimensão de seus documentos enquanto patrimônio, tanto na área da arquivologia quanto em áreas da informação como a história. É essencial, na atualidade, fomentar não só o debate, mas, principalmente, a conscientização sobre a importância dos arquivos e sua dimensão como bem cultural, para nos alinharmos, com a política internacional acerca dessa temática. A UNESCO e o Conselho Internacional de Arquivos reconhecem o valor e o caráter permanente dos arquivos.

[...] no apoio à condução eficiente, responsável e transparente de negócios, proteção de direitos dos cidadãos, fundamentação da memória individual e coletiva, compreensão do passado, documentação do presente e orientação das ações futuras (DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE ARQUIVOS, 2010, p.)²¹.

Os arquivos, e, em especial o Arquivo da UFRRJ, possuem a atribuição de recolher, custodiar e preservar fundos²² documentais originados na instituição, que fazem parte da dimensão histórica da administração. Estes podem ultrapassar a própria natureza administrativa e fornecer informações para a leitura em uma perspectiva histórica e patrimonial institucional e educacional. Arquivos, museus e centros de memória expressam, dessa forma, um lugar de preservação e guarda de um patrimônio

²¹ Trecho da Declaração universal sobre os arquivos, aprovada na assembleia geral do Conselho Internacional de Arquivos realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA, em Oslo e na 36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO Tradução para o português acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal). Disponível em: http://www.ica.or/sites/.../ICA/2010_Universal-Declaration-on-arquivos-PT.pdf. Acesso em: 27 jun 2019.

²² Convém destacar que fundo é um conjunto de documentos de uma mesma proveniência, ou seja, de uma mesma entidade coletiva, pessoa ou família. (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVISTICA, 2005, p. 97)

documental, com o desejo de perpetuar e rememorar. Ressaltamos, por isso, o potencial de apropriação desse espaço que ainda pode ser explorado.

Ao fornecer os documentos e informações que estão sob sua guarda, um arquivo não exerce somente uma finalidade funcional, de mantenedor e gestor de documentos dentro de uma instituição, mas também exerce uma finalidade cultural, ao colaborar para reconstituir ou escrever a história nacional, regional ou mesmo institucional. Deste modo, servindo de memória e constituindo uma rica fonte de pesquisa (ROSA, 2017, p.32).

A finalidade cultural do arquivo, apontada por Rosa, está associada ao valor que as informações dos documentos possuem e a função memorialística dos mesmos. Convém destacar para enriquecer essa reflexão a ponderação de Pereira (2011, p.14) acerca de documento. O pesquisador afirma que os documentos são vistos como uma forma de expressão e exteriorização da memória, dessa maneira, então, os arquivos tornam-se os depositários da memória individual e coletiva, servindo de suporte para a constituição da história das instituições e da identidade de um determinado povo.

Por fim, sublinhamos que a criação dos documentos foi uma necessidade para o registro da memória, exercício de perda e reconhecimento de direitos. As pessoas passaram a preservar documentos úteis ao funcionamento de sua vida, dos tipos mais variados. E esses documentos se vinculam a referência de cultura que atualmente está atrelada de forma estreita a noção de patrimônio.

Diante do exposto, devemos nos debruçar sobre a própria noção de documento, já que a mesma tem em si uma dimensão de historicidade muito particular que nos ajuda a compreender a formação dos arquivos. Tomamos nessa pesquisa o documento não só como o registro de uma população humana, mas também como testemunho histórico. Há que se ressaltar, ainda, que para a sociedade contemporânea o mesmo pode ser convertido em um bem cultural. Essa última apropriação vincula-se aos avanços que e firmam entre o campo do patrimônio e áreas de conhecimento como a Arquivologia e da História.

Os documentos ao serem pesquisados e acessados permitem o revisitar do passado. Não só os documentos contam uma história, mas, há um contexto em torno dos acontecimentos narrados nos documentos que deve ser identificado. Tomando como referencial tal contexto e, ainda, aspectos da crítica interna e externa do documento, os historiadores tecem uma narrativa, uma Escrita da História, e se aproximam desse passado vivido e das muitas relações humanas que dele se desdobram.

Pesquisadores como Randall também ponderam sobre o valor mais do que histórico dos quais os documentos são portadores. Para Randall (2008, p. 33) [...] o que preservamos nos arquivos é uma gama complexa de valores sociais. Esses documentos que compõe o acervo dos arquivos são variados, trazem traços do passado e, portanto, da História, mas devem ser preservados, pois, estão ligados à memória social.

O documento de arquivo é o resultado de uma ação passada que se pretende guardar, ao longo do tempo. [...] A guarda dos arquivos se inscreve na duração, no tempo longo da vida dos homens e das instituições (DELMAS, 2010, p.61).

O termo latino *documentum*, deriva de *docere*, que expressa “ensinar”, progredindo para o significado de “prova”, amplamente utilizado no âmbito jurídico/legislativo. No século XVII, já existia na linguagem jurídica do francês *titres et document*, porém, a definição moderna de testemunho histórico, aparece apenas no início do século XIX (LE GOFF, 2013, p. 486 e 487). Para Le Goff, a noção documento tem uma historicidade que se relaciona de forma estreita à noção de monumento²³. O documento apresenta-se como o fundamento do fato histórico e o monumento como herança do passado.

O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se a intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito. (LE GOFF, 2013, p. 486)

Há, ainda, segundo o historiador Le Goff, um lento triunfo do documento sobre o monumento que culmina na chamada revolução documental no contexto de consolidação do positivismo. Cabe destacar ainda, que segundo Jardim (1995, p.2), a partir da concepção de Le Goff, os documentos passam a ser materiais da memória

²³ Para Le Goff o monumento liga-se também à memória. Sua raiz indo européia exprime ‘memória’ que é uma das funções essenciais do espírito. Na Antiguidade esse vínculo com a memória se mantém e o mesmo associa-se a perspectiva de perpetuação e se exprime, sobretudo, a partir de uma relação mais direta com obras arquitetônicas e/ou esculturas e, ainda, monumentos funerários (LE GOFF, 2013, p.486).

coletiva e o que os diferencia, especialmente dos ditos monumentos, são suas características.

(...) assim, os monumentos apresentam alguns atributos específicos: são herança do passado – evocam o passado, ligando-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas; – apresentam uma intencionalidade. De outro lado os documentos apresentam uma objetividade que se opõem a intencionalidade do monumento. Constituem uma escolha do historiador, triunfando sobre o monumento a partir do positivismo, no século positivismo, no século XIX, quando adquire o sentido moderno de testemunho histórico (JARDIM, 1995, p.2).

Le Goff (2013) sublinha a expansão da noção de documento para um *corpus documental* plural, destacando que os mentores da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”, em 1929, já se preocupavam com uma noção de documento mais ampla. Segundo o pesquisador esse grupo já relativizava a ideia de que o documento era, sobretudo, um texto.

É interessante apontar, ainda, que para Le Goff (2003) todo documento é monumento, o que aponta para o fato de que o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado. O documento é sempre fruto da sociedade e sua utilização pelo poder é o que o transforma em monumento. Todo documento seria, então, para o pesquisador um “documento-monumento”. E sua relação com o poder deveria ser apreendida para que ao se apropriar do documento o historiador conseguisse perceber, então, as diferenças sociais.

É importante ressaltar que a percepção de documento é fruto de reflexão permanente e de longa duração que não se restringe ao campo dos ditos historiadores. Dodebei (2011, p. 5) defende uma corrente de pensamento baseada não só na visibilidade, mas também na ação do registro, e, para isso, ressalta a conceituação de Ocampo (1991, p.2) sobre o documento. Destaca, dessa forma, o documento, como tudo aquilo a que atribui determinados significados, ao afirmar que

“... existem documentos registrados nos mais diferentes suportes (o que dá origem ao conceito de bem cultural tangível), por outro lado existem também documentos que não se encontram registrados em suportes materiais e que nem por isso deixam de ser resultado de manifestações culturais significativas, tais como mitos de criação, lendas, superstições, músicas (bens culturais intangíveis) “.

Documento e patrimônio, hoje, firmam relações bem estreitas. Os ditos “documentos-monumentos” de Le Goff são, em si, portadores de referência à memória e, por isso, instituem-se e podem ser apreendidos como se sublinhou como bens culturais. Para melhor percepção dessa relação interdisciplinar que se encontra, ainda, em difusão e consolidação, cabe uma reflexão sobre as singularidades da noção de patrimônio e sua historicidade.

O termo patrimônio vem do latim *patrimonium*, que significa “herança, propriedade paternal” e a esta podemos atribuir diferentes sentidos e significados. O patrimônio é um campo interdisciplinar ainda em consolidação que estabelece uma aproximação com o passado e dialoga com a identidade e a herança cultural de um indivíduo ou de um grupo como mostra Márcia Chuva em sua reflexão sobre a acepção de patrimônio nos dias de hoje.

As transformações que a noção de patrimônio sofreu pelo menos nos últimos trinta anos, deram-se no sentido de uma ampliação espantosa: patrimônio ecológico, étnico, cultural, ético, vivo, imaterial, histórico, artístico etc. [...] A um só tempo o patrimônio é representado metaforicamente, como as bases concretas de sustentação da ‘identidade nacional’ em objetos, prédios, monumentos etc. (CHUVA, 2009, p.44).

Baltazar (2011), ao definir patrimônio, o toma como um conjunto de bens materiais ou imateriais, que pelo seu valor próprio, tende a ser considerados importantes para a permanência e para a identidade da cultura de um povo. Os valores que um patrimônio possui são identificados dependendo do momento de cada sociedade e dos significados que estas dão ao patrimônio.

É, por isso, que ao longo dos anos, diversos foram os sentidos e valores atribuídos ao patrimônio. Instituíram-se, pouco a pouco, muitos patrimônios: o patrimônio histórico, o patrimônio artístico, o patrimônio edificado, o patrimônio antropológico, dentre muitos outros (ROSA, 2017, p. 28). Hoje, sob a perspectiva da noção de bens culturais materiais e imateriais, ancorados no conceito antropológico de cultura, campo do patrimônio se amplia em torno da construção de referenciais de memória e identidade. Mas, é sempre importante lembrar, que as primeiras manifestações e elaborações em torno do conceito e sentido de patrimônio, no contexto

brasileiro, bem como a sua preservação, aconteceram no auge no movimento modernista no país.

A construção do patrimônio brasileiro foi marcada por um profundo envolvimento dos intelectuais modernistas, a partir do projeto governamental de construção da identidade nacional, existindo por parte dessa intelectualidade (CHAVES, 2014, p.3).

A influência modernista buscava uma valorização do histórico, marcado por transformações que procuraram criar novas formas artísticas, ou seja, uma nova arte marcada por disputas, ocasionando uma demanda por mudanças para essa nova geração da arte, através da construção histórica e de uma identidade nacional.

A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela automatização das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação (FONSECA, 2005, p.27)

Maltez et al (2010, p.41) aponta a elaboração do anteprojeto de Mario de Andrade, como aspecto importante na criação do instituto preservacionista e das primeiras diretrizes de proteção do patrimônio artístico nacional, servindo este de base a lei posteriormente promulgada, em 30 de novembro de 1937, com o Decreto Lei nº 25. O Decreto Lei nº 25, promulgado durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, trouxe em seu art.1º o seguinte conceito de patrimônio.

[...] Conjunto dos bens móveis e imóveis escritos no país cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Em 1936, cria-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, sob a direção de Rodrigo Melo Franco, com o intuito de por em prática o anteprojeto elaborado por Mario de Andrade. Na sua reestruturação administrativa, este

passou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e se tornou o órgão responsável por ações de proteção ao patrimônio artístico nacional.

O Iphan zela pelo cumprimento dos marcos legais, efetivando a gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro e dos bens reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio da Humanidade. Pioneiro na preservação do patrimônio na América Latina, o Instituto possui um vasto conhecimento acumulado ao longo de décadas e tornou-se referência para instituições assemelhadas de países de passado colonial, mantendo ativa cooperação internacional (PORTAL ELETRÔNICO DO IPHAN²⁴, 2019)

Rodrigues (2006, p. 2) aponta três fatores como importantes para a elaboração do conceito de patrimônio no Brasil: a semana de arte moderna de 1922, o Estado Novo e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Convém pontuar a reflexão de Jardim (1995, p. 3) que salienta que, no século XIX, o Estado percebeu a importância de constituir um patrimônio cultural que lhe desse identidade.

Segundo Oriá (2001, p.131) o conceito de patrimônio histórico está relacionado aos prédios, monumentos e demais edificações de valor histórico arquitetônico, que por sua natureza, singularidade e originalidade, devem ser preservados. As questões ideológicas e políticas foram bem significativas na busca por essa constituição, valorização e preservação do patrimônio no Brasil.

A noção de patrimônio histórico/cultural insere-se neste processo pelo qual o Estado se organiza mediante a criação de um patrimônio comum e uma identidade própria. A construção desse patrimônio pressupõe valores, norteadores de políticas públicas, a partir dos quais são atribuídos qualificativos a determinados registros documentais. Como tal o patrimônio é político por natureza (JARDIM, 1995, p.3).

O entendimento do conceito de patrimônio nessa perspectiva nos leva ao passado e a materialização de elementos que se voltam para referenciais identitários que contando a história de um determinado local ou grupo. O patrimônio institui-se, portanto, como uma forma de rememorar, transformando o que está documentado e guardado em registros históricos, em uma narrativa do passado.

²⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> Acesso em: 22 de maio de 2019.

Os movimentos de preservação tornaram-se cada vez mais presentes, devido às mudanças e aos novos enfoques dados ao conceito de patrimônio. Consolidou-se, ao longo do tempo, uma visão sobre o valor testemunhal dos bens arquitetônicos e da relação desse valor com a história, assim como, de sua conexão com as práticas de preservação e a necessidade de documentar essas práticas.

[...] o objetivo das políticas de preservação: garantir o direito à cultura dos cidadãos, entendida a cultura, nesse caso, como aqueles valores que indicam – e em que se reconhece – a identidade da nação (LONDRES, 2005, p.39)

Esse panorama de mudança surge, a partir da Escrita da História e de fatores sobre o que preservar. O que era voltado para arte e arquitetura precisava ser revisto e discutido. De acordo com Nascimento (2016, p.125) o valor patrimonial não estaria presente somente em monumentos, porém, era preciso olhar para o valor testemunhal da arquitetura como documento da história.

Entretanto, em um dado momento histórico essas fortes questões históricas e testemunhais, precisaram se fazer presentes e o que era considerado monumental, arquitetônico e edificado, abriu espaço para as fontes documentais. Pereira Filho (2018, p. 71) enfatiza, assim, que a materialização do patrimônio pode ser estendida aos arquivos

No Brasil, apesar de os documentos estarem contemplados enquanto patrimônio através dos tombamentos de imóveis que detivessem em seu interior um significativo acervo. [...] somente a partir dos anos de 1980 os arquivos ganham um perfil de bem patrimonializáveis (PEREIRA FILHO, 2018, p 71).

Interessante retomar, aqui, as ponderações de Le Goff (2003, p.463) que destaca a objetividade do documento como oposto a intencionalidade do monumento, e, ainda, ressalta que os mesmos se fixam como um testemunho da escrita. A recomendação de Paris (1964) traz em sua definição esse caráter de monumentalidade ao documento, ao definir os arquivos como parte dos bens culturais.

São considerados bens culturais móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, manuscritos, os livros e outros bens de interesse artísticos, históricos ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes – tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluindo os arquivos musicais (PARIS, 1964, p.1).

Com o decorrer das décadas, como se pode depreender da reflexão acima, o surgimento de legislações novas, o conceito de patrimônio sofreu alterações, passando a abarcar o patrimônio documental como categoria do patrimônio cultural.

O conceito de patrimônio cultural adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como conjunto de bens culturais, referentes às identidades coletivas (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.2).

Na concepção internacional, os documentos foram referenciados nas cartas patrimoniais que ofertaram contribuições e orientações, destacando o patrimônio de forma ordenada e metodológica como nos mostra a tabela abaixo.

CARTAS PATRIMONIAIS		
ANO	ESPECIFICAÇÃO	CONTEÚDO
1931	CARTA DE ATENAS	<ul style="list-style-type: none"> • Utilidade da documentação internacional; • Sugestão de constituição de arquivos para os Estados membros; • Propagação de um amplo movimento internacional traduzido em documentos nacionais;
1956	9 CONFERÊNCIA DA UNESCO	<ul style="list-style-type: none"> • Destaque para que as documentações produzidas sejam depositadas em arquivos de órgãos públicos e posta a disposição de pesquisadores;
1964	CARTA DE VENEZA	<ul style="list-style-type: none"> • Institui a noção de bem cultural e do seu reconhecimento como pertencente à identidade cultural de um povo; • Traz a definição de monumento

		<p>histórico;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considera o documento como monumento;
1989	<p>RECOMENDAÇÃO DE PARIS – CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO – 25 REUNIÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aborda a definição da cultura tradicional e popular; • Apresenta recomendações para conservação, salvaguarda, difusão, proteção e cooperação internacional; • Apresenta a importância. Da conservação referente a documentação relativa às tradições vinculadas à cultura tradicional e popular; • Estabelece serviços nacionais de arquivos para armazenamento da cultura popular recompilada; • Estabelece um arquivo nacional central para prestação de serviços; • Propõe formação e capacitação em conservação física para profissionais como arquivistas, documentalistas dentre outros; • Propõe facilitar o acesso a informações adequadas sobre a cultura tradicional e popular, por meio dos centros de documentação, bibliotecas, museus, arquivos; • Propõe atribuir aos serviços de arquivo a responsabilidade de cuidar da utilização das informações recolhidas;
1994	<p>CONFERÊNCIA DE NARA – DOCUMENTO CONCEBIDO NO ESPÍRITO DA CARTA DE VENEZA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover respeito a diversidade de patrimônio cultural na conservação; • Valor de autenticidade na prática de conservação; • Autenticidade relacionada a valorização de pesquisa e fontes de informação; • As pesquisas e os levantamentos devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substâncias, uso, tradições, técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos; • Delineamento das dimensões específicas do bem cultural que está sendo examinado, como: artísticas, históricas, sociais e científicas;
2003	<p>CONVENÇÃO PARA A</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a

	SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURA E IMATERIAL PARIS	viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão;
2008	DECLARAÇÃO DE QUÉBEC Sobre a preservação do “Spiritu loci” DECLARAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecem a importância das dimensões intangíveis do patrimônio e o valor espiritual dos lugares; • O espírito do lugar é composto por elementos tangíveis (sítios, edifícios, paisagens, rotas, objetos) bem como, de intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, festivais, comemorações, rituais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.);

Figura 6: Elaboração da pesquisadora Daniele Silva

Cabe informar, no entanto, que a busca por uma definição do patrimônio e um olhar diferenciado para o documento enquanto patrimônio no Brasil teve início pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Tal perspectiva empreendida pelo IHGB era uma forma de resgate do passado da nação. E, convém pontuar que, por mais que o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro²⁵, institui-se uma noção de patrimônio cuja preocupação vinculava-se ao campo histórico, o mesmo não citava o documento como categoria do patrimônio. Tal dimensão, ligada aos documentos, apareceu, de forma mais clara e explícita, na Constituição de 1988.

O texto constitucional de 1988 dá atenção especial às ações de preservação do patrimônio documental. O mesmo, ao substituir a denominação patrimônio histórico e artístico por patrimônio cultural brasileiro, passa a englobar a gestão do patrimônio e da documentação, bem como o patrimônio imaterial com suas formas de expressão. Convém, aqui, citar o artigo 23 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), posto que

²⁵ Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf

Acesso em: 22 maio 2019.

trata das questões de proteção do patrimônio histórico e cultural. De acordo com o artigo é competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios

- III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
 - IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
 - V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- (BRASIL, 1988, p. 30 -32).

Merece, ainda, realce, para melhor percepção da construção dessa noção de documento como patrimônio o artigo 216 da Constituinte de 1988 que amplia a perspectiva patrimonial.

- Art.216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da Sociedade Brasileira nos quais se incluem:
- I – as formas de expressão;
 - II – os modos de criar, fazer e viver;
 - III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico - culturais;
 - V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e dessa apropriação, de outras formas de acautelamento e preservação.
- § 2º Cabem a administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (BRASIL, 1988, p.152)

Como se pode depreender da leitura do artigo constitucional acima referenciado os documentos constituem-se como um dos elementos que compõem o patrimônio, já que fazem parte do então do patrimônio cultural brasileiro todas as formas de expressão. Incluem-se, aí, sem dúvida, os documentos, substratos da memória da sociedade.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública ²⁶(PORTAL ELETRÔNICO DO IPHAN, 2019)

A partir da Constituição de 1988 (art.216), o documento passou a ser considerado parte do patrimônio nacional, no entanto, quanto à gestão da documentação, vale destacar a Lei 8.159 ²⁷de 1991, que denota a definição dos arquivos enquanto patrimônio, assim como, a importância de seu valor informativo, histórico e de sua gestão.

Art. 1º É dever do Poder Público a gestão documental e de proteção especial a documentos de arquivos como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (BRASIL,1991).

A “Lei de arquivos”, regulamentou o que expressa a Constituição de 1988, corroborando com o valor da gestão fundamentada para a documentação, ampliando a aplicação da política arquivística para os arquivos públicos e privados.

[...] o patrimônio documental é um dos objetos de recuperação da memória, podendo assim, ser contemplado pelo viés de patrimônio histórico cultural, pois é um objeto onde constam informações que contam a história de uma geração e/ou povo [...] os documentos são importantes componentes do patrimônio histórico-cultural e que é de responsabilidade do poder público, independente da esfera, assegurar sua proteção e preservação (ROSA, 2017, p.31).

²⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> Acesso em: 22 de maio de 2016.

²⁷ Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

O patrimônio arquivístico²⁸, consiste no conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 130) É interessante pontuar que o patrimônio documental brasileiro, passou a ter grande relevância, a partir do projeto da UNESCO, o *Programa Memória do Mundo* ²⁹, que reconhece e valoriza o patrimônio documental.

A memória do Mundo é a memória coletiva e documentada dos povos do mundo, ou seja, seu patrimônio documental, que representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Ela traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da Sociedade humana. É o legado do passado para a Comunidade presente e futura (Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental, UNESCO, 2002, p.5).

Segundo UNESCO (2017), o *Programa Memória do Mundo*, foi criado em 1992. Este se originou em virtude da crescente consciência do frágil estado de preservação e das dificuldades de acesso ao patrimônio documental, em várias partes do mundo. Este projeto busca trabalhar na implantação de cinco estratégias chaves: *na identificação do patrimônio documental, na conscientização, na preservação, no acesso e estruturas, e nas condições e parcerias*. “Grande parte da memória do mundo se encontra nas bibliotecas, nos arquivos, nos museus e nos locais de custódia espalhados por todo o planeta, e uma grande porcentagem dela corre perigo atualmente”. (UNESCO, 2002, p. 5)

Pereira Filho (2018, p. 71) ressalta que a UNESCO escolheu o termo patrimônio cultural, a fim de tratar as políticas de valorização dos acervos documentais, tomada pela intenção de tornar os arquivos mais próximos da sociedade contemporânea. Dessa forma, a UNESCO a partir do *Programa Memória do Mundo* buscou a valorização dos acervos documentais. Portella (2012, p. 20) define patrimônio cultural como “elo” entre o passado e o presente de um grupo ou de uma nação que permite a identificação e a continuidade de sua história.

²⁸ Essa abordagem busca demonstrar que a concepção de patrimônio arquivístico está vinculada a concretude e materialidade do documento por seu valor permanente, histórico e testemunhal.

²⁹ PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO. UNESCO. Equipe da UNESCO no Brasil. 2017.

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and...to.../documentary-heritage/>
Acesso em: 20 out 2018

E é justamente sob a perspectiva da preservação do patrimônio documental que interessa destacar outras particularidades brasileiras e internacionais. A Carta de Atenas (1931) se mostra pioneira ao destacar a importância da constituição de arquivos pelos Estados, vinculando a formação desses acervos às publicações técnicas do patrimônio; já a Carta de Veneza (1964) reforça a necessidade da guarda dessa documentação especializada e da sua respectiva disponibilidade. Por mais que o Decreto-lei 25/1937 não explicita o termo documentação, pode-se compreendê-la como parte integrante daquilo que se qualifica como “conjunto de bens móveis e imóveis”. O tombamento de acervos documentais não é prática recorrente nas instituições de patrimônio; isso porque a própria gestão documental, desde que estruturada e em pleno funcionamento, acabará por selecionar aqueles documentos considerados permanentes e históricos. O ato de se tornar ou atribuir valor à documentação ocorre em situações de promoção para acervos considerados representativos ou em situações de risco iminente de perda dos mesmos. Programas como “Memória do Mundo”, promovido pela Unesco, têm lançado luz sobre o patrimônio documental considerado “em perigo” e “valioso” (PORTAL ELETRÔNICO DO IPHAN³⁰, 2019).

Acreditamos que o maior desafio, hoje, consiste na identificação do que seja realmente patrimônio documental, bem como, sua preservação dentro das instituições, e na UFRRJ e seu arquivo essa realidade não é diferente. Mesmo com as legislações em vigor, há muitas dificuldades por parte das instituições e do Estado em assumirem o seu dever de gestores, de incentivadores a valorização desse patrimônio.

Articulada à atividade de pesquisa, a documentação se mostra um bem cultural imprescindível para as ações preservacionistas do patrimônio. Ambas se nutrem reciprocamente, na medida em que podem trazer à tona registros do passado e do presente, suscitando questionamentos, reflexões, olhares, percepções e problematizações sobre os nossos diversificados acervos. Ações estas que são fundamentais para a constante produção do conhecimento interdisciplinar a partir das múltiplas (re)apropriações desse bem bastante emblemático das nossas memória e história: a documentação (PORTAL ELETRÔNICO DO IPHAN³¹, 2019).

O poder público e os usuários de acervos assim como a sociedade precisam compreender que os documentos são patrimônio e, por isso, se torna indispensável sua preservação.

³⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/27/documentacao>
Acesso em: 22 de maio de 2019.

³¹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/27/documentacao>
Acesso em: 22 de maio de 2019.

[...] os bens patrimoniais documentais das instituições são os documentos permanentes, de valor histórico-cultural. Desta forma, acredita-se ser imprescindível que as instituições mantenedoras de documentos históricos, bem como os pesquisadores e profissionais da área, tenham a consciência de que embora o documento não possua explicitamente a nomenclatura de “patrimônio documental” ele não deve ser menosprezado (ROSA, 2017, p. 50).

Na concepção de Rosa (2017, p, 47) os bens patrimoniais documentais são documentos permanentes de valor histórico pois são estes que remetem à memória.

Esta concepção é que a mais se aproxima da compreensão de que o patrimônio documental é composto por documentos permanentes de cunho histórico. O interesse histórico presente nos documentos permanentes surge no momento em que são transferidos do valor primário para o secundário. A partir daí o documento permanente passa da sua finalidade funcional (de atender apenas a administração), para a cultural (servindo principalmente a história e outras áreas afins) (ROSA, 2017, p. 48).

Associando ao contexto da UFRRJ e de seu arquivo, e sob o pensamento de Rosa (2017, p. 50) os documentos que compõem os acervos da universidade possuem aspectos de bens patrimoniais, pois constituem fontes importantes para a compreensão da formação histórica, da linguagem, da memória e da construção identitária dos sujeitos, do Estado, e da própria universidade, enquanto instituição.

Segundo Micoud (2005, p 81), conforme citado por Cavalcante (2007, p.156) a constituição de um patrimônio deve passar, necessariamente, por um processo de *patrimonialização*. Isto é, fazer com que um bem seja considerado patrimônio a partir de critérios históricos, sociais, culturais, éticos, econômicos ou do direito, que garantam um valor representativo de um grupamento humano e de sua memória coletiva, cuja salvaguarda, ainda que simbólica, favoreça a preservação e o acesso a gerações futuras.

2.2. Gestão do patrimônio documental

Os documentos arquivísticos contribuem de forma significativa para a construção de saberes, visto que refletem o gerenciamento e o exercício da

administração de uma determinada instituição. Os mesmos são capazes de contar a história de um povo, já que esses espaços contêm muitas vivências e são formados por muitos elementos identitários.

O documento ou, ainda, a informação registrada, sempre foi o instrumento de base do registro das ações de todas as administrações, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória (INDOLFO, 2007, p. 29).

Uma gestão adequada desses documentos é, portanto, fundamental para que os arquivos exerçam seu papel social. É interessante pontuar, aqui, que a Revolução Francesa marcou uma nova era na administração de arquivos. É a partir desta que ocorreu uma preocupação com a relação arquivo e sociedade. Além de uma explosão documental, observa-se, nesse contexto, a institucionalização de arquivos públicos e o incentivo a acessibilidade por parte do cidadão, desde que a comunicação dos documentos não causasse prejuízo ao Estado e de demais pessoas. Ocorre, assim, uma valorização do documento e, ainda, a dimensão de preservação dos mesmos como patrimônio histórico.

[...] da Antiguidade Clássica à Revolução Francesa, os documentos desempenharam um papel de prova e demonstraram o exercício do poder por parte das administrações, consolidando a noção de arquivos de Estado e dos Arquivos Nacionais, é no século XIX que se atribuiu aos documentos um valor de testemunho para a reconstituição da História, criando-se a dicotomia que, para alguns, ainda persiste no papel, nas funções e no trabalho com os documentos de arquivo (INDOLFO, 2007, p. 29).

Um dos propósitos desse trabalho é explicitar o diálogo entre o arquivo da UFRRJ e o patrimônio documental, a partir das propostas de elaboração e de aplicabilidade de uma política de gestão de documentos no contexto da UFRRJ, a fim de externar a dimensão da mesma como ferramenta. Há muitas adversidades em torno

dessa aplicabilidade, que devem ser superadas. Merecem destaque técnicas de organização significativas para uma patrimonialização e valoração adequada desse arquivo e seu acervo, visto que as mesmas podem e devem atuar como importantes ferramentas de preservação do patrimônio arquivístico e institucional.

Os arquivos não são depósitos de documentos empilhados, mas um reflexo e uma justificação da sociedade que os produziu. Com a crescente complexidade da sociedade, de seus meios de comunicação e de suas necessidades de informação, as práticas dos que produzem registros, assim como as instituições de memória coletiva vêm mudando (SCHWARTZ; COOK, 2004, p. 23).

Carpes; Flores (2012) destacam a importância de políticas que englobem tanto a questão administrativa, quanto a patrimonial:

“ Na vertente administrativa, os objetivos de políticas para os arquivos universitários são principalmente: a preservação dos direitos relativos aos servidores, alunos e professores; o estabelecimento de um sistema de fluxo documental durante todo o ciclo vital; a promoção da transparência administrativa e o acesso às informações que sirvam para diagnosticar e resolver problemas acadêmicos. Quanto à vertente do patrimônio documental os objetivos são essencialmente; regulamentar e apoiar os arquivos de valor histórico depositados sob sua custódia e disseminar as informações por meio de instrumentos de pesquisa” (CARPES; FLORES, 2012, p. 344).

Os arquivos são essenciais para o indivíduo ou o coletivo, grupos, instituições públicas ou privadas , pois, permitem a guarda dos registros independente do suporte, e o resgate da memória. Fernandes Júnior (2017, p. 7) destaca os arquivos como uma importante, fonte de pesquisa para a administração, para a História, para o Direito, atribuído a seus acervos constituídos de informações culturais, por isso, a necessidade de imputar reconhecimento a eles.

“... a patrimonialização é um processo de atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados a objectos, a formas, a modos de vida, saberes e conhecimentos sociais. A patrimonialização também é um mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de um grupo ou de algumas versões da

identidade, o que não está isento de lutas, dialéticas e negociações. A patrimonialização também se pode entender como um processo de ativação de memórias, sempre ligadas aos processos de esquecimento” (PEREIRO, 2006, p. 27).

De acordo com Matos (2010), conforme citado por (CARPES; FLORES, 2012, p. 340):

“A memória Institucional raramente tem sido percebida e compreendida como informação estratégica dotada de real valor decisório para as atividades de gestão universitária. Nesse sentido, a comunidade universitária precisa buscar alternativas para preservar a memória institucional, bem como, utilizá-la nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

A falta de uma política arquivística e do devido tratamento da documentação, prejudica de forma significativa o desenvolvimento de outras ações nos arquivos, como a pesquisa. Essa não padronização dos arquivos e seus acervos influenciam a falta de divulgação dos mesmos e seu reconhecimento e, ainda, inviabilizam a produção de trabalhos a partir do mesmo, assim como o próprio resgate da memória. Para que as próprias universidades possam desempenhar suas funções é essencial o acesso a informações, relacionadas ao funcionamento desta enquanto instituição pública.

“... a Universidade precisa ter consciência da importância da preservação e manutenção de seus arquivos, advinda da percepção do quanto os arquivos organizados podem contribuir para a consecução dos objetivos institucionais, fornecendo informações ágeis, seguras e com qualidade, assegurando a eficiência e eficácia da organização de ensino, levando-a a cumprir seu papel na sociedade” (BOTTINO, 2012. p. 31-32).

Para que se possa tecer essa consciência, torna-se, fundamental, difundir no interior da comunidade acadêmica, o papel e a função dos arquivos e de seu acervo documental. Bellotto (1992, p.19) ressalta algumas dessas funções

... reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, à história e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade; avaliar e descrever estes documentos, tornando possível seu

acesso, de acordo com as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins e; supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, objetivando que nenhum documento de valor permanente seja destruído.

As rotinas das instituições são repletas de atividades e desafios, e, no contexto das universidades, isso não é diferente. É necessário que as instituições fitem seu olhar, em canalizar esforços, para estruturar seus arquivos, de modo que estes possam exercer sua função de armazenar, conservar e preservar os registros e informações que representam os atos decorrentes das atividades executadas pelas mesmas.

É essencial que a universidade tenha consciência das funções atinentes ao arquivo dentro de sua instituição, que devem se estender ao planejamento, implementação e avaliação de um sistema de gestão integral dos documentos ao longo de todo o seu ciclo vital, desde a sua criação nas unidades e serviços, até sua conservação ou eliminação definitiva, sempre de acordo com os critérios técnicos e legais estabelecidos pela universidade (BOSO et al, 2007, p. 124).

A UFRRJ e seus gestores e a comunidade acadêmica precisam compreender e ter a consciência sobre a seriedade de suas atividades e funções de produtores e receptores de documentos, assim como devem compreender a importância da implantação de políticas e práticas voltadas para os documentos.

“... torna-se fundamental o apoio da administração universitária não só para o estabelecimento e institucionalização do arquivo, como também para a continuidade de suas atividades. Além do apoio político, o bom desempenho do arquivo depende da qualidade das atividades de natureza técnica, tais como programa de gestão de documentos, política de aquisição de acervos, disseminação da informação” (BOTTINO, 2012, p. 32)

Os acervos são objetos portadores de significados e suportes de sentidos, valores, mensagens, de informação e, por isso, precisam ser preservados. Um documento ou um acervo pode ser investido de sua dimensão patrimonial se passar por técnicas e práticas de gestão que permitam uma avaliação para reconhecimento de seu valor histórico e probatório. Cabe sublinhar que para Carpes e Flores “um item do

patrimônio documental pode ser um único documento de qualquer tipo, ou ainda, um grupo de documentos, tais como uma coleção, um acervo ou um conjunto de fundos arquivísticos” (CARPES; FLORES, 2012, p. 343).

Para que haja mudanças no contexto da UFRRJ, é necessário um engajamento individual e coletivo, mediante a cooperação de todos, para que seja possível a construção de uma nova cultura institucional sobre como tratar a documentação. Pensar em possibilidades de interlocução do acervo da instituição com o público que o produz e utiliza é um trabalho desafiador e, hoje, necessário, na UFRRJ. Como salienta Indolfo, ao tratar da dimensão da gestão dos arquivos, “caberá aos arquivos e arquivistas novos desafios para dar conta da gestão, da preservação e do acesso à informação” (INDOLFO, 2007, p. 30).

A UFRRJ por muitos anos acumulou documentos sem qualquer tipo de tratamento. O que se institui, na atualidade, como um dilema para a instituição. Somente em 2010, com a chegada de arquivistas para compor o quadro de servidores da universidade, é que esse contexto foi mudando. Mesmo assim, esse quadro funcional não foi suficiente para que a memória institucional e a história fossem resgatadas e para que um novo olhar fosse construído sobre o arquivo da UFRRJ e seu acervo, que por décadas ficou esquecido e ainda é desconhecido para muitos.

Pereiro (2006, p. 28) destaca que um grupo ou subgrupo atribui significados a cada momento histórico por meio de um processo social de seleção e de atribuição de valores, nos quais especialistas são os capitais. Profissionais como arqueólogos, antropólogos e historiadores vão com seu trabalho dando valor a informações diversas. No campo dos arquivos, podemos categorizar os profissionais arquivistas como parte desses capitais, por serem especialistas que buscam reconhecer, valorar e atribuir significados ao patrimônio documental e aos acervos pelos quais são responsáveis.

Para tanto, é essencial no contexto da UFRRJ essa atribuição de sentidos e significados, assim como, a percepção sobre a compreensão da representação dos arquivos no contexto da universidade e na execução de suas ações e atividades, administrativas, sejam estas meio ou fim, como define a arquivologia³².

A instituição de um arquivo bem constituído, alicerçado e com profissionais especializados, permite a potencialização de ações de gerenciamento dos acervos, de

³² Disciplina que estuda as funções do arquivo, os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e preservação utilização dos arquivos. Também chamada arquivística. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf Acesso em: 17 jun 2019

acordo com as técnicas e operações recomendadas pela gestão arquivística. Segundo James Rhoads (1983), conforme citado por Indolfo (2007, p. 30),

... a função da gestão de documentos e arquivos nos sistemas nacionais de informação, no qual o autor descreve as fases e os elementos que compõem um programa de gestão de documentos, que devem conduzir com economia e eficácia o ciclo vital dos documentos, bem como formula os níveis de implantação desse programa. De acordo com a descrição, as três fases básicas da gestão de documentos são as seguintes: 1) elaboração, 2) utilização e manutenção, e 3) eliminação de documentos. [...] um sistema integral de gestão de documentos se ocupará de tudo o que sucede aos documentos de uma organização através de seu ciclo de vida, isto quer dizer, desde seu “nascimento”, passando por sua vida ativa e produtiva como meio de cumprir com as funções da organização, até sua “morte” ou destruição quando tenham cumprido com todas as finalidades pertinentes, ou sua “reencarnação” como arquivos, se possuem valores que justifiquem sua conservação.

O não estabelecimento de um programa de gestão de documentos bem como o acúmulo de documentos sem tratamento adequado prejudicam as políticas de gestão em torno dos arquivos e a apropriação dos mesmos pela comunidade. Bottino (2012, p. 33) ressalta a importância das universidades estarem inseridas nesse processo de gestão, organização e manutenção de seus acervos, a fim de expor o real significado de um arquivo universitário

Os benefícios advindos dessa ação serão sentidos não só na comunidade interna da instituição, como também na sociedade de um modo geral, ao possibilitar o fornecimento de subsídios para o redimensionamento da política educacional brasileira, propondo transformações caso sejam necessárias (BOTTINO, 2012, p. 33).

Inúmeros têm sido os desafios, para que as políticas arquivísticas e a gestão de documentos sejam instituídas no âmbito da UFRRJ, por mais, cansativo e desafiador que seja o trabalho de organização da documentação e dos arquivos, seja em arquivos setoriais ou no próprio arquivo geral. É essencial que este trabalho seja realizado para que o resgate da memória, da identidade, seja materializado na instituição, entretanto, apreensões necessitam ser constituídas em torno do estabelecimento da gestão dos arquivos e acervos da universidade.

Transformações não são metas simples de serem alcançadas; requerem dedicação, empenho e, sobretudo, confiança e eficácia dos serviços e produtos a serem oferecidos. Cabe a nós, profissionais da informação e de instituições de ensino, assumirmos os desafios para que possamos vislumbrar novas perspectivas para os arquivos universitários (BOTTINO, 2012, p. 35).

Os conceitos iniciais em torno da gestão de documentos emergem do acúmulo das massas documentais, a partir do início do século XX, e da proibição legal de destruição. Nesse cenário, Indolfo (2007, p.32) destaca a criação de comissões, atividades e atos legislativos, objetivando autorizar a eliminação de documentos, e o estudo de procedimentos e técnicas da administração, a fim de inventariar o volume de documentos acumulados nos órgãos federais.

Gerir documentos, em sentido mais amplo, significa não só racionalizar e controlar a produção documental e garantir o uso e a destinação adequada, mas, principalmente, assegurar ao governo e ao cidadão acesso pleno às informações contidas nos documentos, tarefa, por excelência, dos arquivos (ARQUIVO NACIONAL, 2011, p. 7)

A gestão de documentos proporciona celeridade na recuperação da informação, gerando benefícios e agilidade nos atendimentos realizados. É essencial debater a gestão documental, o seu valor e importância, para a preservação do patrimônio documental institucional.

A gestão de documentos coloca-se, então, como uma importante ferramenta para o tratamento da documentação porque estabelece princípios e normas que poderão ser adotadas na administração dos acervos desde a produção até a destinação dos documentos (IPHAN³³, 2008, p. 12).

³³ Programa de Gestão de documentos. IPHAN, 2008, p.20. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>
Acesso em: 27 de maio de 2019.

Compreendemos por gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento, também chamado de administração de documentos³⁴. Schellenberg (2004, p.69), destaca que a tarefa mais difícil é a administração de documentos de caráter valioso e daqueles que fazem referência as origens da organização e ao seu desenvolvimento. Bernardes (1998, p. 11) define a gestão de documentos como um

Conjunto de medidas e rotinas que garante o efetivo controle de todos os documentos de qualquer idade desde sua produção até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente), com vistas à racionalização e eficiência administrativas, bem como à preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural (BERNARDES, 1998, p.11).

Nesse sentido, Indolfo (2012, p.10) ressalta a importância das normatizações como mecanismos de ordenação do desempenho das atividades das instituições, impondo regras, padrões e recomendações para o indivíduo. É por isso que a norma apresenta um conjunto de princípios, técnicas e procedimentos, para as ciências, ou como maneiras de ver, sentir e agir para o senso comum. Segundo o Arquivo Nacional (2011, p 20), a gestão de documentos tem como objetivos:

- assegurar, de maneira eficiente, a produção, utilização e destinação final dos documentos;
- garantir que a informação esteja disponível quando e onde seja necessária;
- contribuir para o acesso e conservação dos documentos de guarda permanente, por seu valor probatório, científico e histórico;
- assegurar a eliminação dos documentos que não tenham valor administrativo, fiscal, legal ou para pesquisa;
- permitir o aproveitamento racional dos recursos humanos, materiais e financeiros.

³⁴ Dicionário de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diccion_Term_Arquiv.pdf Acesso em: 18 abril 2019.

É interessante pontuar também que o Arquivo Nacional (2011, p 20), destaca, em relação a gestão de documentos, que os mesmos são administrados com eficiência e eficácia quando

- uma vez necessários, podem ser localizados com rapidez e sem transtorno;
- são conservados a um custo mínimo de espaço e manutenção e enquanto sejam indispensáveis às atividades correntes;
- nenhum documento é preservado por tempo maior que o necessário ao cumprimento de sua finalidade, a menos que tenha valor para pesquisa e outros fins.

A Constituição de 1988, enquanto normatização engendrou, uma preocupação com a organização e a gestão do patrimônio documental, ao determinar em seu segundo inciso que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 1988). Por conseguinte, a lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, estabeleceu em seus artigos ações importantes para o reconhecimento dos acervos documentais

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Merece, ainda, realce, nessa dimensão de aspectos legislativos que incitam à prática de uma gestão adequada dos documentos, a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 que busca determinar

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

Discutir atuações associadas ao patrimônio documental e as atividades de patrimonialização, inerentes aos arquivos públicos, refletindo os princípios e normas, bem como, os instrumentos e ações necessárias para a gestão dos mesmos, são essenciais para o resgate da memória coletiva, da universidade.

“... dispositivos legais só podem ser plenamente cumpridos se as rotinas e os procedimentos técnicos de gestão de documentos forem implementados, pois os arquivos têm como objetivo fazer com que os documentos sirvam às finalidades para as quais foram criados, da maneira mais eficiente e econômica possível, concorrendo para a destinação final adequada dos documentos depois que estes tenham servido a seus fins. Os objetivos de uma administração eficiente de arquivos só são alcançados quando se dispensa atenção aos documentos desde sua produção até o momento em que são recolhidos ao arquivo permanente ou eliminados” (ARQUIVO NACIONAL, 2011, p. 8)

Herrera Heredia (1991, p.177, tradução nossa) aborda a definição da UNESCO para o gerenciamento de documentos, como parte do processo administrativo relacionado com a aplicação dos princípios de economia e eficácia, tanto na iniciação, monitoramento e uso dos documentos, como na sua eliminação. Já Schellenberg (2004, p. 97) enfatiza que “... desde que se começou a registrar a história dos documentos, surgiu para o homem o problema de organizá-lo”. A UFRRJ e seu acervo com seus profissionais enfrenta essa questão.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro possui um acervo que consiste em diferentes tipos documentais³⁵ que remontam a sua fundação. Há em seu amplo acervo atas, livros de matrícula, livros de ponto e outros. A documentação não está toda identificada e grande parte não passou pelo processo de avaliação³⁶ e pela identificação dos “[...] valores para os documentos, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental” (BERNARDES, 1998, p. 14).

A eficácia de um programa de gestão de documentos depende da adoção de métodos de classificação e de avaliação, com a aplicação de códigos de classificação e de tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, além da implantação de sistemas de arquivos (ARQUIVO NACIONAL, 2011, p. 8).

A ausência de profissionais especializados e de uma sistematização durante anos, que garantisse a organização e padronização, propiciou o acúmulo irregular de seus conjuntos documentais. Experimenta-se, no Arquivo da UFRRJ, a omissão que afeta inúmeras organizações públicas e seus arquivos. Como já sublinhamos “[...] os documentos geralmente passam a ser considerados bens patrimoniais após passar pela

³⁵ Os tipos documentais consistem na divisão de espécie documental que reúne os documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos-leis, dentre outros

³⁶ Consiste em um processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos conforme normativas do CONARQ (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.163).

função arquivística de avaliação, [...] tornam-se de caráter permanente com valor histórico” (Rosa, 2017, p.46). Esse caráter não pode ser atribuído a boa parte da documentação que se encontra sob a guarda do Arquivo da UFRRJ.

Recentemente, na UFRRJ, diante do que determinam a Constituição Federal de 88 e a legislação arquivística brasileira em vigor, a atual gestão tem buscado junto com os arquivistas, estabelecer procedimentos, que visem a implementação da gestão documental na instituição, por meio do tratamento do seu acervo documental, como meio de reconhecer a memória institucional, subsidiando fontes de informações indispensáveis a futuras pesquisas.

Há, portanto, em curso na UFRRJ, um movimento para constituição mais eficaz de um processo de gestão que contemple, como enaltece Bernardes (1998, p. 13) em sua reflexão sobre os arquivos, os três momentos importantes da gestão

1. **Produção dos documentos:** inclui a elaboração de formulários, implantação de sistemas de organização da informação, aplicação de novas tecnologias aos procedimentos administrativos.
2. **Manutenção e uso:** implantação de sistemas de arquivo, seleção dos sistemas de reprodução, automatização do acesso, mobiliário, materiais, local.
3. **Destinação final dos documentos:** programa de avaliação que garanta a proteção dos conjuntos documentais de valor permanente e a eliminação de documentos rotineiros e desprovidos de valor probatório e informativo.

O terceiro ao qual se refere o pesquisador, é fundamental para o processo de implantação de políticas de gestão de documentos nas instituições públicas (BERNARDES, 1998, p. 13). O arquivo da UFRRJ por meio da SAPG (Seção de Arquivo e Protocolo Geral) está hierarquicamente, desde 2017, subordinado a Pró-reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI). Tal vínculo viabilizou um investimento mais amplo nessa dimensão da gestão do Arquivo da UFRRJ.

A implantação de uma política de gestão de documentos associa-se a uma atividade excessiva e árdua, contudo, essencial nas instituições. No âmbito da Universidade esta foi inicializada e direcionada pelos arquivistas da SAPG, buscando

promover instruções essenciais sobre aplicação da gestão documental, considerando todas as etapas desse processo.

Procurou-se estabelecer estratégias que promovessem a comunicação entre o arquivo da UFRRJ e os gestores da instituição. Foi necessário, para tanto, desenvolver algumas ações para que o resgate, a preservação da memória, do patrimônio documental e dos diferentes tipos de acervos produzidos e recebidos no âmbito da UFRRJ fossem envolvidos, visando o acesso às informações contidas nestes, e a produção do conhecimento por meio da pesquisa.

As primeiras ações propostas e efetuadas, foram implantadas com o objetivo de alcançar e gerir as massas documentais acumuladas ao longo dos anos na universidade. Estabelecemos, inicialmente a partir do ano de 2011, como um paleativo, ações mais funcionais e precisas, tendo em vista a necessidade imediata, mesmo que os resultados positivos demorassem um pouco a aparecer. Assim sendo, práticas foram desenvolvidas com o objetivo de conscientizar a comunidade acadêmica, sobre a importância da gestão documental, da memória, do acesso e principalmente do patrimônio documental.

Iniciamos esse processo com a palestras dadas no contexto da UFRRJ para os servidores recém chegados após os concursos, a fim de formar a consciência sobre a existência do arquivo na instituição, seu papel e importância. Folder explicativos que fornecem informações sobre o Arquivo da UFRRJ também foram distribuídos pela universidade (anexo 3). Bottino (2012, p. 33 e 34) sugere algumas ações que podem ser empreendidas no âmbito da universidade com o objetivo de dar maior visibilidade aos arquivos universitários

“... disseminação do saber e do fazer, a partir dos conhecimentos adquiridos e das experiências vivenciadas por aqueles que atuam na área, com a organização de encontros, reuniões”. “ [...] divulgação dos relatos dos arquivistas sobre suas experiências e resultados de pesquisa e disseminação da informação que contribuam para a qualificação do pessoal do setor, o aumento da produção científica sobre arquivo universitário no Brasil e o desenvolvimento da área”; “[...] participação dos profissionais que atuam no arquivo universitário junto às comissões e aos grupos de trabalho da universidade, fornecendo informações e sensibilizando o grupo para as questões que envolvam o acervo sob custódia da instituição”; “[...] constituição das universidades com arquivos devidamente organizados como um referencial importante junto à comunidade externa “;

Outra frente de trabalho instituída na UFRRJ, foram as visitas técnicas em que os arquivistas ao serem solicitados vão aos departamentos, setores administrativos, institutos, campis, fazendo um diagnóstico da documentação e fornecendo as orientações necessárias para o tratamento e demais procedimentos da gestão. Dessa forma, auxiliam-se os gestores em relação à identificação, avaliação, classificação e definição da destinação final, bem como, dos prazos de guarda dos documentos produzidos e acumulados na universidade.

Com essa prática de visita técnica e de avaliação, os arquivistas tem conseguido determinar os prazos de guarda dos documentos de acordo com as tabelas de temporalidades tanto da atividade meio da administração pública federal³⁷, quanto a tabela de temporalidade relativa a atividades fins das IFES³⁸, o que gerou cerca de 10 listagens de eliminação³⁹ de documentos, que estão aguardando a aprovação do Arquivo Nacional⁴⁰ (principal agente de políticas arquivísticas no Brasil), para que os documentos possam ser fragmentados e eliminados. Bernardes (1998, p. 15) destaca a importância do processo de avaliação para as instituições a partir dos seguintes objetivos

- Redução da massa documental;
- Agilidade na recuperação dos documentos e das informações;
- Eficiência administrativa;
- Melhor conservação dos documentos de guarda permanente;
- Racionalização da produção e do fluxo de documentos (trâmite);
- Liberação de espaço físico;
- Incremento à pesquisa;

³⁷ Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/ccctt_meio.pdf . A tabela de temporalidade consiste em um instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda, tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.159).

³⁸ Disponível em http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/codigos_tabelas/portaria_n0922011_tabela_de_temporalidade_e_destinacao.pdf

³⁹ Relação de documentos cuja eliminação foi autorizada por autoridade competente. Também chamada lista de eliminação (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 112).

⁴⁰ O Arquivo Nacional, órgão da estrutura básica do Ministério da Justiça e órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da administração pública federal, tem como missão acompanhar e implementar a política nacional de arquivos e um de seus pilares mais importante são as atividades de gestão de documentos de arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 2011, p.5).

Após finalizarmos esse processo de eliminação dos documentos que já cumpriram seu prazo de guarda, teremos uma redução significativa da massa documental acumulada. No entanto essas atividades e a adoção de novas ações se consolidaram, sendo mais positivas e atuantes após a criação da CPAD (Comissão Permanente de Avaliação de Documentos), instituída pela Portaria GR nº 02 de 10 de abril de 2018. A CPAD, precisou ser constituída, a fim de atender o que determinam a legislação, orientando a respeito do fluxo de documentos na universidade.

De acordo com o Decreto nº. 4.073, de 3 de janeiro de 2002, “... a gestão de documentos da administração federal”, dispõe, o seguinte, sobre as comissões permanentes de avaliação de documentos:

Art. 18. Em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor.

§ 1º Os documentos relativos às atividades-meio serão analisados, avaliados e selecionados pelas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos dos órgãos e das entidades geradores dos arquivos, obedecendo aos prazos estabelecidos em tabela de temporalidade e destinação expedida pelo Conarq.

§ 2º Os documentos relativos às atividades-meio não constantes da tabela referida no § 1º serão submetidos às Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos dos órgãos e das entidades geradores dos arquivos, que estabelecerão os prazos de guarda e destinação daí decorrentes, a serem aprovados pelo Arquivo Nacional.

§ 3º Os documentos relativos às atividades-fim serão avaliados e selecionados pelos órgãos ou entidades geradores dos arquivos, em conformidade com as tabelas de temporalidade e destinação, elaboradas pelas Comissões mencionadas no caput, aprovadas pelo Arquivo Nacional.

Há, que se mencionar, ainda, a Resolução nº 40, de 09 de dezembro de 2014, que reforça o papel de criação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e sua função no âmbito da avaliação dos documentos.

Art.1. Parágrafo Único, os órgãos e entidades só poderão eliminar documentos caso possuam Comissão Permanente de Avaliação de

Documentos constituídas e com autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.

Interessante observar que, no âmbito da UFRRJ, após a criação da comissão, a fim de colocarmos em prática o que é estabelecido em lei e pelas resoluções, foi organizado e ministrado um curso. O curso, intitulado *Noções de arquivo, interpretação e aplicação dos códigos de classificação e das tabelas de temporalidades das atividades meio e fim*, foi aplicado na UFRRJ, pela Arquivista Daniele Silva com o objetivo de formar os produtores e usuários de documentos. Intentou-se com o mesmo desenvolver nos servidores da UFRRJ a capacidade de entender as etapas da gestão de documentos, de interpretar e aplicar o código de Classificação, Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de arquivo relativos às atividades meio e fim, assim como, os Códigos Classificação relativos às atividades meio e fim.

Procuramos motivar os servidores a aprimorarem seus conhecimentos e conscientizá-los da sua importância como usuário e protetor da informação. Buscou-se, incentivar que os documentos produzidos nesses setores já sejam classificados na sua produção, a fim de evitarmos a acumulação e a eliminação de documentos de forma desordenada e sem critério, como vinha acontecendo, por falta de entendimento e prática.

O expurgo ou a eliminação responsável não é senão "a operação pela qual os documentos são selecionados de modo que aqueles que satisfazem as melhores condições de testemunho e informação chegam à terceira idade, ou seja, vão para os arquivos históricos por sua perpétua conservação neles, como peças valiosas e patrimônio documental (HERRERA HEREDIA, 1991, p. 189, tradução nossa).

O curso foi de grande importância para uniformizar e padronizar os procedimentos técnicos nas áreas e, em toda UFRRJ, objetivando a organização, classificação dos acervos de acordo com a temporalidade aplicada. Contribuímos, dessa forma, para facilitar o acesso e agilizar a busca aos documentos.

A fixação da temporalidade é essencial para se alcançar a racionalização do ciclo documental, para reduzir, ao essencial, a massa documental dos arquivos e para ampliar o espaço físico de armazenamento, assegurando as condições de conservação dos documentos de valor permanente e a constituição do patrimônio arquivístico nacional (INDOLFO, 2007, p. 43).

Sabemos que a capacitação dos profissionais é um elemento essencial para a propagação de uma nova cultura voltada para o gerenciamento dos documentos e informações. Nesse sentido, recentemente, foi constituído um Grupo de Trabalho Multidisciplinar, a partir da Portaria nº 004/2019 de 29 de abril de 2019, que suscitou a construção de uma Política de Gestão Integrada de Acervos para a UFRRJ. Política esta que passará pela aprovação do Conselho Universitário e cuja finalidade maior é determinar diretrizes e princípios, objetivando a gestão, preservação e o acesso aos acervos constituídos que se encontram sob a guarda da UFRRJ.

É interessante observar que a formação desse Grupo de Trabalho também está vinculada e se justifica por conta da preocupação com os acervos históricos, científicos e culturais existentes na instituição que estão sob a guarda de “lugares de memória”, como a biblioteca, o centro de memória, o LABDOC (Laboratório de conservação de documentos) e o próprio Arquivo Geral da Universidade. Trata-se de um grande desafio. Esse Grupo de Trabalho tem como proposta a valorização, o reconhecimento e o resgate da memória institucional. Grupos como esse que se constituíram recentemente são muito importantes para que se pense, inclusive, a gestão dos acervos documentais da UFRRJ.

É fato de que uma política de gestão é elemento fundamental, para a padronização e estabelecimento de práticas para o tratamento dos documentos e informações, essenciais para a tomada de decisão, prestação de serviços a sociedade, e substancial no resgate da memória institucional, através da salvaguarda do patrimônio documental.

A gestão de documentos é indispensável nas instituições para tomadas de decisões recuperação das informações e preservação da memória institucional, pois os documentos produzidos e recebidos no decorrer das atividades de um órgão, independente do suporte em que se apresentam, registram suas políticas, funções, procedimentos e decisões. Para tanto, é preciso estabelecer um conjunto de práticas que garantam a organização e

preservação dos arquivos, tudo como base a implantação de um sistema de gestão que implique no tratamento dos documentos desde a sua criação até a sua destinação final (ILHA, 2013, p. 32 e 33).

Dessa forma, evidenciamos que as ações adotadas na UFRRJ, se estabelecem com a colaboração da atual Pró-reitoria, conscientes dos desafios e da necessidade de cumprirmos o que estabelecem as leis e as normativas do CONARQ⁴¹. Cabe ressaltar, os esforços e dedicação dos profissionais que compõem a equipe do arquivo, em buscar cumprir essas determinações, impulsionando a atuação e inserção da universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no contexto arquivístico. Iniciativas foram lançadas, todavia, semear a essencialidade do tratamento documental adequado, junto aos usuários e produtores de informação no cenário da UFRRJ não é tarefa simples.

Mudanças culturais de comportamentos e hábitos adquiridos ao longo dos anos necessitam ser remodelados. Sabemos que é uma responsabilidade exaustiva, porém inevitável, para a conscientização da representação do papel de cada um, como sujeito integrante da administração da universidade. É fundamental, portanto, refletir sobre a perspectiva de diálogo entre o acervo e o coletivo, o usuário e o produtor. Mais do que organizar, é preciso sensibilizar e motivar os que estão inseridos nesse cenário, para a percepção dos acervos como bens culturais.

⁴¹ Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que definirá a política nacional de arquivos. Art. 26. Da Lei 8.159/1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm

CAPÍTULO III – CONSTRUINDO PERSPECTIVAS PATRIMONIAIS: FERRAMENTAS E INSTRUMENTOS

[...] A pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre a área da documentação, envolvendo a relação homem – documento – espaço, o patrimônio cultural, a memória, a preservação e a comunicação (CÂNDIDO, 2006, p.37).

3.1 O inventário e o legado

Precisamos pensar no arquivo da Rural e nos seus documentos, de múltiplas formas, sendo essencial tecermos novos olhares sobre este. Olhares que se coloquem para além dos processos de organização. É preciso ultrapassar essa visão e apreendê-los em uma perspectiva maior, de valoração, por isso, a importância do uso de instrumentos que viabilizem o mapeamento, a descrição, a valorização dos acervos, permitindo assim, garantir o verdadeiro sentido e função do arquivo. Dessa forma, poderemos assegurar a pesquisa e a preservação do patrimônio documental através dos documentos que o representam.

“... a memória é construída a partir do presente e a conservação física e intelectual do patrimônio documental é o garante de toda memória social, desde que, criadas as condições que permita a sua utilização e difusão. E neste sentido busca-se desenvolver instrumentos que venham intervir na preservação da memória documental da instituição, basicamente, na sua acessibilização, promovendo o tratamento técnico e intelectual dos arquivos que custodia, com a finalidade de torna-los acessíveis e comunicáveis” (ILHA, 2013, p. 22 e 23).

O acervo do Arquivo da UFRRJ é constituído por documentos que versam sobre o desenvolvimento da universidade desde sua fundação. Esses documentos são de cunho administrativo, científico, permanente e histórico. Segundo Carpes; Flores (2012, p. 343) os arquivos permanentes de universidades, “... guardam direitos e deveres de professores, alunos e funcionários durante seu tempo de permanência na universidade e

mesmo depois dele; finalmente, fornecem dados de toda ordem como “grande capital de experiência” para a continuidade institucional da universidade”.

A adoção de um instrumento de pesquisa para descrever o acervo contribui e favorece o acesso do usuário, assim como, coopera com a preservação desse corpus documental. Lopez (2002, p. 10) define os instrumentos de pesquisa como ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, destinadas a orientar a consulta e estabelecer com precisão quais são e onde estão os documentos. Estes criando, então, um controle do acervo permanente.

Os instrumentos de pesquisa assumem uma importância fundamental nos arquivos, ele tem a função de guiar o usuário pelo acervo, de fazer a união entre pesquisador e o documento, os instrumentos de pesquisa permitam que o usuário chegue até a informação desejada e se o arquivo não atende as consultas pela internet, o simples fato de disponibiliza os instrumentos de pesquisa já faculta que o usuário tome conhecimento do acervo e saiba se ali há algo que lhe interesse ou não (MARIZ, 2012, p. 108).

O arquivo da UFRRJ não possui um instrumento de pesquisa para descrever o seu acervo. Há a necessidade, portanto, de estruturar um instrumento que permita a configuração desse acervo. Isso nos leva a propor um instrumento pautado em algumas características da descrição arquivística que funcione como um mecanismo de busca de informação e que atenda a realidade da UFRRJ.

Dessa forma, sugerimos um modelo de ficha de inventário de fontes arquivísticas, que permita de maneira técnica descrever os acervos a partir da interlocução entre metodologias arquivísticas e tecnologias digitais. Buscamos incorporar nessa construção uma ligação com o cenário histórico e patrimonial, de geração e difusão das informações a partir dos documentos, mapeando e descrevendo os acervos existentes, com o intuito de fornecer suporte as pesquisas sem a intenção de inventariar essas fontes, da mesma maneira que a arquivística propõe, apesar de adotarmos algumas características dos modelos de descrição.

Segundo Lima; Schelbawer (2015, p. 08) “... a história não se faz apenas pela descrição de documentos, mas de acordo com a trajetória histórica, que envolve as instituições, sua criação, seus objetivos e sua relação com as comunidades micro e macro sociais”. Intentamos preservar e tornar acessível essas informações histórica,

visto que o acervo sob a guarda do Arquivo da UFRRJ possui dados significantes sobre a vida da instituição.

Mas, há, em virtude do próprio histórico de constituição do acervo do Arquivo da UFRRJ traçado, dificuldades para acesso e localização de documentos e informações diversas. O pensamento de Ilha (2013, p. 22) acerca da complexidade da estrutura das instituições e suas características funcionais é bem interessante para enriquecer nossa reflexão, quanto a elaboração de instrumentos de gestão que sejam essenciais para garantir a recuperação das informações e preservar o máximo possível o manuseio do documento, para sua consulta.

Dentre esses instrumentos merecem realce os inventários. Entendemos por inventário “... o instrumento de pesquisa descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 109).

Chastel (1990, p. 5) descreve que o inventário necessita ser percebido como uma enorme massa de informações, dada a sua vocação para a descrição e para o conhecimento. O inventário, dessa forma, torna-se um importante instrumento para o estudo e a percepção do corpus documental de arquivos. Para Belloto (2004, p. 197) o inventário consiste em um “[...] instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo”.

O material de arquivo é, em geral, descrito em termos de sua autoria, tipo, título e estrutura, quer as unidades a serem descritas sejam grandes ou pequenas. A quantidade poderá, é lógico, variar, mas todos esses elementos devem ser tomados em consideração na descrição. Em quase todas as instituições de arquivo do mundo, os mesmos quatro elementos aparecem na descrição de documentos (SCHELLENBERG, 2004, p. 290).

Esperamos colaborar para a propagação do conhecimento, a partir do levantamento dos documentos relacionados à fundação e o desenvolvimento da UFRRJ, reconhecendo o valor destes para o resgate da memória institucional. Acreditamos que há muito o que se inventariar.

Esse processo disponibilizaria muitos documentos para a pesquisa e permitiria a ampliação do conhecimento sobre a universidade em sua perspectiva de ensino, a

pesquisa e a extensão. Para Santos, (2014, p. 14) “... a principal função do arquivo é disponibilizar o acesso às informações contidas no acervo documental, nesse legado sob sua guarda, para o usuário através de um instrumento de pesquisa”.

O desejo de ver o arquivo com novos olhares para além de administrativo e tornar seu acervo divulgado e reconhecido, motivou esse estudo e, no bojo dele, a constituição de práticas que facilitem e auxiliem no resgate e na disseminação da informação. Criar uma ferramenta para inventariar o acervo é um desses propósitos e torná-la disponível, em meio digital, contribui significativamente para a propagação das informações. Devemos levar em consideração que o acesso a informação, depende da restrição a cada tipo de documento presente no arquivo.

“... a “boa administração” – é uma condição prévia indispensável para a preservação. Dependendo do material em questão, o mecanismo apropriado pode ser um catálogo, um inventário ou alguma outra maneira de registrar a forma e o conteúdo de uma coleção, até o plano dos suportes individuais. Pode ser feito em formato manual ou, preferencialmente, informatizado” (UNESCO, 2002, p. 15 e 16).

Acreditamos que o inventário, como ferramenta para o acervo do Arquivo da UFRRJ, viabilizaria um mapeamento mais preciso da diversidade documental da qual o arquivo é portador. Tal instrumento também vincularia o acervo do Arquivo da UFRRJ a sua dimensão de bem cultural e incitaria seu usuário a percebê-lo como tal. Para a criação dessa ficha de inventário de fontes arquivísticas, nos propomos a dialogar com outros modelos de inventários. Tomamos algumas características dos modelos de inventário do Projeto do Livro de inventariando Três Rios⁴² e do projeto Sertões de Macacu – Guia do Patrimônio documental da Região Centro - Norte Fluminense⁴³. Convém destacar que os dois modelos acima referenciados contaram com o apoio do INEPAC e estão disponíveis no site da instituição. Recorremos, ainda, ao modelo de ficha utilizado para as descrições de diferentes níveis de fundos do Projeto “Mapeamento dos arquivos escolares: história e memória e preservação de documentos

⁴² Inventário que trata de um acervo diversificado de proprietários, com diferentes objetos e características. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/detalhar/13/0>.

⁴³ Convém destacar que se trata de um documento sobre diversos acervos de várias das instituições da região Macacu. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/detalhar/23/0>.

da cidade de Florianópolis/ SC”⁴⁴, assim como, nos apropriamos de alguns elementos da descrição arquivística abaixo referenciadas.

A NOBRAD⁴⁵ Norma Brasileira de Descrição Arquivística (2006, p. 18) “prevê a existência de oito áreas compreendendo 28 elementos de descrição. Em relação à ISAD(G)⁴⁶ Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, possui mais uma área (área 8) e dois elementos de descrição (6.1 e 8.1), ficando assim constituída”:

(1) Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;

(2) Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;

(3) Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;

(4) Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;

(5) Área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;

(6) Área de notas, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;

(7) Área de controle da descrição, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;

(8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.

⁴⁴ O modelo de ficha do Projeto “Mapeamento dos arquivos escolares: história e memória e preservação de documentos da cidade de Florianópolis/ SC 2011 - 2012”, pode ser visualizado no artigo *Preservação dos arquivos: o patrimônio educativo em risco no século XXI* de Eva Cristina Leite da Silva e Camila Schwinden Lebmkuhl. Tal artigo é parte integrante do livro intitulado *Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI* organizado por Lucia Maria Velloso de Oliveira e Isabel Cristina Borges de Oliveira e editado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros em 2013.

⁴⁵ NOBRAD (NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA) “consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional.” (BRASIL; CONARQ, 2006, p.9).

⁴⁶ ISAD(G) INTERNATIONAL STANDARD ARCHIVAL DESCRIPTION (GENERAL) propõe padronizar a descrição arquivística a partir de uma estruturação multinível, isto é, do geral ao particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica. (Ancona Lopez, 2000, p. 14).

Dentre os 28 elementos de descrição disponíveis, sete são obrigatórios, a saber:

- código de referência;
- título;
- data (s);
- nível de descrição;
- dimensão e suporte;
- nome (s) do (s) produtor (es);
- condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Buscando atender ao que as normas propõem, exemplificamos alguns campos adotados para compor a ficha de inventário de fontes arquivísticas, para o Arquivo da UFRRJ.

Área de identificação:

Cód. De identificação;

Fundo/ título;

Data- limite;

Dimensão e suporte;

Área de contextualização:

Produção/autor;

História Administrativa;

Descrição/caracterização da fonte;

Área de conteúdo e estrutura:

Cód. Classificação;

Eliminação;

Temporalidade;

Área de condições de acesso:

Restrição de acesso;

Idioma;

Estado de conservação;

Trata-se de proposição de inventário para mapeamento do amplo acervo do Arquivo da UFRRJ. Desejamos que o mesmo seja utilizado como instrumento de pesquisa para facilitar os usuários na busca da informação. Intenta-se por meio desse instrumento, uma efetiva (re)significação do arquivo para garantir a acessibilidade do usuário.

Segundo o CONARQ (2005), os documentos fazem parte de um patrimônio arquivístico quando assumem: (a) valor permanente dado seu valor probatório ou informativo de uma nação, estado ou município que justifica sua guarda permanente; (b) valor informativo, pelas informações nele contidas, (c) valor intrínseco, em razão de seu conteúdo, das circunstâncias de sua produção, assinaturas, selos; (d) valor legal, como comprovante de um fato ou constituição de um direito; (e) valor primário, em função do interesse para a entidade produtora; (f) valor probatório, como prova legal; (g) valor secundário quando sua utilidade é diferente daquela para o qual foi produzido.

Os arquivos estão voltados para dois aspectos. O primeiro para a organização de seu acervo, que nos remete a seleção e o segundo ao acesso à informação que nos permite a exteriorização das narrativas. No contexto arquivístico, para que os instrumentos de pesquisa, sejam utilizados, se faz necessário que o acervo tenha uma organização e estruturação, feita por meio dos processos de arranjo⁴⁷ seja este estrutural ou funcional, como também, pela descrição.

“Os instrumentos de pesquisa referem-se ao acesso e ao controle de um acervo, geralmente permanente, e com pelo menos uma identificação ou organização mínima. Têm como função principal disponibilizar documentos para a consulta. Em geral, os instrumentos de pesquisa almejam uma grande difusão, motivo pelo qual são publicados em meios impressos ou eletrônicos, sempre que a instituição responsável dispõe de recursos para isso” (LOPEZ, 2002, p.11).

Vale ressaltar, que no âmbito do arquivo da UFRRJ, as práticas citadas acima, estão em fase de construção, assim como outras técnicas estão sendo planejadas e

⁴⁷ Trata-se da sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido. Este pode ser estrutural e aí o arranjo acontece tendo por eixo a estrutura administrativa da entidade produtora do arquivo, ou pode ser funcional, tendo por eixo as funções desempenhadas pela entidade produtora do arquivo (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 37).

implementadas aos poucos. Nesse âmbito de organização e de busca do diálogo entre o arquivo da UFRRJ, seu acervo, e o usuário, se faz necessário pensar nas possibilidades de interlocução do acervo com o público. Precisamos trabalhar com técnicas arquivísticas como avaliação⁴⁸ e descrição⁴⁹ de documentos para que instrumentos de pesquisa como o inventário, sejam utilizados e assim tornar possível a disponibilização da informação.

“... organização arquivística de qualquer acervo pressupõe não apenas as atividades de classificação, mas também as de descrição. Somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram. Nesse sentido, podemos afirmar que as atividades de classificação só conseguem ter seus objetivos plenamente atingidos mediante a descrição documental. Sem a descrição, corre-se o risco de criar uma situação análoga à do analfabeto diante de um livro, que ele pode pegar e folhear, mas ao qual não pode ter acesso completo por não possuir meios que lhe permitam compreender a informação” (LOPEZ, 2002, p. 12)

De acordo com o dicionário de terminologia arquivística (2005, p. 67) o processo de descrição consiste no conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa, esta utiliza de normas como a ISAD (G) e NOBRADE, para ser elaborada. Para Bellotto (2006, p. 179), a descrição “consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização dos dados”. Portanto, ao fazer a descrição é necessário ser bastante preciso, para que não ocorram falhas e erros no momento de recuperação da informação.

Articulada à atividade de pesquisa, a documentação se mostra um bem cultural imprescindível para as ações preservacionistas do patrimônio. Ambas se nutrem reciprocamente, na medida em que podem trazer à tona registros

⁴⁸ A técnica de avaliação dos documentos trata-se do trabalho a partir de instrumentos que auxiliam nesse processo, como por exemplo, as Tabelas de Temporalidade de Documentos, um tipo de Instrumento de destinação aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento descarte ou de eliminação de documentos.

⁴⁹ A descrição segundo o dicionário de terminologia arquivística consiste no conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa, esta utiliza de normas como a ISAD (G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística e NOBRAD Norma Brasileira de Descrição Arquivística, para ser elaborada.

do passado e do presente, suscitando questionamentos, reflexões, olhares, percepções e problematizações sobre os nossos diversificados acervos. Ações estas que são fundamentais para a constante produção do conhecimento interdisciplinar a partir das múltiplas (re) apropriações desse bem bastante emblemático das nossas memória e história: a documentação⁵⁰

O processo de descrição resulta da representação produzida pelo arquivista, por meio de um processo de pesquisa, que consiste na identificação dos produtores do documento, das suas atividades, a fim promover a produção de conhecimento do que se tem no acervo.

Dentro do objetivo da descrição - identificar, definir, informar e localizar no acervo -, os itens fundamentais, no caso do inventário, são: a caracterização da tipologia de cada uma das séries, as datas – baliza, as quantidades documentais e as notações (ou cotas) de localização; e no caso do verbete analítico: o gênero documental, o emissor e sua titulação, o endereçamento ou destinatário, a função, a ação, a data tópica, a data cronológica, a assinatura, a quantificação, a notação ou cota (BELLOTO, 2004, p. 223).

A importância de se inventariar o Arquivo da UFRRJ se deve, principalmente, ao aumento significativo do volume documental que o mesmo produz no exercício de suas atividades. Por isso, a necessidade de estabelecer critérios de guarda e eliminação de documentos, observando quando estes são ou não mais úteis para a instituição, de acordo com critérios regulamentados pelas legislações arquivísticas.

Os instrumentos de pesquisa resultam da descrição, de forma a oferecer ao usuário, ao pesquisador uma melhor compreensão do que se tem no arquivo. Vale ressaltar que só é possível utilizar os instrumentos de pesquisa se o acervo estiver organizado e descrito, por isso, também se torna importante a criação dos mesmos, a fim de, desafiar e encorajar, para a organização dos acervos que não estão estruturados.

Sugerimos que seja feita primeiro a inventariação dos conjuntos documentais mais antigos a fim de respeitarmos a temporalidade, pois estes estão associados à memória institucional. Para Belloto (2004, p.221) é preciso definir quais os critérios

⁵⁰ PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documentação. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Ana Lucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/27/documentacao>

adotar para a inventariação, na concepção da autora “[...] é para os fundos desconhecidos pelos pesquisadores que a política descritiva deve se voltar prioritariamente (Belloto, 1991, p. 23).

O tratamento sumário proporcionado pelo inventário é o ideal para a descrição de fundos. Estes, nos arquivos públicos, são constituídos de enormes massas documentais. Como, mesmo após terem sido criteriosamente eliminados, ainda se apresentam em quantidades consideráveis, devem receber uma descrição sumária. Ressalva-se que não é somente o volume material versus precariedade dos recursos humanos e financeiros que provoca a opção pela inventariação mais abrangente (BELLOTO, 2004, p. 198).

É interessante apontar também que assim como os inventários, outros instrumentos podem ser utilizados como forma de propiciar o acesso aos documentos, consulta e divulgação do acervo. Temos como exemplos guias, inventários, catálogos, índices e catálogos seletivos.

O “guia” consiste em um instrumento de fácil acesso e compreensão do público, e “[...] oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 102). O mesmo “[...] tem por finalidade propiciar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo, de modo a permitir ao pesquisador saber quais são recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga” (BELLOTO, 2006, p. 191).

O “inventário”, “Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 109). Convém sublinhar que “[...] os inventários de arquivo podem ser publicados ou virtuais, podendo ser impressos no momento desejado, total ou parcialmente” (BELLOTO, 2006, p. 197).

Já os catálogos são um “instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, forma sumária ou analítica” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 45). Como informa Belloto “no catálogo, por ser a representação descritiva de documento por documento, as sequências dos dados necessários à identificação e ao resumo são as mesmas que as do inventário” (BELLOTO, 2006, p. 202).

Os índices são a “relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidas em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhados das referências para sua localização” (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 107). Os “índices” podem ser incluídos entre os instrumentos de pesquisa e tem a mesma importância e utilidade dos demais instrumentos (BELLOTO, 2006, p. 214).

Os documentos de arquivo carregam uma certa subjetividade, apresentando uma intenção de interpretação, tendo em vista que os mesmos possuem valores informativos ao mesmo tempo que são para uso da historiografia. A subjetividade e a abstração tornam-se interpretáveis através da leitura desvendada pela geração de sentido, que os constitui como material de pesquisa, por isso, a importância de mantê-los decodificáveis. Dessa forma, Werle (2004, p. 32) ressalta ser “[...] impossível falar da história das instituições educativas sem situá-las na região que estão inseridas [...] situá-las no contexto socioeconômico da época”

Para uso adequado do instrumento de pesquisa que é o inventário de fontes arquivísticas, torna-se indispensável o mapeamento, o arranjo e a descrição dos documentos de valor histórico e cultural. Dessa forma, o Arquivo da UFRRJ pode viabilizar uma efetiva produção de conhecimento a partir de seu acervo.

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivísticos, explicitando o contexto e conteúdo do acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas (ANDRADE, SILVA, 2008, p.15).

Cabe mencionar, a análise documentária como uma importante etapa do processo de descrição, cuja finalidade, visa facilitar a recuperação da informação, por meio de palavras que busquem a representação do texto ou documento. Constitui-se num “conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de documentos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação” (CUNHA, 1987, p. 38).

Por meio da análise documentária pode constatar dois tipos de representação: (a) Condensação intensiva do texto original, que evidencia a informação específica,

particularizada. Ex: Resumos (síntese do documento original); (b) Linguagem documentária, que é um código comutador, cuja função é “a normalização das unidades significantes ou conceituais presentes no texto original, a partir de elementos que constituem, de alguma forma, uma condensação das áreas de assunto” (LARA, 1993, p.4).

Lopez (2002) conforme citado por Lima; Schelbauer (2015, p. 8) ressalta que tanto a classificação como a descrição dos documentos fazem parte da construção de um inventário, sendo esta última fundamental, uma vez que “[...] somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram” (LOPEZ, 2002, p. 12).

“... a descrição, princípio teórico metodológico da arquivística compreende as atividades de tratamento da informação designada como permanente. Trata-se de um conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo materializam, do geral para o específico, numa perspectiva do órgão acumulador, a identificação de registros e documentos com o propósito de estabelecer uma representação que permita, entre outras finalidades, favorecer o acesso e determinar a significação do material ordenado, esclarecendo as relações internas e de contexto dos documentos (SANTOS, 2010, p. 16)

No ano de 2012, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA)⁵¹ constituiu um Grupo de Trabalho sobre descrição arquivística. Tratava-se do GEDA (Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística) com o objetivo ampliar as normas de descrição de documentos, fundamentadas nos princípios arquivísticos de maneira a compreender os quatro modelos internacionais de descrição arquivística: ISAD (G); ISAAR (CPF); ISDF; e ISDIAH.

A função descrição possui instrumental normativo como a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G), a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas pessoas e famílias – ISAAR (CPF) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística –

⁵¹ “... organismo internacional vinculado a UNESCO, criado em 1950 com o objetivo de promover a conservação e utilização dos recursos arquivísticos” (SANTOS, 2010, p. 28).

NOBRADE. Esses instrumentos normativos objetivam assegurar a consistência destas representações ou descrições; possibilitar o controle de autoridade; tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos em um sistema unificado de informação (SANTOS, 2010, p.44).

NORMA	EDIÇÃO	DATAS DE DESENVOLVIMENTO	DATA DE PUBLICAÇÃO
Declaração de Princípios		(1988) 1989-1992	1992
ISAD(G)	1ª	1990-1993	1994
ISAAR (CPF)	1ª	1993-1995	1996
ISAD(G)	2ª	1996-2000	1999
ISAAR (CPF)	2ª	2000-2004	2004
ISDF	1ª	2005-2007	2007
ISDIAH	1ª	2005-2008	2008

Figura 7: expressa a constituição das normas de descrição arquivística.

Fonte: Santos (2010, p 102)

No cenário internacional do patrimônio, em 1996, o *International Committee for Documentation* (CIDOC) do *International Council of Museums* (ICOM), começou a elaborar um modelo conceitual de descrição CIDOC – CRM, para a descrição de objetos museológicos “[...] inicialmente voltado para museus, veio a ser concebido como um modelo de referência que pudesse servir ao desejo mais amplo de tornar possível o acesso integrado ao patrimônio cultural, abrangendo o acesso a arquivo, biblioteca e museu” (GUEGUEN et al, 2013, p.109). O **Modelo de Referência Conceitual (CRM) do CIDOC** fornece definições e uma estrutura formal para descrever os conceitos implícitos e explícitos e os relacionamentos usados na documentação do patrimônio cultural.⁵²

De acordo com Gueguen et al. (2013, p. 109), arquivistas e os museólogos envolvidos nesse processo de desenvolvimento do CRM, têm manifestado o interesse em trabalhar com a comunidade arquivística, em conjunto com as normas de descrição existentes

⁵² CIDOC consiste em um Grupo de Trabalho de Padrões de Documentação do CIDOC (DSWG) que se engajaram na criação de um modelo geral de dados para museus, com um foco particular no intercâmbio de informações. Disponível em: <http://www.cidoc-crm.org/> Acesso em: 17 julho 2019.

“... no sentido de levar em conta a descrição arquivística e tornar possível ao modelo integrar plenamente as comunidades dos arquivos, das bibliotecas e dos museus. Ao mesmo tempo em que muitos da comunidade arquivística gostariam de colaborar nesse esforço, a ausência de um modelo conceitual, que aborde de forma abrangente e com precisão os conceitos do domínio arquivístico (como foi feito com a FRBR para o domínio bibliográfico), tem sido um impedimento. Antes de colaborar, a comunidade arquivística deve desenvolver um modelo conceitual que, em primeiro lugar e antes de tudo, se volte para os princípios e necessidades dos arquivistas. Uma vez que isso seja alcançado, a comunidade estará bem posicionada para se juntar às comunidades profissionais aliadas em uma busca comum com intuito de prover acesso integrado à expressão humana em todas as suas formas.

Dessa forma o (GEDA) Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística e a comunidade internacional arquivística junto com os organismos profissionais relacionados têm buscado

À medida que se atinjam os objetivos intermediários do desenvolvimento, o GEDA. “[...] se esforçará em garantir que a norma internacional resultante reflita um consenso de toda a comunidade e que ela possa ser aplicada em todas as culturas, idiomas e sistemas de escrita. A metodologia para o desenvolvimento do modelo conceitual dedicar-se-á inicialmente à definição do âmbito (ou domínio) do modelo. O modelo deverá, antes de tudo, voltar-se para os princípios e necessidades da comunidade arquivística. Em especial, será fundamentado no permanente princípio da proveniência. Terá como foco a separação e interrelação dos componentes primários da descrição arquivística, a fim de fornecer uma base para o desenvolvimento de sistemas de descrição arquivística que sustentarão diferentes perspectivas sobre recursos arquivísticos, incluindo tanto a perspectiva representada por guias e instrumentos de pesquisa tradicionais em nível de fundo, como a perspectiva representada pelo sistema de séries” (GUEGUEN et al; 2013, p. 112 e 113).

A documentação do arquivo da UFRRJ, ao longo dos anos, sofreu com a negligência que acomete muitos dos arquivos públicos, escamoteado e com a falta de uma organização, padronização, identificação e inventariação que permitiram a acumulação desordenada dos acervos, contribuindo para que o arquivo fosse visto como um local de armazenamento de “papeis velhos”.

A organização e o tratamento dos documentos tem sido um grande desafio da arquivística contemporânea. A informação arquivística constitui um dos recursos mais elementares e indispensáveis ao funcionamento de uma organização. Representa o produto da atividade (administrativa, técnica, científica, etc.) de um sujeito acumulador (pessoa física ou jurídica, pública

ou privada) em qualquer tipo de suporte (mídia, filme, papel, microfilme, fotografia, eletrônico, digital) e constitui elemento de prova ou de informação e, assim adquire valores administrativos, legais, fiscais, probatórios e históricos (SANTOS, 2010, p. 15).

Assim sendo, intentamos a partir de uma padronização e da utilização da ficha de inventário de fontes arquivísticas, destacar a relevância da análise organizacional e estrutural dos fundos, ressaltando a importância do reconhecimento e aplicabilidade do inventário. Pretendemos organizar de acordo com o assunto do documento e fundo oriundo da Instituição (entidade coletiva⁵³) e por séries e subséries, como também, utilizarmos um repositório digital, que permita o acesso a documentação que ficará disponível.

Nossa compreensão da descrição arquivística evoluiu, assim como as tecnologias de informação necessárias para representá-la e comunicá-la, e é claro que uma norma internacional que se baseie solidamente no princípio da proveniência⁵⁴ e, ao mesmo tempo, possibilite diferentes ênfases e abordagens para a descrição dos documentos está ao nosso alcance (GUEGUEM et al, 2013, p. 113).

Para tanto, almejamos trabalhar a ficha de inventário em conjunto com ferramentas digitais e com os profissionais da área de tecnologia da informação da universidade. Dessa maneira, viabilizaríamos a recuperação das informações contidas nos acervos sob guarda do arquivo da UFRRJ, e, poderíamos criar repositórios digitais, e, assim, efetivamente investir esse arquivo e seu acervo da perspectiva patrimonial que lhe cabe.

⁵³ Trata-se de um Grupo de pessoas que age de maneira organizada e é identificado por um nome específico, variando no seu grau e forma de organização, como movimentos sociais e políticos, feiras, seminários, conferências, instituições econômicas, sociais, políticas e religiosas, embarcações e aeronaves. Também chamado entidade corporativa (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 83)

⁵⁴ O princípio da proveniência é o princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 136).

[...] as instituições detentoras de acervos de valor permanente têm se utilizado também da tecnologia da informação na publicação dos produtos das descrições arquivísticas na internet. Tal prática é realizada com o objetivo de providenciar o acesso fácil e rápido à documentação, e complementarmente evita o manuseio excessivo da documentação em suporte papel” (FLORES; HEDLUND, 2014, p. 3).

Segundo Flores; Hedlund (2014, p. 2) os repositórios digitais vêm desempenhando um papel significativo na construção de um espaço arquivístico digital que seja responsável pela guarda confiável de documentos digitais. Repositórios que pela própria dimensão de difusão do acervo em sua pluralidade investem o arquivo de seu sentido mais amplo de bem cultural.

A implementação de repositórios digitais baseados nos princípios e critérios arquivísticos, se constitui em outra iniciativa fundamental, pois vai além de descrever e promover o acesso, pois se constitui num Arquivo Digital, seja esta corrente, intermediário ou permanente, corroborando para o estudo da preservação digital - desde que sejam consideradas as recomendações do CONARQ no tocante à gestão, acesso e preservação em repositórios arquivísticos digitais (FLORES; HEDLUND, 2014, p. 27).

O inventário possibilita a descrição de forma a fazer um diagnóstico dos acervos. Dessa forma, o inventário atua como uma primeira política de preservação, já que com ele o acervo ganha uma identificação. No entanto, precisamos cogitar ações inovadoras, em paralelo com os recursos de tecnologias de informação que façam o intercâmbio entre a gestão dos acervos, descrição, preservação e difusão, proporcionando interação social.

3.2 Proposição de ações de conservação/preservação para a proteção dos acervos do arquivo da UFRRJ

A necessidade da construção de novas correlações do próprio arquivo da UFRRJ com as perspectivas de conservação sobre o patrimônio permitem o (re)pensar da valorização do patrimônio documental, posto que trazem dimensões mais específicas da

construção de mecanismos que visam auxiliar a pesquisa, tornando acessível as informações contidas no amplo *corpus documental* do arquivo em questão.

Dessa forma, a própria ausência da percepção, por muitos, do arquivo como “lugar de memória” orienta essa pesquisa para a constituição de novas formas de valorar o arquivo da UFRRJ e seu acervo. Valoração que se estende para além do resgate da sua memória institucional silenciada por anos. “Conforme uma instituição atravessa etapas, ela constrói um dos seus maiores patrimônios, a história. Esta, uma vez consolidada, torna-se substância identitária e referência de credibilidade para os diversos públicos” (SOUZA; MOURA, 2010, p. 01).

A adoção de práticas inovadoras de gestão, que incluem a elaboração de novos instrumentos como os inventários, possibilitam a apreensão, o uso e apropriação mais adequados dos documentos que se encontram sob a guarda do Arquivo da UFRRJ e, ainda, investem o arquivo de novos sentidos.

Independente, porém, dos variados suportes que registram a memória social, é possível reconhecer o quão importante ela é, vista a continuidade da experiência humana. Quando se deseja o registro da memória de uma Instituição pensa-se em imortalizar a passagem de grande parte do tempo, valorizando o trabalho, as conquistas e, particularmente, a pesquisa, quando se trata de uma instituição acadêmica (TOUTAIN, 2012, p. 16).

Os documentos dos tipos mais variados produzem uma cultura própria, trazem traços de valor do passado, de forma a contribuir para a descrição da história da instituição. A importância da organização dos arquivos e a valorização dos seus acervos tornaram-se, assim, um diferencial para a instituição, permitindo a busca pela preservação e salvaguarda, bem como o acesso e a disseminação da informação, haja vista as tantas mudanças tecnológicas e sociais que impactam significativamente arquivos como o da UFRRJ.

O patrimônio cultural, em sua grande diversidade, tem por base a atribuição de valores aos bens que nele se inserem. Assim, a habilidade de compreender esses valores depende, em certa forma, do grau em que as fontes de informação sobre esse bem podem ser compreendidas, e de sua veracidade. Conhecer e compreender o potencial informacional relacionado ao bem cultural, em especial seu (s) significado (s), determina sua apreensão e é determinante para sua preservação (PINHEIRO, 2012, p. 32).

A adoção de práticas e técnicas, que auxiliem os profissionais que trabalham diretamente com esse acervo é fundamental como forma de resgatar e investir esse acervo documental variado de sua função social. Função que se vincula à produção de novos conhecimentos a partir das informações que se encontram no arquivo. Conhecimento que é produzido por aqueles que estão envolvidos com este arquivo, seja o arquivista, o pesquisador ou o historiador, que se apropriará da informação, permitindo a constituição de conhecimento através do resgate das mesmas e de sua disseminação.

Assim, cabe ao profissional arquivista desenvolver sistemas de arquivo, prezando pela gestão documental, desde o início da produção documental, passando pelas diferentes funções arquivísticas, com vistas ao acesso, independente da fase em que o documento se encontra, e à preservação do patrimônio documental arquivístico alinhado a programas de difusão com a finalidade de aproximar a sociedade dos acervos arquivísticos, na tentativa de fomentar o resgate do sentimento de pertencimento (ROSSATO; FLORES, 2015, p.44).

O acervo do Arquivo da UFRRJ deve ser apropriado não só para a prática de pesquisas institucionais, mas pela sociedade como um todo, pois seus documentos revelam troca de experiências, de vivências e, ainda, transmitem e comunicam saberes.

Os arquivos – na sua missão de preservar e conservar o patrimônio cultural documental – são fontes de informação e conhecimento que proporcionam a gestão adequada do patrimônio documental e iconográfico relativo à memória de uma nação. Abrange desde instrumentos que fazem referência ao sepultamento de pessoas que fazem parte da história da nação até processos administrativos e raridades, como registros de personalidades importantes no contexto da história. (TOUTAIN, 2012, p. 18).

Precisamos especificar o potencial informacional do patrimônio documental da UFRRJ, bem como sua utilização para a concepção da memória institucional, inserindo-os no contexto contemporâneo de busca pelo acesso a informação, a fim de transformá-lo em transmissor de conhecimento. O patrimônio documental não deve ser visto como um passivo, ignorado por muitos, mas sim, como um legado ativo, seja econômico, social ou de valores educacionais e históricos, que trazem pertencimento a um indivíduo

ou grupo, valorizando a história e memória da sociedade. Dessa forma, incitar o uso do arquivo da UFRRJ e seu acervo faz todo sentido para a compreensão do papel social deste com a sociedade.

Para tanto, o indivíduo precisa se reconhecer como parte da estruturação desse espaço e da sua história. Esse reconhecimento é parte de uma importante composição identitária que se desdobra em uma relação de pertencimento. É a partir dessa relação que o sujeito interage com o patrimônio constituído por tudo que está a sua volta. Pereira (2016, p. 6) enfatiza que se não há reconhecimento dos bens patrimoniais, tão pouco será relevante a manutenção do mesmo, visto que, só há preservação, quando se tem consciência da importância e contribuição para sua formação.

A comunidade acadêmica da UFRRJ, precisa se apropriar do legado histórico das fontes documentais, daquilo que está em forma de registro, da memória documental da universidade, independente do suporte no qual este está registrado. Há registros cartográficos, textuais, fotográficos, dentre muitos outros, no acervo da UFRRJ. É preciso priorizar a guarda da memória do lugar, a partir da sua função, a fim de preservar a memória/história gerada e sua herança cultural.

A herança cultural é aquilo que se transmite, conscientemente ou não, de geração em geração. Essa transferência não se relaciona a toda a cultura, mas a uma seleção realizada por critérios de valor muito estritos, escolhidos a partir de valores políticos e culturais. As causas emocionais e afetivas se juntam aos primeiros critérios. A preservação surge como instrumento para essa transmissão e consiste em qualquer ação que se relacione à manutenção física desse bem cultural, mas também a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações. Inclui, portanto, a documentação, a pesquisa em todas as dimensões, a conservação e a própria restauração, aqui entendida como uma das possíveis ações para a conservação de um bem (PINHEIRO, 2012, p. 31).

O valor de preservar compreende a perspectiva de conservarmos uma memória social que simboliza a relação entre os produtores desses documentos (os sujeitos) e a instituição.

[...] a **preservação** é a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente - para sempre - do patrimônio documental. Compreende a **conservação**, que é definida como aquelas ações, que

envolvendo o mínimo de intervenção técnica, são requeridas para prevenir uma deterioração ulterior do documento original” (UNESCO, 2002, p. 15).

Para Cassares (2000, p. 12), a preservação consiste no conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais. A memória e história da universidade não podem mais ficar distantes dos indivíduos que integram e pertencem a comunidade acadêmica. Não podemos deixar que o sentido identitário e de pertencimento caia no silenciamento, e, mais que isso, seja apagado, pelo não desejo de memória. Investir o arquivo da UFRRJ de um olhar patrimonial é imprescindível. É preciso construir, a partir de práticas, esse olhar diferenciado, que agregue ao arquivo seu valor de bem cultural arraigado à memória social.

Preservando e conservando este conhecimento de uma época – a partir dos conteúdos arquivados – podem-se formar pessoas, que gerarão novos conhecimentos, dando origem a outras descobertas, a outros avanços. Pesquisadores, historiadores, arquitetos, cientistas da informação, instituições de guarda de acervos sempre estão buscando soluções para o desenvolvimento de suas ideias (TOUTAIN, 2012, p. 20).

Muitos são os desafios, portanto, no âmbito dos arquivos. E a preservação e conservação dos documentos é apenas um deles. Proteger o legado e o que é considerado patrimônio é uma tarefa indispensável. Compreendemos os dois sentidos das palavras como

PRESERVAÇÃO = CONSCIÊNCIA
CONSERVAÇÃO = PRÁTICA/AÇÃO CONCRETA

Medidas preventivas devem ser elaboradas junto com a aplicação da gestão documental, a fim de evitar a perda e o aumento da deterioração dos acervos documentais, que são bens culturais da universidade, pois contam a sua história. Como salienta Toutain, “para preservar os acervos arquivísticos é necessário organizá-los e conservá-los para servir de referência, de informação, prova, testemunho e fonte de

pesquisa” (TOUTAIN, 2012, p. 18). Tanto a materialidade do bem quanto a imaterialidade são importantes e, ambas, contribuem para que este tenha um reconhecimento social. Nesse sentido, não devemos olhar somente para a materialidade quando o assunto é preservação.

A preservação, conservação e restauração do patrimônio, constituem-se como empreendimento culturais direcionados a prolongar a vida útil dos objetos materiais, e assim possibilitar a relação dialógica com estes bens culturais portadores de múltiplas significações (CASTRO, 2008, p. 22)

Muitos são os agentes de deterioração dos acervos tanto em meio tradicional quanto digital. As instituições deveriam estar mais preocupadas com a questão da preservação de seus documentos e da informação.

Os agentes de deterioração decompõem a materialidade do objeto cultural e consequentemente, os valores históricos, sociológicos, informacionais e estéticos que lhe são inerentes. A deterioração do patrimônio resulta na destruição, no esquecimento, na perda, na efemeridade. Assim, tem-se no espaço social demarcado pelo patrimônio cultural (*campus*), um quadro caracterizado pelo “caos”, “quebra” e “desordem”, o que pressupõe a atuação dos atores sociais (*habitus*) na tentativa de diálogo com as obras e objetos historicamente construídos (CASTRO, 2008, p. 22 e 23).

É essencial que políticas de preservação dos documentos sejam implantadas, com instrumentos e procedimentos que assegurem uma durabilidade maior a esses documentos considerados patrimônio. É interessante sublinhar, como destaca Silva, que “ações isoladas de preservação podem ser desenvolvidas e implementadas” (SILVA, 2008, p. 240). Vale pontuar, que no contexto dessa pesquisa, não foi nosso intuito aprofundarmos uma política de preservação e conservação. Essa dimensão pode ser estudada, sem dúvida, em uma pesquisa futura. Buscamos propor apenas algumas ações preventivas que incitem à conscientização da necessidade de implantação de uma política efetiva, para os acervos que se encontram sob a guarda do arquivo da UFRRJ.

A preservação, hoje em dia, reúne uma série de procedimentos e intervenções de tratamento que tendem a considerar não apenas o documento, mas

principalmente a função social da informação materialmente registrada no suporte. A questão não é mais como preservar, mas o que e por que preservar (SILVA, 2008, p. 12)

Uma política de preservação deve abordar todos os aspectos, desde a infraestrutura, a edificação, guarda e acesso aos acervos, estabelecendo normas e padrões, que possam prever os riscos. Essa política deve, ainda, definir procedimentos e metodologias para os acervos, além de estabelecer as responsabilidades e diretrizes, para conservação e restauro, como meio de minimizar a deterioração dos materiais.

Para Silva (2008, p.13) a informação arquivística é considerada um recurso estratégico para as tomadas de decisão na administração pública e para a consolidação da cidadania, sendo assim, a preservação dessa informação é entendida como um elemento fundamental para o desenvolvimento individual e da sociedade. Apresentamos abaixo algumas ações estratégicas e práticas que podem ser abordadas como mecanismos para ampliação da preservação e o acesso a informação no contexto da UFRRJ.

Ações estratégicas e práticas para a preservação do acervo do Arquivo da UFRRJ	
1º Responsabilidade:	Conferir responsabilidades, a fim de orientar e conduzir ações relacionadas à salvaguarda dos acervos;
2º Infra- Estrutura:	Abranger e incorporar recursos físicos e administrativos que viabilizem a conservação e preservação dos acervos;
3º Armazenamento:	Possibilitar ambientes favoráveis de armazenamento dos acervos;
4º Acondicionamento:	Proporcionar materiais apropriados para o acondicionamento a cada tipo de suporte;
5º Planejamento de Risco:	Propor regulamentações de utilização, acidentes, riscos ambientais, dentre outros, visando traçar um programa de prevenção de riscos e desastres;
6º Segurança:	Implantar planos relacionados à segurança;

Figura 8: Elaboração da pesquisadora Daniele Silva

Conscientizar a comunidade acadêmica sobre a necessidade de se construir políticas de gestão, preservação, conservação cultural dentre outras também é fundamental, no atual contexto, visto que a sociedade precisa se imbuir dessa consciência de valorização e importância do patrimônio, seja ele documental ou não, conservando, assim, para preservar bens culturais, portadores de referência à memória, à ação e à identidade.

A complexa variedade tipológica dos bens culturais que integram o patrimônio cultural está sujeita aos mais diversos processos de deterioração. Muitos são os agentes físicos, químicos e biológicos de degradação que ameaçam a existência deste patrimônio, que vão desde as variações climáticas de temperatura e umidade, poluição atmosférica, insetos, fungos, catástrofes e, até mesmo, a ação do próprio homem quando age em guerras, vandalismos ou negligência. A ação inexorável do tempo destrói os artefatos, as obras, os documentos gráficos, os monumentos e os vestígios resultantes do processo civilizatório (CASTRO, 2008, p. 22).

Um dos maiores agentes de deterioração do patrimônio, na atualidade, é o homem. Por vezes, por falta de conhecimento e educação. Mas, independente de qual seja o contexto, é necessário estabelecer um diálogo sobre ações preservacionistas, com o intuito de aproximar o indivíduo à conscientização do valor desses elementos.

É fundamental um trabalho de conscientização, uma mudança de mentalidade onde todo o pessoal lotado nessas unidades possa participar de forma integrada das medidas necessárias para manutenção do patrimônio material. Nesse sentido, o maior dilema das instituições é a organização visando o todo, onde a conservação preventiva deveria ser o carro chefe das prioridades (MESQUITA, 2012, p. 68)

A preservação consiste na prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico (DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 135).

De acordo com Silva (2008, p.12)

“... os arquivos públicos brasileiros, ainda têm sérios problemas de preservação dos documentos tradicionais sob sua custódia, que vão desde ataques de fungos e acidez do papel, até a inexistência ou inconsistência nos

procedimentos de gestão, além de carência de inventários, de recursos humanos e orçamentários”.

Apontamos, abaixo, alguns fatores que demonstram os riscos e que nos mostram a importância da constituição de estratégias, por vezes simples, que contribuem para preservar a documentação dos arquivos, se forem adotadas por seus gestores.

NORMAS	CONSEQUÊNCIAS
Evite fazer anotações utilizando canetas.	A tinta da caneta é antiestética e desfiguradora, a maioria das tintas são insolúveis e irreversíveis.
Não use saliva no dedo para virar as folhas dos processos e documentos.	A saliva provoca acidez no papel e se este estiver contaminado pode causar riscos a saúde.
Não sobre o livro ou documento para retirar alguma coisa.	A saliva provoca acidez no papel.
Não faça dobras para marcar páginas.	Dobras nas folhas provocam rompimento das fibras de papel.
Não apoie os cotovelos em cima dos processos de leitura.	Ao apoiar os cotovelos danifica a encadernação, provocando deformações.
Não faça refeições perto dos documentos.	As comidas sujam, mancham e atraem insetos.
Nunca tente remendar os documentos usando fitas adesivas.	As fitas adesivas provocam manchas na fibra de celulose.
Não coloque clipe metálico como marcador de páginas.	O metal com o decorrer do tempo se desenvolve no clipe e migra para o papel.
Evite tirar cópia de obras raras, documentos antigos e frágeis.	Esse tipo de cópia danifica a encadernação, os papéis e as tintas coloridas. O excesso de luz U.V danifica a fibra de celulose.
Mantenha as mãos sempre limpas.	Mãos sujas provocam manchas de gordura no papel.
Cuidado ao digitalizar livros e documentos fragilizados.	A eletrostática do scanner pode ocasionar rasgos.
Evite exposição dos documentos à luz solar.	A luz danifica capas, encadernações, papéis e tintas, numa reação fotoquímica.
Mantenha o ambiente sempre limpo e livre de poeira.	A poeira e a umidade favorece o desenvolvimento dos agentes biológicos sobre os materiais gráficos.

O acervo não deve ser exposto a altas temperaturas e umidades excessivas.	Acelera as reações químicas e favorecem a proliferação de micro organismos.
Não fume próximo aos documentos.	Os poluentes contribuem para a deterioração do papel, além do risco de incêndio.

Figura 9: Quadro explicativo

Fonte: Folder Explicativo da SAPG / Julho 2016 (Anexo 3).

Dessa forma, para que o patrimônio documental permaneça em condições de utilização são necessários cuidados especiais, visando a sua preservação, já que os acervos documentais são constituídos basicamente por materiais orgânicos (papel, tinta, etc.) e, como tais, estão sujeitos a um contínuo processo de deterioração.

“... a necessidade de as instituições buscarem sempre o auxílio de um conservador em quase todas as etapas de planejamento institucional, incluindo o estabelecimento de normas escritas e participação nas instâncias decisórias. Essa política deveria incluir a aquisição, guarda, tombamento, baixa patrimonial e um programa de inspeção. Teria, ainda, que monitorar a utilização das coleções a fim de fundamentar o plano de preservação e conservação. A equipe dessa área teria que se manter atualizada, tendo suas atribuições redigidas em documento e difundidas, para que todos pudessem estar cientes das funções da figura do conservador, evitando os constrangimentos decorrentes das solicitações por partes destes ao sugerirem mudanças ou recomendações. (MESQUITA, 2012, p. 71)

A conservação não pode suspender um processo de degradação já instalado, porém utilizando alguns métodos, pode-se reduzir o ritmo desse processo, preservando e prolongando a vida útil dos documentos. No âmbito do CONARQ (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS) temos uma Câmara técnica de Preservação de Documentos a CTPD, instituída em 1995, pela Portaria nº 07, de 21 de agosto, com o nome de Câmara Técnica de Conservação de Documentos. Em 2008, seu o nome foi alterado para Câmara Técnica de Preservação de Documentos e objetivo é “ [...] atender às demandas de normalização e criação de instrumentos metodológicos, técnicos e normativos, visando à preservação dos acervos documentais dos arquivos públicos e privados” ⁵⁵ (CONARQ, 2008, p.1).

⁵⁵ CONARQ- Portaria Portaria nº. 81, de 16 de junho de 2008 , art. 2º. Disponível em: http://conarq.gov.br/images/ctpd/portaria_n_81.pdf Acesso em: 19 julho de 2019.

Essa câmara técnica foi criada com o intuito de contribuir para a gestão da preservação dos arquivos públicos e privados, visando à promoção de ações que integram tanto a orientação para a construção e adaptação de edifícios para arquivos, quanto à conservação preventiva, prevenção de sinistros e planos emergenciais.

Dessa forma, precisamos orientar os profissionais e usuários que lidam com arquivos, com o propósito de elucidar sobre a maneira correta de trabalhar com os acervos, a fim de minimizar os danos. Cabe sublinhar, ainda, que para a UNESCO “o patrimônio pode encontrar-se sob a custódia e no contexto de diferentes marcos sociais e comunitários e esse contexto pode condicionar a sobrevivência, a segurança e a acessibilidade do patrimônio” (UNESCO, 2002, p. 12)

Na realidade do arquivo da UFRRJ, a falta de um espaço apropriado para os acervos, acarreta um acondicionamento não adequado, assim como, um ambiente com incidência de calor e materiais obsoletos. Esses fatores têm contribuído para a deteriorização dos documentos do arquivo independente do seu suporte.

É interessante pontuar que algumas ações paliativas, podem atuar como alternativas, a fim de minimizar a deterioração dos documentos. Tais ações podem partir desde uma simples higienização, ao acondicionamento em material de pH neutro, como o controle de umidade. Mas, de nada vão adiantar essas implementações, se não houver a conscientização de que o primordial para o arquivo da UFRRJ é um espaço com materiais adequados para a guarda do acervo.

As condições de armazenamento – incluindo a temperatura, a umidade, a luz, os poluentes atmosféricos, os animais e insetos, e a segurança material - deveriam, na medida do possível, maximizar a vida útil dos suportes armazenados” (UNESCO, 2002, p.17)

O fator principal que tem prejudicado o desenvolvimento de práticas no arquivo, na atualidade é a questão do espaço físico. Trata-se de problema que não incide apenas sobre o Arquivo da UFRRJ. De acordo com a UNESCO (2002, p. 5), grande parte do patrimônio documental está submetido aos riscos e a perda. Nesse sentido, o *Programa Memória do Mundo*, criado pela UNESCO, em 1992, busca sensibilizar para as condições precárias de preservação e de acesso ao patrimônio documental em várias partes do mundo. Esse programa preza por três objetivos principais:

(a). Facilitar a preservação do patrimônio documental mundial mediante as técnicas mais adequadas. Isto pode ser feito através da assistência prática direta, da disseminação da informação e do incentivo ao treinamento, ou unindo oportunamente patrocinadores a projetos apropriados.

(b). Facilitar o acesso universal ao patrimônio documental. Este objetivo inclui o encorajamento à criação de cópias digitalizadas e de catálogos a serem disponibilizados na Internet, como também, à publicação e distribuição de livros, CD, DVD e outros produtos, de maneira tão ampla e igualitária o quanto seja possível. Aonde o acesso tem implicações para os custódios, essas são respeitadas. São reconhecidas as restrições legais e de qualquer outro tipo, em relação à acessibilidade aos acervos. São honradas as idiosincrasias culturais, incluindo as de comunidades indígenas guardiãs de seus materiais e do acesso ao mesmo. Os direitos de propriedade privada estão garantidos por lei.

(c). Criar uma maior consciência em todo o mundo da existência e importância do patrimônio documental. Para o que se recorre, embora não exclusivamente, ao desenvolvimento dos registros de Memória do Mundo e a utilização em maior medida da mídia e das publicações de promoção e informação. A preservação e o acesso não só são complementares, mas também contribuem para a conscientização, já que a demanda de acesso estimula o trabalho de preservação. Encoraja-se a produção de cópias de acesso para evitar uma excessiva manipulação dos documentos a preservar (UNESCO, 2002, p. 6).

Os objetivos acima referenciados também nos mostram um conjunto de ações, por vezes, não tão complexas, que, se implementadas viabilizariam não só a preservação e conservação adequada dos documentos, mas também, a difusão do próprio acervo dos arquivos e da dimensão de memória dos mesmos. Cabe apontar, ainda, que “[...] a integridade do patrimônio documental deve ser inviolável: por exemplo, documentos não deveriam ser mutilados, censurados, manipulados ou falsificados. A sobrevivência do patrimônio a longo prazo não deve ser colocada em perigo pelos interesses de exploração a curto prazo” (UNESCO, 2002, p. 10).

É, por isso, que a valoração do Arquivo da UFRJ e de seus documentos como bem cultural demanda um processo de autoconhecimento dos indivíduos em relação à memória e a sua história da universidade como legado. A *Carta de Nara* (UNESCO, 1994) expressa essa relação de valor do patrimônio e dispõe sobre as atividades de preservação.

A preservação de culturas e patrimônio no nosso mundo é uma insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade. A proteção e valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo deveria ser ativamente promovida como um aspecto essencial do desenvolvimento humano. [...] a conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos e fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio. Todos os julgamentos sobre atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem, assim como a credibilidade das pesquisas realizadas, podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor, autenticidade em critérios fixos. Ao contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que as características de um determinado patrimônio sejam consideradas e julgadas nos contextos culturais dos quais pertençam (UNESCO, 1994, p. 2 e 3)

Buscamos, nessa breve reflexão, ancorada, nas reflexões internacionais sobre o patrimônio documental e em outros documentos legislativos mostrar que perspectivas que visem valorizar e preservar o patrimônio e a cultura da universidade não são inviáveis. Há que se ter, sobretudo, consciência do conjunto de práticas que pode verter a massa documental de um arquivo em bens culturais e aplicá-las consoante uma política de gestão adequada e pertinente ao contexto de cada instituição.

3.3 Acesso e valorização do arquivo da UFRRJ e seu acervo a partir de ações de difusão cultural e patrimonial

Observamos que uma das grandes complexidades no campo dos arquivos, principalmente em relação ao arquivo da UFRRJ, é a de agregar perspectivas patrimoniais e uma função social, para além de administrativa, tendo em vista a falta de conhecimento e reconhecimento desse arquivo institucional em particular. Belloto (2004, p. 228) aborda a possibilidade dessa relação dos arquivos com a sociedade, a fim de viabilizar a construção desse reconhecimento, desde que os profissionais, saibam captar as potencialidades dos seus acervos, tentando trazer o arquivo de dentro para fora.

As instituições arquivísticas buscam constantemente ser reconhecidas como fonte de pesquisa e conhecimento, por isso espera-se que com a divulgação das ações desenvolvidas na Instituição, estimulando a pesquisa em seus

acervos e a participação da sociedade em seus eventos, seja possível angariar maior reconhecimento do patrimônio documental existente (SARAIVA, PEREIRA, 2018, p. 656).

Para Santos (2014, p. 28), “[...] a difusão aplicada às unidades de informação consiste em utilizar estratégias e técnicas para levar ao máximo de pessoas o conhecimento sobre a existência das instituições, assim como, as informações existentes nos acervos”. Dessa forma, criam-se possibilidades de novos usos para o patrimônio documental.

“[...] o estabelecimento de políticas de acesso aos documentos de arquivo e de difusão deve ser precedido por uma política de gestão de documentos, pois entende-se que entre o cumprimento dos preceitos do acesso à informação e do acesso aos arquivos organizados há uma relação direta. E no que se refere às ações de difusão nas instituições de arquivo, essas são importantes e visam levar aos usuários conhecidos ou potenciais a oportunidade de conhecer o acervo, além de valorizar, transmitir e também tornar acessíveis as informações contidas nos documentos” (SARAIVA; PEREIRA, 2018, p. 648).

Bellotto (2000) aponta que uma das dificuldades para a integração dos arquivos nas políticas públicas de patrimônio provém do entendimento das autoridades e da população de forma geral sobre o real papel que deve ter um arquivo público. O arquivo é e deve ser compreendido, ao mesmo tempo, como custodiador, organizador, difusor de acervos acumulados ou como prova, testemunho e guardião de informação e questões relativas aos direitos e deveres vinculados às relações entre governo e o cidadão. Essa dimensão mais ampla do arquivo e de seu acervo normalmente não é apreendida nem pelos gestores da instituição.

Nessa perspectiva, é indispensável ressaltar a materialidade do acervo da UFRRJ e sua importância como fonte de estudo. Se atentarmos para essa dimensão, veremos que é possível expandir seu papel, especialmente sob o ponto de vista da cultura, abarcando não só seus aspectos administrativos. A promoção de ações culturais em torno dos arquivos é tão importante para esses espaços de memória quanto à constituição de instrumentos que façam o mapeamento e o reconhecimento dos acervos

desses arquivos. Estas são capazes de transformar o olhar, a conduta e prática dos que participam da mesma. Tais ações aproximam o cidadão ao acervo arquivístico, criando uma circunstância favorável para inscrevê-lo como patrimônio documental.

Trata-se de uma forma de aproximar um público diversificado, expandindo assim as categorias mais comuns de pesquisadores e estudantes de graduação de forma que percebam a importância do arquivo enquanto instituição que, além de suas funções de custódia, preservação e recolhimento e organização, também, participa ativamente da vida cultural (CABRAL, 2012, p. 36).

Ações culturais são, portanto, necessárias no âmbito dos arquivos e devem ser estimuladas pelos gestores desses “lugares de memória”, pois promovem a aproximação com a comunidade acadêmica com esse espaço. Os arquivos são espaços capazes de abranger um papel educativo, apesar de ser uma prática pouco explorada em âmbito nacional. Esse tipo de ação, aplicada ao contexto do arquivo da UFRRJ, pode transmitir a função social do arquivo. Essas práticas desenvolvem a compreensão para a importância do arquivo como produtor de conhecimento e, ainda, suscita a troca de informações e experiências, assim como, estudos sobre a função social da universidade.

Segundo Teixeira Coelho (1989, p. 33), ação cultural consiste na promoção cultural, pelo cumprimento da compreensão histórica, utilizando a arte e cultura como instrumentos de mudança e conscientização de uma sociedade. Já Adalbarde e Rodrigues (2015, p. 256) apud (BRASIL, 2011, p. 14) apontam a importância de se “[...] promover os arquivos públicos como espaço de conhecimento e cidadania por meio de criação e implementação de serviços de difusão educativos e culturais como canal de diálogo com a sociedade e mudança de paradigma da imagem dos arquivos”.

Assim sendo, um bem é valorizado quando ele serve para o fim ao qual ele foi criado. É preciso tomar cuidado com olhar museal dado às coisas. Mas, olhar os arquivos com um novo olhar, mais aberto à representatividade das mensagens e das memórias que os documentos registram, é, na atualidade, primordial.

[...] existe uma relação de interdependência entre preservação e difusão, pois, entendemos que os bens culturais devem ser preservados, para que, a partir da sua difusão, cumpram a sua função social enquanto registros culturais que, identificam, informam e transformam a sociedade atual” (SANTOS, 2014, p.20).

Não basta, por isso, apenas preservar e restaurar, se não utilizarmos os acervos, para a finalidade para a qual ele foi criado. Este deve ser valorizado pela mensagem que guarda em si. Precisamos enquanto sociedade, reconhecer o valor, o significado e a mensagem transmitida além da materialidade dos documentos, uma vez que, o contato com os arquivos permite entender a importância deste para a nossa própria construção identitária.

“[...] os arquivos, no entanto, observam-se que independente do gênero ou suporte de documento (documento textual, fotográfico, artefatos museológicos, etc.) os acervos das demais unidades de informação contém diversas informações relevantes em várias áreas do conhecimento. Portanto entendemos que a pesquisa a fim de se obter maior conhecimento sobre os acervos, assim como, a descrição, os inventários e catálogos são importantes formas de difusão da informação (SANTOS, 2014, p. 28)

É preciso debater sobre as ações culturais, para que o arquivo da UFRRJ possa expressar o papel significativo que possui para a história e para a cultura da universidade, haja vista a guarda de documentos que preserva em seu extenso acervo. Trata-se, portanto, do uso da cultura como ferramenta de valorização. Como nos incita Santos a pensar, “em arquivos, a ação cultural pode contribuir não apenas para divulgação do acervo, e sim como construtora de um processo de representação da sociedade em relação a busca e recuperação da informação de documentos” (SANTOS, 2017, p.3).

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultural e saber (BELLOTO, 2004, p. 247).

Ao incentivarmos a comunidade acadêmica a promover práticas de preservação, resgate e difusão da memória arquivística, da história institucional e das informações

contidas nos acervos, permitimos o estabelecimento de um canal de comunicação entre o arquivo da UFRRJ e o público que o cerca. Trata-se de mais um desafio, porém, significativo, para a transmissão da informação e para a produção de conhecimento, agregando valor ao acervo e, permitindo, o revisitar da história da instituição e da própria Educação no Brasil.

[...] em unidades de informação e especificamente em arquivos, a ação cultural pode contribuir não apenas para a divulgação do acervo, mas principalmente como construtora de um processo de representação da Sociedade em relação à busca e a recuperação da informação de documentos (SANTOS, 2017, p.3).

Ações de difusão não são muito exploradas em espaços como arquivos. Esse tipo de atividade é comumente encontrada em museus, porém, possibilidades de novos usos para o patrimônio documental, excepcionalmente para o contexto da UFRRJ, podem aproximar o cidadão, assim como, propiciar novas apropriações de seu acervo documental. Essas ações tornam o arquivo mais acessível, e, ainda, criam uma circunstância favorável para uma nova dimensão conceitual do acervo. Toda instituição arquivística, mesmo que pouco explorada, porta em si uma perspectiva educativa. Apesar das portas dos arquivos não estarem tão abertas como as das bibliotecas, os mesmos possuem um potencial expressivo, que propicia a construção de trabalhos pedagógicos e científicos a partir desse ambiente informacional.

A qualidade dos produtos e serviços do arquivo, pode ser evidenciada nas informações fornecidas para a tomada de decisões; na fixação das diretrizes tanto do planejamento quanto da avaliação institucional; no apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para o projeto pedagógico; orientando na elaboração de currículos; programas de cursos; formação de discentes; atuando como laboratório prático de ensino e pesquisa; servindo como campo de estágio; contribuindo para a produção científica na elaboração dos trabalhos de conclusão de curso; formando novos pesquisadores; apoiando a comunidade; prestando assessoria técnica; colaborando na difusão cultural por meio de publicações, exposições, palestras, cursos, entre tantas outras atividades que podem ser exercidas (BOTTINO, 2012, p. 33).

Os arquivos, assim, como os museus, também podem ser utilizados como canal de aprendizagem, a partir do uso de seus acervos, tanto para o processo de ensino aprendizagem, quanto para a promoção e valorização do patrimônio documental.

O fato do documento de arquivo apresentar essas características – ser prova ou evidência de uma ação – torna a sua exploração ainda mais interessante para atividades de ação educativa. É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivos. (FRATINI, 2009, p.6)

Precisamos voltar o olhar para o Arquivo da UFRRJ enquanto ferramenta estimulante de cultura. Esse arquivo, assim como os demais, permite a construção da conscientização dos indivíduos sobre a importância desses espaços guardiões de memória. Tais espaços funcionam como instrumentos dotados de potencial que possibilita a troca de informações e essa conexão ocorre, a partir desse contato entre o sujeito, o resgate da memória e o social. Vale ressaltar, que de nada adianta implementar ações culturais e de difusão, se a gestão documental, não for aplicada. Nossos arquivos não podem e não devem mais continuar sendo “maquiados” e “mascarados”.

Esta rede de contatos permitiria, então, repensar a prática diária e, principalmente, rever as metas, planejamentos e política institucional, que se poderia ampliar, a fim de aumentar o público visitante de exposições, seminários, para algo além, incluindo um programa sistemático voltado para a difusão e a ação cultural, com as atividades nas quais o público se tornaria agente ativo no processo e não mero espectador (CABRAL, 2012, p.36).

Dessa forma, os sujeitos envolvidos podem conhecer e reconhecer espaços como arquivos, valorando o patrimônio. Pereira (2016, p. 33) ressalta que se o arquivo não se inserir no âmbito cultural pode perder a sua funcionalidade social, visto que o reconhecimento do arquivo como guardião da memória e do patrimônio documental da sociedade é primordial para que o mesmo se mantenha ativo.

Nessa perspectiva, fica inviável, patrimonializar os arquivos, sem organização, sem gestão documental, uma vez que, a partir da gestão e do processo de avaliação documental, é que se torna possível identificar as características de patrimônio nos

acervos documentais, assim como seu caráter histórico e científico. É preciso tratar dessa relação dos arquivos como “lugares de memória”, informação, lembranças e dotados de informações culturais.

É sobre um tripé que sustenta a consulta a um acervo de arquivo: o historiador, o administrador e o cidadão. Para o primeiro ali se concentra a matéria-prima Profissional, para o segundo, seu arsenal de prova, testemunho e informações; para o terceiro, os dados que informam e definem a comunidade em que vivem, e sua própria atuação nela. Ora, a nenhum deles será possibilitado o acesso a informação requerida se não lhe for possível conhecer o conteúdo dos documentos do arquivo, sua tipologia, o órgão público que os produziu e as inter-relações existentes. Isso só se realiza por meio da publicação de instrumentos de pesquisa, que são o elo entre os documentos procurados e o usuário. Da mesma forma, o arquivo não será totalmente útil, aos meios do saber e da cultura se não puder editar obras raras, jornais antigos e monografias que, independentemente de se basearem nos documentos do seu acervo, completam a sua missão reformadora e de formadora junto á comunidade (BELLOTO, 2004, p. 230).

A apropriação do espaço é importante, para que este seja explorado de maneira propositiva, visto que, a valorização não se dá apenas pelo conhecimento de sua existência. Sendo assim, para que o arquivo da UFRRJ e seu patrimônio documental seja conhecido e reconhecido, estes precisam ser explorados, pelo grupo que o cerca. Dessa forma, também é possível preservar a partir do acesso, o fomento à compreensão de que “lugares” como estes podem contribuir de forma significativa e positiva para o processo de produção de conhecimento. Evitamos, assim, que os arquivos sejam negligenciados pela comunidade acadêmica.

Arquivos como museus, certamente “incorporam e moldam percepções do público do que é valioso e importante” e “são parte da história, filosofia é em parte criada por eles”. Consideremos como os arquivos refletem constituem as necessidades de informação da sociedade (SCHWARTZ, COOK, 2004, p. 20).

Nesse sentido, precisamos exercer um trabalho em conjunto, entre o arquivo e a comunidade universitária, a fim de diminuir a distância atual entre eles. Há benefícios que podem ser alcançados com o desenvolvimento de ações coletivas como essas.

Um exemplo de atividade que auxilia na realização da valorização dos arquivos permanentes é a função difusão. [...] as instituições públicas adotem em seus arquivos estratégias de difusão, que instiguem e atraiam a sociedade a ir aos arquivos, conhecer e buscar a história nacional, regional, ou local, por meio do patrimônio documental que embasa tal história. [...] ao realizar ações de difusão e ao disponibilizar o acesso aos documentos e à informação, demonstra-se para os gestores institucionais e para a sociedade o valor que os documentos possuem. A difusão permite entre outras coisas, sensibilizar os cidadãos da importância da preservação documental para o futuro e da sua utilidade no processo de recuperação e fortalecimento da memória e identidade. Além disto, com a difusão se contribui não somente com a sociedade, mas também com os gestores no que tange as ações de transparência informacional, principalmente na administração pública (ROSA, 2017, p. 56).

O usuário precisa vir para o arquivo da UFRRJ sem, necessariamente, estar dentro do arquivo. É preciso apresentar sua importância na construção, por exemplo, da identidade. Não podemos promover o apagamento e o esquecimento, e, sim, auxiliar no resgate de memórias que estão sendo silenciadas.

É necessário um bom planejamento das atividades a serem desenvolvidas, de modo que sejam sistematizadas e avaliadas constantemente e se façam ajustes e correções ao longo dos projetos assim como adequações em relação aos objetivos que devem ser alcançados. “[...] uma prática que conjugue o lado técnico com o cunho social da instituição arquivística por meio de uma política voltada para o público, atraindo-o de forma que compreenda o arquivo como espaço de coleta, preservação, mas também como lugar de criação de conhecimentos” (CABRAL, 2012, p.37).

Há uma dimensão de patrimônio cultural no patrimônio documental que é portador da memória da universidade, que precisa ser explorado e reconhecido, pois os documentos e as informações que eles contêm não podem mais ser “sepultadas”, “camufladas”, ou mesmo, permanecer ocultas para quem as produziu.

Para difundir os acervos e, conseqüentemente, atingir seus objetivos, os arquivos públicos devem elaborar estratégias e definir ações de marketing. Tais ações incluem a promoção de eventos, a identificação dos seus usuários, a incorporação de melhorias tecnológicas, entre outras ações de gestão, de modo a promover o patrimônio documental e, assim, atender a sociedade em suas necessidades informacionais (SARAIVA; PEREIRA, 2018, p. 648).

A difusão da informação é um elemento cobrado, atualmente, a partir da LAI (Lei de Acesso à Informação), dada a função do arquivo que é de servir e dar acesso. A Constituinte de 1988 garante, deste modo, o acesso à informação, como podemos depreender da leitura de seu art. 5º, XXXIII.

“... todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse coletivo a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do Estado”

É interessante observar, que a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI), em seu artigo 1º, dispõe sobre os procedimentos a serem seguidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso às informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Dessa forma, as metodologias previstas na LAI (BRASIL, 2011, p. 1), buscam garantir no art. 3º “[...] o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes”:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública

Nesse sentido, as perspectivas apresentadas pela LAI, buscam propiciar e dar visibilidade maior aos arquivos, assim como trazem mais transparência administrativa. Precisamos pensar que não preservamos nossos acervos apenas por proteção e salvaguarda. É importante realçar esse aspecto da informação pública para a sociedade e difundir a perspectiva de que o acesso aos arquivos é um direito garantido por lei.

Partindo dessa perspectiva, vemos que os arquivos não são meramente um armazém de papéis velhos, escamoteados, e, sim, na dinâmica social, os arquivos são importantes estruturas da memória. Especialmente, nesses tempos de uma memória fluída e difusa. Diante do avanço e do surgimento de diferenciadas ferramentas tecnológicas, as instituições de um modo geral, necessitam estar cada vez mais atentas ao aparecimento de novas formas de trabalho, pesquisa, acesso e uso da informação. Como bem recomenda a UNESCO, “à medida que se desenvolve, a Internet será uma ferramenta de acesso ao patrimônio documental cada vez mais eficaz que consegue vencer a tirania da distância” (UNESCO, 2002, p.18)

É necessário, assim, que ocorra um envolvimento expressivo dos servidores, arquivistas e gestores que atuam no arquivo, para que as ações de cunho cultural possam contribuir na eficácia de seu funcionamento, bem como para a busca de melhorias, de reconhecimento, de valorização e de troca de informações com seus usuários. Tais ações funcionam como ferramentas de propagação e divulgação da cultura e da memória da universidade e mostram a comunidade acadêmica o patrimônio documental da instituição que o arquivo guarda.

Entendemos por *difusão*⁵⁶ a propagação, divulgação e ação de tornar conhecido pelo público. No contexto da arquivologia, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), não aborda esse conceito, porém se aproxima da definição ao utilizar a expressão ‘*disseminação da informação*’, “[...] como fornecimento e difusão de informação através de canais formais de comunicação” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 71).

O conceito de divulgação também é abordado quando nos aproximamos do debate em torno da noção de difusão cultural. Dessa forma, ‘*divulgação*’ é o “[...] conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências”

⁵⁶ Dicionário online de Português. Disponível em: <https://www.didio.com.br/difusao/> Acesso em: 20 julho de 2019.

((DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 72). Ambos os termos, trazem essa proximidade com o entendimento sobre difusão. Não podemos deixar de abordar o termo ‘*acesso*’, que é importante na argumentação deste capítulo. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 19) acesso é a “[...] possibilidade de consulta a documento e informações”, também compreendido como “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização”. Segundou Rossou; Couture (1998, p. 69) a difusão e o acesso estão associados à informação orgânica que é:

“[...] registrada num suporte adequado sendo posteriormente inserida no canal de difusão apropriado, a fim de ser facilmente acessível e permitir uma comunicação máxima que tenha em conta tudo quanto do ponto de vista legal, cultural e tecnológico rodeia o orgânico”.

No âmbito do arquivo da UFRRJ, devem ser discutidas e implementadas ações relativas à gestão e preservação, assim como ações de difusão e acesso aos acervos. O uso, por exemplo, de uma ficha de inventário de fontes arquivísticas, que vise atuar como instrumento de pesquisa, e que possibilite a descrição e inventariação dos acervos, forneceria informações fundamentais para a prática da pesquisa. Trata-se de uma mostra do quanto ainda é necessário ser feito em termos de gestão do patrimônio documental da universidade. É interessante os três modelos de difusão que Belloto (2004, p.223) enuncia para propormos essas ações. A pesquisadora menciona os modelos editorial, cultural e educacional. Tomando essa reflexão propomos, para o arquivo da UFRRJ, as seguintes ações, que podem vir a funcionar, na prática, como mecanismos de acesso, resgate de memória institucional, e integração entre o público, o acervo e o arquivo.

Difusão cultural:

- Exposições virtuais temáticas (a partir do próprio contexto acadêmico, agropecuário, veterinário), utilizando o site do arquivo;
- Palestras;

Difusão educacional:

- Visitas guiadas dos alunos de graduação da disciplina de história, fazendo uma reflexão teórica, sobre temas que podem ser correlacionados a história da universidade;
- Jogos virtuais temáticos, criados a partir dos documentos do arquivo, como por exemplo: transcrições virtuais, caça- palavras, dentre outros;

Difusão editorial:

- Instrumentos técnicos digitais, como: inventários, manuais, tabelas, planos, projetos, normas e procedimentos do arquivo da UFRRJ;
- Projetos de organização, eventos, seminários etc;
- Folder explicativo do arquivo;

Vale ressaltar que tais propostas, devem ser aperfeiçoadas e adequadas, de acordo com a utilização e necessidade de cada público que interagir com o arquivo da UFRRJ e seu acervo. Lembramos que é preciso idealizar ações que visem inovar os procedimentos que já são adotados, a fim de estimular a relação usuário, arquivo e informação. De acordo com Rockembach (2015, p.105) torna-se necessária a atenção a três elementos na difusão:

“[...] o usuário da informação, o conteúdo a ser difundido e o uso de tecnologias de informação e comunicação. Para atingir uma difusão ampla de forma eficaz e efetiva, acreditamos que seja preciso uma abordagem interdisciplinar, levando em conta algumas temáticas específicas: acessibilidade, transparência, marketing aplicado a serviços e produtos de informação, estudo de usuários, comportamento informacional, mediação do comportamento informacional, mediação da informação e literatura informacional. Este é um caminho em construção e um modelo que inclua estes estudos poderá contribuir para a difusão informacional, sobre tudo em ambientes digitais”.

Na atualidade, novas tecnologias são elaboradas como instrumentos, a fim de contribuir nos processos de salvaguarda, inclusive, no contexto interdisciplinar, do campo do patrimônio.

Os recursos das tecnologias da informação da atualidade têm proporcionado na celeridade, no processo de comunicação e interação social o que contribuiu para que muitas ferramentas fossem desenvolvidas para a disseminação de ideias e serviços, como as redes sociais (SILVA, 2017, p. 91).

A possibilidade de digitalizar e tornar disponível para o acesso às informações, é desafiador. Trata-se de processo que facilita e contribui para a preservação, o acesso e a divulgação das informações. Tais ações são significativas para a preservação e propiciam o acesso de estudantes, pesquisadores e da comunidade acadêmica em geral ao arquivo. Como afirma Santos, “[...] torna-se possível disponibilizar o acervo aos pesquisadores no site da instituição. Evitando, dessa forma, o manuseio dos originais e facilitando o acesso, tanto para a equipe das instituições, quanto para o público” (SANTOS, 2014, p. 34).

Em parceria com a FIOCRUZ, atualmente a UFRRJ junto com os profissionais das unidades detentoras dos acervos da instituição e com a elaboração do programa de gestão, tem desenvolvido um trabalho em conjunto que busca funcionar como um ciclo de ações. No projeto, intenta-se trabalhar em toda universidade com o repositório

digital, RIMA⁵⁷, já utilizado no Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ (CEDIM).

Ações de capacitação e formação estão sendo aplicadas pela FIOCRUZ com objetivo de formar e sensibilizar os servidores sobre questões como: acesso aberto, auto arquivamento e uso dos repositórios digitais. A FIOCRUZ possui prática na utilização de repositórios digitais, visando acesso aberto, disponibilização, preservação, visibilidade e geração de conhecimento a partir da informação. Entendemos que toda essa proposta, funcionará como um ciclo:

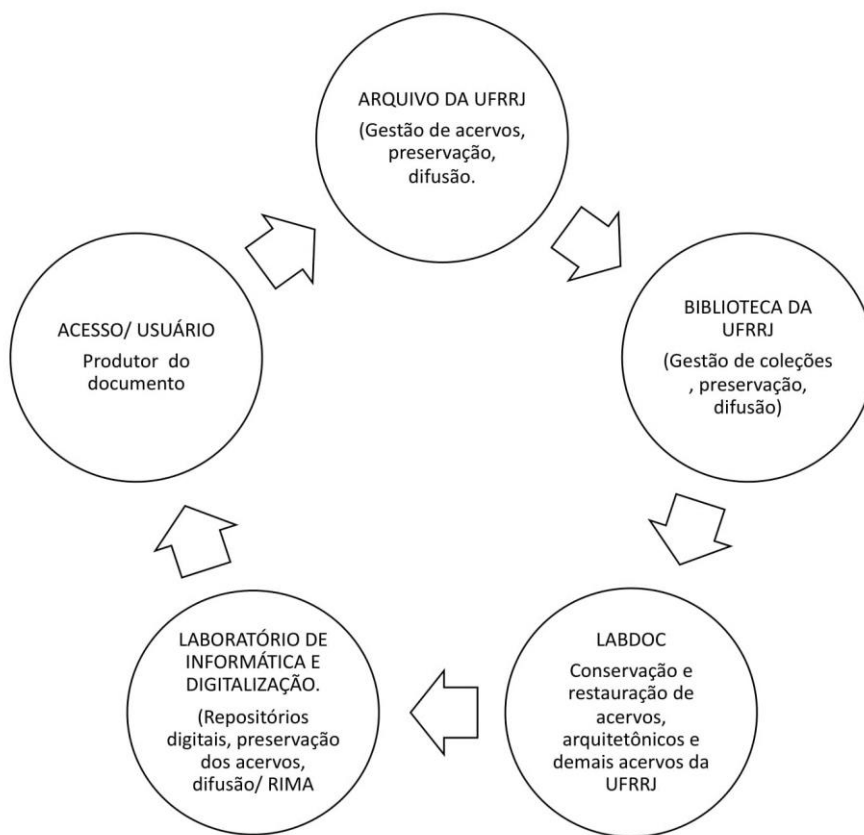


Figura 10: Ciclo de ações

(Elaboração da pesquisadora Daniele Silva)

⁵⁷ Os repositórios digitais (RDs) são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Os RDs armazenam arquivos de diversos formatos. Ainda, resultam em uma série de benefícios ou sociedades científicas, proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição. IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2008, p.1). Disponível em: <https://www.ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/repositorios-digitais.Acesso> em: 20 de julho 2019.

É fundamental, portanto, nessa perspectiva de construção de um novo olhar para o arquivo da UFRRJ e o patrimônio documental, o uso de tecnologias da informação associadas às propostas de gestão e à realidade da universidade. Trabalhar com ações culturais e instrumentos que contribuam para a busca, consulta e acesso aos acervos, gerando e compartilhando conhecimento e, ultrapassando, dessa forma, fronteiras que remodelam as práticas a serem utilizadas no arquivo e no contexto da UFRRJ é como se pode depreender da reflexão acima um extenso caminho a ser percorrido. Caminho que pode ser construído em diálogo a partir de relações interdisciplinares que conjuguem práticas de gestão, preservação, valoração patrimonial e tecnologias voltadas para a difusão da informação e para a produção de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] pensei em fazer uma "História dos Subúrbios" menos seca que as memórias do Padre Luís Gonçalves dos Santos relativas à cidade; era obra modesta, mas exigia documentos e datas como preliminares, tudo árido e longo. Foi então que os bustos pintados nas paredes entraram a falar-me e a dizer-me que, uma vez que eles não alcançavam reconstituir-me os tempos idos, pegasse da pena e contasse alguns” (Machado de Assis, Dom Casmurro, 2009, p.16).

O campo empírico, construído nessa pesquisa, deu-se pelo fato da autora, fazer parte do quadro de servidores da instituição, atuando como arquivista no Arquivo Geral da UFRRJ. Apresentamos as considerações finais da pesquisa, com o propósito de fomentar debates, para a promoção de estudos futuros. Reflexões acerca do arquivo da UFRRJ foram levantadas, ao longo dessa dissertação, com o intuito de construir um novo olhar e novas formas de apreensão e compreensão deste “lugar de memória” e de geração de conhecimento em virtude, especialmente do seu potencial informacional. As universidades precisam refletir sobre sua própria história, visto que as transformações da contemporaneidade levam a uma preocupação voltada não só para a memória e o esquecimento, mas também para a gestão universitária e seus desafios futuros.

Os arquivos constituem-se, por isso, como espaços privilegiados de informações. Carvalho (2012, p.18) destaca que os arquivos universitários são considerados pelo senso comum como aqueles que são oriundos das universidades. Já Belloto (1991, p.18-23) pontua, por sua vez, que os arquivos universitários devem ser compreendidos como um setor da administração universitária encarregados de recolher e acumular documentos produzidos e recebidos pela instituição, no exercício de suas funções. Tais arquivos estes são úteis para seu próprio desenvolvimento na fase corrente, posto que suas informações acerca da rotina administrativa e acadêmica instituem-se como elementos importantes para a própria gestão da universidade.

Constatamos que em instituições que possuem lugares como arquivo, por exemplo, é possível que estes nem sequer se instituem para suas comunidades acadêmicas como “lugares de memória”. Estes, apesar de guardarem os vestígios escolhidos do que foi registrado da memória, seja esta individual ou de grupos, não são, muitas vezes, sequer conhecidos e consultados.

Lugares como o arquivo da UFRRJ devem ser investidos, por isso, de uma dimensão simbólica ligada à releitura das memórias registradas em seus acervos. É, por isso, que o documento, deve ser difundido, a partir de sua dimensão de bem cultural. Esse é um aspecto que se tomado no bojo das ações culturais pode fazer do Arquivo da UFRRJ um “lugar de memória” reconhecido por sua comunidade acadêmica. Essa dimensão que aproxima os arquivos de sua perspectiva patrimonial precisa se vincular a um campo mais eficaz de gestão. Buscamos, então, nesse trabalho, situar o diálogo desses arquivos principalmente com o campo do patrimônio e, ainda, construir ferramentas e mapear ações culturais com vistas a construir em torno do Arquivo da UFRRJ a referência de bem cultural.

Realizamos, para tanto, inicialmente, um estudo da história, fazendo uma análise do arquivo da UFRRJ como “lugar de memória”, de forma a compreender a sua relação com patrimônio cultural e, ainda, perceber o valor dos documentos como bem cultural. Ressaltamos que o patrimônio documental é constituído por fontes inesgotáveis de conhecimento e de resgate do passado, mas, que precisa ser gerido de forma adequada para que sua dimensão de informação não se perca e possa vir a se instituir como conhecimento.

[...] relevante é o patrimônio documental inserido no âmbito do patrimônio cultural, cujas políticas públicas estão em avanço no panorama arquivístico e requer ações que venham a garantir a preservação dos documentos arquivísticos e, ao mesmo, tempo, promover o acesso às informações de maneira rápida e precisa (ILHA, 2013, p. 23).

Na correlação com o campo do patrimônio, notamos as fortes questões históricas, transformando o sentido do que era considerado monumental, edificado, para o testemunhal e documental. Os documentos com seu potencial informacional são arcabouços dos aspectos sociais, pois, permitem essa relação do indivíduo e dos grupos, com a finalidade para o qual estes foram produzidos. O Arquivo da UFRRJ pode, por isso, ser utilizado como espaço de fonte de pesquisa, visto que o material de arquivo está sujeito, uma vez que é apropriado para estudos, a interpretações diversas. Para tanto, é necessário investir em políticas de gestão que privilegiem instrumentos de pesquisa e ações culturais.

A elaboração de uma ficha de inventário de fontes arquivísticas, como

instrumento, foi construída para auxiliar no mapeamento do acervo do arquivo e, ainda, viabilizar a difusão das informações que são passíveis de serem encontradas nesse arquivo. É essencial que a aplicação desse instrumento proposto bem como o de outros que devem ser estimulados a ser construídos, seja realizado em conjunto com tecnologias digitais e de informação, buscando facilitar e garantir o acesso aos acervos e a informação, bem como a geração do conhecimento.

É interessante pontuar, ainda, que mesmo com todos os esforços, no contexto institucional, percebemos que não há uma política de gestão documental no cenário da UFRRJ. Há um conjunto de ações importantes, mas que, estão sendo desenvolvidas isoladamente.

Lembramos que as propostas realizadas nessa pesquisa, não têm a pretensão de serem aplicadas separadamente, visto que novas demandas e mudanças, tanto estruturais quanto funcionais foram surgindo ao longo de seu desenvolvimento. Buscamos, sim, contribuir para aplicação de novas metodologias que visem estabelecer uma comunicação entre os produtos do documento, o usuário, e o arquivo da UFRRJ. E incitar com esse trabalho uma reflexão sobre discussões dessa natureza. Novos estudos devem ser, portanto, estimulados com a intenção de aperfeiçoar as práticas arquivistas na universidade.

Sabemos que essa pesquisa se abre, ainda, a muitos horizontes posto que se institui em uma dimensão interdisciplinar que conjuga a reflexão de campos do conhecimento como a arquivologia, o patrimônio e a tecnologia de informações. Cabe sublinhar, por fim, que as propostas aqui fomentadas visam contribuir para a execução e eficácia dos processos de gestão documental, resgate da memória institucional, preservação do patrimônio documental, assim como controle, uso e recuperação da informação, colaborando para a difusão e geração de conhecimento, a partir de um novo olhar, de reconhecimento, pertencimento para o arquivo da UFRRJ, suas práticas e seus acervos.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre.et al. Papel da memória. Campinas: Pontes, 1999,71p.

ALDABALDE, T. V.; RODRIGUES, G. M. Mediação Cultural no Arquivo Público do Espírito Santo. Transinformação. Volume 27, número 3, 2015.

ALMEIDA, Carla M. de; SILVA, Edcleyton B. Fernandes da. ESPAÇOS DE MEMÓRIA: A FUNÇÃO SOCIAL DOS ARQUIVOS PESSOAIS. VII Seminário de Saberes arquivísticos. 2016. João Pessoa – PB – 02 -25p. Disponível em: <https://even3.azereedge.net/anais/36257.pdf>
Acesso em: 30 maio 2019.

ANDRADE, Ricardo Sodré. SILVA, Rubens R.G. ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E UMA NOVA GERAÇÃO DE INSTRUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE REFERÊNCIA. Salvador, V.2, n.3, p. 14-29, dez 2008.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades- meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. Código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades– fim das instituições federais de ensino superior – IFES. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Portaria no 092 de 23/09/2011.

_____. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p

_____. Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal. -- Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

ASSIS, Machado de. Do livro. In: Dom Casmurro. São Paulo: Saraiva, 2009.

BALTAZAR, A. Patrimônio cultural: técnicas de arquivamento e introdução à Museologia. Batatais: Claretiano, 2011.

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. TransInformação. Campinas, 2009. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/518/498>.
Acesso em: 04 jun. 2018

BECK, Ingrid. Manual de Conservação de documentos. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional. 1985.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Inventário dos acervos das escolas técnicas estaduais do Estado de São Paulo. In: MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (Orgs.). Contribuição à pesquisa de ensino técnico no Estado de São Paulo: inventário de fontes documentais. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002. p. 9-13.

BELLOTTO, H. L. Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais. Registro, Indaiatuba, v. 1, n. 1, p. 14-27, 2002.
Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/44306365/Revista-Registro-01#scribd>
Acesso: 04 jun 2018.

BELLOTTO, H.L. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. In: Ciências & Letras. Revista da Faculdade Porto Alegre de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre: FAPA, n. 27, jan./jun. 2000. p.151-166.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Universidade e arquivo: perfil, história e convergência. *Transinformação*. v.1, n.3, set/dez 1989. p. 15-28.

_____. O Sentido dos arquivos. Conferência pronunciada no I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 7 de abril de 2014.

_____. Uma política de arquivos para a universidade brasileira. In: Seminário Nacional de Arquivos Universitários, 1, 1991, Campinas, SP: Unicamp, 1992.
Disponível em: https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/pesquisa/produto_de.../atas.pdf Acesso em: 29 maio 2018.

BERNARDES, I. P. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto como fazer; v.1).

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: Cia das letras, 1994.

BOSO, A. K.; SOUZA, C. A. da R. de; CISNE, C. dos S.; CORADI, J. Importância do ArquivoUniversitário. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.12, n.1, p. 123-131, jan./jun., 2007. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BOTTINO, M. Arquivo universitário: considerações em torno da questão. Panorama da situação no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004.

_____. Arquivo Universitário: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, R. NASCIMENTO, A. (Org.). Universidade e Arquivo: gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012. P. 23-36.

BRASIL, Arquivo Nacional. *Conselho Nacional de Arquivos*: classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; às atividades meio da administração pública/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

_____. Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 16 out. 2018.

_____. Decreto-Lei n.25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 18 julho 2018.

_____. Lei n o 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005 e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Atos do Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 nov. 2011 – Edição Extra. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/11/2011&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=12> Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Proposta e moções aprovadas na plenária final. Brasília: CNARQ, 2011. Disponível em: <<http://www.arquivista.net/2011/12/19/propostas-e-mocoasaprovadas-no-i-cnarq>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRITTO, Augusto César Luis, MOKARZEL, Marisa de Oliveira, CORRADI, Analaura. O ARQUIVO ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIA E SUA RELAÇÃO COM A IDENTIDADE. Florianópolis, v.27, n. 54, p. 158-182, jan/jun.2017.

Disponível em:

www.brapci.inf.br/index.php/article/view/.../20e832e2b8d3d3f7bef45ebe36f7d668

Acesso em: 05 ago 2018

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como Fonte de Difusão Cultural e Educativa. Revista Acervo. Rio de Janeiro. V. 25, n.1, p. 35-44 –jan/jun.2012.

CÂNDIDO, Maria inez. documentação Museológica. in: Cadernos de diretrizes Museológicas i (2006). 2. ed. Brasília: Ministério da cultura/instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico nacional/departamento de Museus e centros culturais; Belo Horizonte, secretaria de Estado da cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 32-92

CARPES, F. S.; CASTANHO, Denise Molon. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A GESTÃO DOCUMENTAL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL. SOCIAIS E HUMANAS. Santa Maria, v. 27, n. 2, maio/agos. 2014, p. 72 – 90. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/4926> Acesso em: 30 maio de 2019.

CARPES, F. S.; FLORES, D. O Arquivo Universitário e a Memória da Universidade. Informação & Sociedade: Estudos, v. 23, n. 3, p. 13-22 Set/Dez 2013. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/14180>. Acesso em: 10 Out. 2016.

CARPES, F. S.; FLORES, D. O Patrimônio Documental e a Memória da Universidade: a difusão dos atos legais e normativos da Universidade Federal de Santa Maria. P. 340 - 362. In: Mariz, Ana C. Almeida; Jardim, José Maria; SILVA, Sérgio C. ALbite (Orgs). Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

Cartas Patrimoniais: 1931- UNESCO. Convenções.

Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=12025&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=-471.html > Acesso em: 20 julho 2018.

CARVALHO. Wallace Pires de. Arquivo Universitário de instituições públicas de ensino superior no Rio de Janeiro: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO. Rio de Janeiro. 2012. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia.

Disponível em: <ridi.ibict.br/bitstream/123456789/765/1/carvalho2012.pdf> Acesso em: 20 de julho 2018.

CASSARES, Norma Cianflone. Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Biblio- tecas / Norma Cianflone Cassares e Cláudia Moi. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80 p. – (Projeto Como fazer, 5).

CASTRO, Aloísio Arnaldo Nunes de. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CONSERVAÇÃO – RESTAURAÇÃO DE ACERVOS EM PAPEL NO BRASIL (Dissertação do Programa de Pós-graduação em História. Juiz de Fora, 2008. UFJF.

CASTRO, Aloísio Arnaldo Nunes de. A trajetória da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil. Juiz de Fora: FUNALFA, 2012.

CASTRO, Celso. Pesquisando em Arquivos. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. 2008.

CASTRO, Sonia Rabelo de. O Estado na preservação de bens culturais. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CAVALCANTE, Lídia Eugênio. Patrimônio Digital e Informação: Política, cultura e Diversidade. Enc.Bibli. Revista eletrônica. Biblioteconomia. Ci. Inf. Florianópolis, n 23. 1º Semestre. 2007.

Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n23p152>

Acesso em: 30 maio 2019.

CAVALCANTI NETO, Clóvis Tenório. A evolução histórica do direito notarial. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2855, 26 abr. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/18978>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

CHAGAS, M. Cultura, patrimônio e memória. Revista Museu, Rio de Janeiro, maio 2005.

Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1227859861>

Acesso em: 16 out 2016.

CHASTEL, André. A Invenção do inventário. Revue de I Art, n.87. Paris, CNRS, 1990. Tradução e notas de João B. Serra.

Disponível em: cidadeimaginaria.org/pc/ChastelInventaire.pdf

CHAUÍ, Marilena. Convite a Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2002. 527 p.

Disponível

em:

http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chaui.pdf Acesso em: 27 julho 2018.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.p.37-46.

CHAVES. César Roberto Castro. O modernismo e a Política Federal Preservacionista: um olhar crítico sobre a construção do patrimônio no Brasil. Revista CEDS. N1 agosto/dezembro 2014. Disponível em: <http://www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds> Acesso em: 08 jan 2019.

CHOAY, Françoise. 2001. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP

CHUVA, Márcia. Por uma História da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n° 33, p. 147-165, 2012.

_____. Os arquitetos da memória: sócio gênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COELHO, Texeira. O que é ação cultural. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção primeiros passos, 216).

COLOMBO. Fausto. Arquivos Imperfeitos: memória social e cultura eletrônica. Tradução de Beatriz Borges. São Paulo. Perspectiva, 1991.

CONARQ. Câmara Técnica de Preservação de Documentos. Recomendação para o resgate de acervos documentais danificados por água. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Jun. 2010. Disponível em: <http://www.conarq.arquival.gov.br> Acesso em; 17 jun 2019.

CONARQ. Conselho Nacional de Arquivos. Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro: preservar para garantir o acesso. 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquival.gov.br> Acesso em: 07 junho. 2018

CONARQ. Resolução 14/2001. Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução no 4/1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio da Administração. Rio de Janeiro, 2001.

_____. Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 dez. 2014. Seção 1, p.29. Disponível em: <http://www.conarq.arquival.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/282-resolucao-40,-de-9-de-dezembro-de-2014.html>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

CUNHA, I.N.F. Análise documentária. In: SMIT, J.W. Análise documentária: a análise da síntese. 2 ed. Brasília: IBICT, 1987.

CURY, Isabelle. Cartas Patrimoniais. Brasília: Minc/IPHAN, 1995.

DALLON, Jean. Le don du patrimoine: une approche communicationnelle de la patrimonialisation.. Paris: Lavoisier, 2006.

DELMAS, Bruno. Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DODEBEI, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? Datagrama zero – Revista de Ciência da Informação – v.12, n. 12. Abr/2011. Art. 01.

FARIAS, Daniele silva de. MEMÓRIA X MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA: A RUPTURA DO SACRALIZADO PARA O DESSACRALIZADO E OS ARQUIVOS COMO LUGARES DE HISTÓRIA. 2006. UFF. 42 p. Orientador (a): Márcia Heloísa Tavares de Figueiredo Lima.

FERNANDES, Renata Sieiro. A memória dos lugares, dos objetos e os guardiões da memória na educação não-formal. 2005, 18p. Disponível em: <http://www.hola.pro.br/arquivo/webdoc03/2005/webdoc3d.htm> Acesso em: 10 set. 2016.

FERNANDES JUNIOR, Tiago. A importância dos arquivos e a situação do arquivista na sociedade da informação. João Pessoa: UFPB, 2017.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. A preservação do patrimônio documental através da produção de instrumentos de pesquisa arquivísticos e da implementação de repositórios arquivísticos digitais. IN: Publicação do IPHAN, Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária. Edição nº 3, fev. 2014. IPHAN. ISSN Online 2357-755X. <<http://www.dhionhedlund.com.br/2014/03/iphan-publica-trabalho-do-grupo-de.html> >

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MINC – IPHAN, 2005.

FRAGOSO, Ilza da Silva. Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa, PB. 2008. 139f Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. *Histórica – Revista eletrônica do Arquivo Público de São Paulo*, n 34. 2009.

Disponível em:
<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/matérias/anteriores/edicao34/materia05/texto05.pdf>.

Acesso em: 22 maio de 2019.

FREITAS, Lídia Silva de, GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Quem decide o que é memorável? A memória de setores populares e os profissionais da informação. *I ER. Foro social de Información, documentación y bibliotecas*, Bueno Aires, ago. 2004, 11p.

Disponível em:
http://www.academia.edu/3637631/Quem_decide_o_que_e_memoravel_a_memoria_de_setores_populares_e_os_profissionais_da_informacao. Acesso em: 11 de setembro de 2006.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Política de preservação dos acervos científicos e culturais da Fiocruz/ Fundação Oswaldo Cruz. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2018. 68 p. ISBN: 978-85-9543-012-9

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. IN: LENSKIJ, T. & HELFER, N.E. (Org.) A memória e o ensino de História. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

GUEGUEN, Gretchen et al. PARA UM MODELO CONCEITUAL INTERNACIONAL DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA. 2013. JUL/DEZ. 100 p.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva, São Paulo: Vértice, editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997

HEYMANN, Luciana Quillet. O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/ FAPERJ, 2012. 238 p.

HEREDIA HERRERA, Antônia. *Archivística General: teoria y práctica*, Sevilha: Disputación de Sevilha, 1991. 5ª Edición ACTualizada y Aumentada. 512 p.

HIGOUNET, Charles. História Concisa da Escrita, Edt. Parábola, 2003.

ICOMOS, DECLARAÇÃO DE QUEBEC (2008). Sobre a preservação do “spiritu loci”. Disponível em: < <http://www.internacional.icomos.org/quebec2008> > acesso em: 21/05/2019.

ILHA, Rita Medianeira. Gestão do patrimônio documental: elaboração do vocabulário para organizar e acessar informações arquivísticas. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS. 2013. 263p.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. Arquivística.net. v. 3, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=3553>>. Acesso em: 02 julho 2017.

_____. Vinte anos da lei de arquivos: a questão da gestão de documentos. P. 9- 22. 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Coordenação – Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. Programa de Gestão Documental do IPHAN. Org. Francisca Helena Barbosa Lima e Zulmira Canário Pope – Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC, 2008. 156p.

Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/aplout/publicacao/cadepesdoc_5_ProgramaGestao_m.pdf Acesso em: 27 maio 2019.

ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119 p. Disponível em:

https://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf Acesso em: 27 julho 2018

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>>. Acesso em: 12out. 2016.

JERÔNIMO GONTIJO SILVA, Willian. A preservação do Patrimônio Documental Arquivístico da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. 2017. 379.p

KESSEL, Zilda. A construção da memória na Escola: um estudo sobre as relações entre memória, história e informação na contemporaneidade. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. Memória e memória coletiva.

Disponível

em:

<http://www.museudapessoa.net/biblioteca/pdf/artigomemoriacoletiva.pdf> Acesso em: 16 out 2016.

KETELAAR, ERIC. (Des) construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana. NEDEL, Letícia. (Org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

LARA, M.L.G. de. A representação documentária: em jogo a significação. São Paulo: USP. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1993.

LAMPERT, Sergio Renato. Repositório digital para o patrimônio arquivístico documental: subsídio para acesso e preservação do Diário de classe – 2013 – UFSM. 203p. (Dissertação de mestrado – Programa de pós-graduação profissional em Patrimônio Cultural).

Disponível

em:

<http://repositorio.ufsm.br/.../1/.../LAMPERT%2C%20SERGIO%20RENATO.pdf?...1...>

Acesso em: 20 jun 2019.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. História e memória. 5. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

_____. Memória. In: _____. História e memória. 7. ed. Revista - Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2013.

LE GOFF, Jacques. Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente. Petrópolis, RJ. Vozes. 2012.

LEME, Edson José Holtz. Universidade e arquivo: preservando a memória científica. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0293.pdf> Acesso em: 16 out. 2016.

LIMA, Rosangela de. SCHELBAUER, Analete Regina. Inventário de fontes documentais sobre a história do ensino primário rural em Cianorte-PR: percursos de uma investigação. Seminário de Pesquisa do PPE. Universidade Estadual do Maringá. Dez. 2015.

Disponível

em:

http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/99.pdf

Acesso em: 20 julh 2018.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002.

MAGALHÃES, Justino Pereira. Tecendo nexos: história das instituições educativas. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2004. 178p.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO. Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da informação. Recife: Néctar, 2011.

MALTEZ, Camila Rodrigues et al. Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. *Pedagogia em ação*, v.2, n.2, p. 1-117, nov. 2010 – Semestral. Disponível em: www4.pucminas.br/graduacao/.../ARE_ARQ_REVIS_ELETR20121204110023.pdf
Acesso em: 03 jan 2019.

MARIZ, Anna Carla Almeida. A informação na Internet: arquivos públicos brasileiros – Rio de Janeiro, 2012. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

MARTINS, Roberto de A. A memória científica nas Universidades: estratégias para a Preservação do patrimônio científico e tecnológico brasileiro. In. Encontro de Arquivos científicos. Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa, 2006.

MENESES, U. “O Objeto Material como Documento”. Reprodução da aula ministrada o curso Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas. IAB/CONDEPHAAT, 1980.

MERLO, Franciele; Konrad, Glaucia V. Ramos. DOCUMENTO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/18705/pdf_43
Acesso em: 20 julh 2018.

MESQUITA, Simone. CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E RESERVAS TÉCNICAS ainda um desafio para as instituições. p. 67 – 78. In: Preservação documental: uma mensagem para o futuro / Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (Organizador); prefácio, Naomar Monteiro de Almeida Filho. - Salvador: EDUFBA, 2012.

NASCIMENTO, Adalson, VENÂNCIO, Renato (Orgs). Universidades e Arquivos: gestão, ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012. 224p.

_____. BOTTINO, Mariza. Arquivo. Arquivo Universitário: sonho ou realidade? 2012. p. 23- 35.

NASCIMENTO. Flávia Brito. Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do IPHAN nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Séc. V.24. n.3. p.121-147. Set – dez 2016.
Disponível em: <http://www.dex.doi.org/101590/1982-02672016v24n0305>
Acesso em: 12 nov 2018.

NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p.: 29,7cm. Índice: p. 120-124. ISBN: 85-60207-02-3.

Diponível

em:

documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf

Acesso em 27 julho de 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, Revista do programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de história da PUC/SP. n 10, p 9-28, dez. 1993.

OCAMPO, Liana T.C. Curso de Mestrado em Administração de Centros Custurais: esquema conceitual, apontamentos. Memória & Cultura. Rio de Janeiro, v. 2, p. 1-8, 1991.

OLIVEIRA, Lúcia M. Velloso. OLIVEIRA, Isabel Cristina (Orgs). Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no séc. XXI. Rio de Janeiro: Associação dos arquivistas Brasileiros. 2013.

_____. SILVA, Sérgio Conde Albite. Preservação e Acesso da informação arquivística no Brasil Contemporâneo da produção do conhecimento á sua implantação.

ORIÁ, Ricardo. **Educação patrimonial**: conhecer para preservar. Disponível em: <http://www.aprendebrasil.com.br>. Acesso em: 30 out 2018.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto. 2001.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática – 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 288 p.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. Arquivos, memória e justiça: Gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul. 2011.

Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documentação. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Memória em disputa: a UNESCO e a patrimonialização de acervos documentais. Rio de Janeiro, 2018.

Disponível em:

www.unirio.br/cch/escoladehistoria/Tese-Hilario.Pereira-Versao.Final.pdf

Acesso em: 30 maio 2019

PEREIRA, Maria Juvanete da Cunha. O Arquivo Público enquanto lugar de memória. PPG –HIS/UNB, n.10, Brasília, 2006.

Disponível

em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/download/2625/2175>

Acesso em 20 maio 2018.

PEREIRA, Railane Antunes. Educação patrimonial: o papel social do arquivo Nacional. 2016. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145445/1/Railane.pdf>

Acesso em: 23 abril 2019.

PEREIRA, Valter José. MODOS DE VER, MODOS DE DAR A VER IMAGEM, VISÃO E COHECIMENTO. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Araraquara, v.13, n.2, p.673-687. Abr/jun/2018.

PEREIRO, Xerardo. Património cultural: o casamento entre património e cultura. ADRA: Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, Santiago de Compostela, n. 2, p. 23-41, 2006.

PINTO, Suely Lima de Assis. Museu e Arquivos como lugares de memória. In: Revista do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília & Interdisciplinaridade. Vol 11, n. 3, maio/junho de 2013.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro.vol.2,n3,1989,p.3-15.

POLLACK. Michael. Memória e Identidade Social. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v.5, n. 10, 1992, p.200-215.

PORTELLA, Viviane Portella de. Difusão virtual do patrimônio documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado, PPGPPC/UFSM, 2012. Disponível em:

http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1360344101.6_Dissertacao_versao_final.pdf

Acesso em: 03 jun. 2018.

PORTO, Daniela Miguéns. História e evolução do Arquivo: a exemplaridade da Torre do Tombo. Covilhã. 2013.

Disponível:

http://ubliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1836/1/dissertacao_daniela_porto.pdf

Acesso em: 03 jun 2018

PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO. UNESCO. Equipe da UNESCO no Brasil. 2017.

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and...to.../documentary-heritage/>

Acesso em: 20 out 2018

_____. Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Elaborado por Ray Edmondson. Ed. Ver. [S.1]: Divisão da Sociedade da Informação/Unesco, 2002. Disponível em:

<https://www.unesco.org/uy/informatica/mdm.pdf>.

Acesso em 20 julh 2018.

RANDALL, C. Jimerson. Arquivos para todos: A importância dos arquivos na Sociedade. Arq & Adm, Rio de Janeiro, v. 7. N 2, jul/ dez. 2008. 27 – 43p.

RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução: Allain François [et al]. Acmpinas, Sp. Editora da Unicamp. 2007.

RODRIGUES, Maria Carvalho. PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: CONCEITOS E DEFINIÇÕES. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. V.14. n1, p.110 – 125. Jan/abr 2016. Campinas SP. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846/pdf>

ROCKEMBACH, Moisés. DIFUSÃO EM ARQUIVOS: UMA FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA, INFORMACIONAL E COMUNICACIONAL. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015 .

Disponível em:

www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso.../AULA_5_Rockenbach.pdf

Acesso em 19 julho 2019.

ROSA, Tatiana Costa; LEILA, Adriana Baptaglin. O ACESSO À INFORMAÇÃO E AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NO ISNTITUTO DE RORAIMA: CONQUISTAS E DESAFIOS. Informação em Pauta. Fortaleza – CE, V. 2, n. 2, p 74 - 91, jul./ dez. 2017.

ROSSATO, Flávia H. Conrado. FLORES, Daniel. O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO: REFLEXÕES ACERCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Scientia Tec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS – Campus Porto Alegre, Porto Alegre, v. 2, n.3, p.35 – 47. Jul/dez. 2015.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SABADINI, Aparecida Angélica Z. Paulovic; VERÍSSIMO, Thiago Gomes; CADIDÉ, Ingrid; ADES, César. Preservação da Memória Institucional no Instituto de Psicologia da USP.2008. Disponível em:

<http://citrus.uspnet.usp.br/cmip/sites/default/files/SNBU.pdf>

Acesso em 29 de maio de 2019

SANTANA FILHO, Décio. Desafios para implantação da Gestão de Documentos na Universidade Federal de Alagoas. Revista do Arquivo. 2016

Disponível

em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/artigo_07.php

Acesso em 25 ago 2018.

SANTOS, Rita Rosana Dias dos. Instrumento de Pesquisa: meio de acesso a informação. RS. 2014. UFSM. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br> Acesso em 25 jun 2019.

SANTOS, Sara Orcelli. PROPOSTA DE AÇÕES DE DIFUSÃO PARA O ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE – RS. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio. UFSM. 2014. Disponível em: [https:// www.repositorio.ufsm.br/.../SANTOS](https://www.repositorio.ufsm.br/.../SANTOS) Acesso em 20 julho 2019.

SANTOS, Silvana A. S. dos Ontologias como domínio conceitual e planos de classificação arquivística: um estudo de caso sobre instituições federais de ensino superior / Silvana Aparecida Silva dos Santos. – 2010. 198 p.

SANTOS, Sônia Luiz Freitas dos. A AÇÃO CULTURAL EM ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: Uma Análise do Arquivo Geral da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

Disponível em: <https://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contets/documentos/145sonia>

Acesso em: 03 jun 2018.

SARAIVA, Natália de Lima. PEREIRA, Tânia Maria de Moura. PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E DIFUSÃO NA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS NACIONAIS. CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8., 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos. Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 646-660, out. 2018.

Disponível em: <http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp>. Acesso em 20 julh 2019.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos Modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCHWARTZ, JOAN M.; COOK, Terry. ARQUIVOS, DOCUMENTOS E PODER: A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA MODERNA. Registro Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba. Fundação Pró-Memória de Indaiatuba – SP. 2004. Tradução. NEVES.

SILVA. Gonçalves Ribeiro da (org). Preservação documental: uma mensagem para o futuro / Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (Organizador); prefácio, Naomar Monteiro de Almeida Filho. - Salvador: EDUFBA, 2012 130 p. il.

_____. TOUTAIN, Lidia Maria Brandão. REGISTRO DA MEMÓRIA SOCIAL E INSTITUCIONAL NO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO ICI-UFBA. 2012, p. 15 -21.

_____. MESQUITA, Simone. CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E RESERVAS TÉCNICAS: AINDA UM DESABAFO PARA AS INSTITUIÇÕES. 2012. 68 – 77p.

_____. PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. PARA PENSAR A INTERDISCIPLINARIDADE NA PRESERVAÇÃO ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINA. 2012. p- 23 - 40

SILVA, Margareth da. O ARQUIVO E O LUGAR: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos. Niterói. EDUFF. 2017. 208 p. (Série Nova Biblioteca, 17).

SILVA, Sergio Conde Albite. A preservação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008, 284p.

SILVA, Vera Lucia Gaspar. PETRY, Marília Gabriela. A Aventura de Inventariar: uma experiência no Museu da Escola Catarinense. Rev. Bras. Hist. Educ., Campinas – SP, v.11, n.1 (25) p.19-41, jan/abr.2011.

SILVEIRA, Ronie Alexsandro T.da Silva. Memória e escrita no Fedro de Platão. Cadernos de Ata da ANDOF, n.1, 2001, p.141-149.

SOUZA, Alina Oliveira de; MOURA, Cláudia Peixoto. Memória e Comunicação Institucional: a construção de relacionamentos com base em acervos. 2010. Disponível em:

http://www.pucrs.br/edipucrs/XISalaoIC/Ciencias_Sociais_Aplicadas/Comunicacao/82797-ALINAOLIVEIRADESOUZA.pdf Acesso em: 29 de maio de 2019.

SOUZA, Andréa do Prado. O documento fotográfico na organização do conhecimento: o processo de transcodificação na classificação arquivística. XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH Humanidades, Estado e desafios didático-científicos Londrina, 2016. Disponível em:

http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east1.amazonaws.com/socialsciencesproceedings/xi-sepech/gt1_158.pdf Acesso em: 09 julho 2016.

SOUZA, Nayara Cavalini. Documentos fotográficos no Arquivo: preservação, conservação, dissociação e acesso no Arquivo do Patrimônio (IPHAN/RJ). IPHAN: Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Nayara Cavalini. Verbete: Arquivo do Patrimônio. In: Dicionário do Patrimônio Cultural. IPHAN.

Disponível

em:

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/22/arquivo-do-patrimonio>

SPINOZA, Roberto Moreno. Accountability. In. CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de. GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga. AMABILE, Antonio Eduardo de Noronha. (Org) Dicionário de Políticas Públicas. Barbacena: EdUEMG, 2012

VOLPATO, Gilson Luíz. Ciência: da filosofia à publicação. São Paulo. Cultura acadêmica. 2013. 377 p.

WERLE, F. O. C. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (Orgs.). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR (PUCPR), (Palmas, PR), (UNICS), (UEPG), 2004. p. 13-36. (Coleção Memória da Educação).

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 26, n. 51, jan.-jun. 2006. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000100012> > Acesso em: 15 dez 2018.

ANEXO I:**Deliberação de Constituição do Arquivo Geral e Regimento da UFRRJ.**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO


DELIBERAÇÃO Nº 4, DE 23 DE MARÇO DE 1972.

O Conselho Universitário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tendo em vista a Deliberação tomada em sua Reunião de 23 de março de 1972, por seu Presidente, designado na letra c, do artigo 12, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 66.355, de 20 de março de 1970,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento Interno da Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


Fausto Alcaide
Presid. Conselho Universitário

/rcpc.

*Alterado pelo
Deliberação nº 25 de
9/8/72*

Dir
MAYARA DA SILVA
Secretaria do Conselho
Reitoria

REGIMENTO INTERNO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL

DO RIO DE JANEIRO

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - A Reitoria é o órgão executivo central que coordena, administra, fiscaliza e superintende todas as atividades da Universidade.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º - A Reitoria compreende:

- a) - Gabinete do Reitor;
 - 1) Chefia de Gabinete
 - 2) Assessoria
 - 3) Representante em Brasília
- b) - Procuradoria Jurídica;
 - 1) Procurador Geral
- c) - Assessoria de Planejamento;
 - 1) Assessoria
- d) - Assessoria Especial de Segurança e Informações;
- e) - Departamento de Pessoal;
 - 1) Divisão de Legislação e Controle de Cargos e Empregos
 - 1.1 - Seção de Cadastro, Lotação e Movimentação;
 - 1.2 - Seção de Legislação, Direitos e Deveres;
 - 1.3 - Seção de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos.

.2.

2) Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

2.1 - Seção de Recrutamento e Seleção;

2.2 - Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento.

f) - Departamento de Material e Serviços Auxiliares;

1) Divisão de Material

1.1 - Seção Administrativa;

1.2 - Seção de Controle.

2) Divisão de Patrimônio

2.1 - Seção de Registro Patrimonial;

2.2 - Seção de Tombamento e Baixa.

3) Divisão de Serviços Auxiliares

3.1 - Seção de Arquivo e Protocolo Geral;

3.2 - Portaria.

4) Almoxarifado Central

g) - Departamento de Contabilidade e Finanças

1) Divisão de Contabilidade

1.1 - Seção de Análise e Controle;

1.2 - Seção de Contabilidade.

2) Divisão de Administração Financeira;

2.1 - Seção de Execução Orçamentária;

2.2 - Seção de Execução Financeira.

h) - Departamento de Assuntos Estudantis e Registros Gerais;

1) Divisão de Assistência

1.1 - Seção de Bolsas;

1.2 - Restaurante Universitário;

1.3 - Casa do Estudante;

1.4 - Serviço Médico-Social.

2) Divisão de Matrículas

2.1 - Seção de Matrículas;

2.2 - Seção de Assentamentos.

.3.

3) Divisão de Registro Geral

- 3.1 - Seção de Expedição;
- 3.2 - Seção de Registro de Diplomas;
- 3.3 - Seção de Histórico Escolar.

i) - Departamento de Bibliografia e Divulgação

- 1) Biblioteca Central;
- 2) Serviço Fotográfico;
- 3) Serviço de Publicações.

j) - Prefeitura Universitária

- 1) Divisão de Serviços Gerais;
- 2) Divisão de Edifícios e Parques;
- 3) Divisão de Obras.

l) - Centro de Produção;

m) - Centro de Piscicultura e Pesca Continental.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Art. 3º - O Gabinete da Reitoria como órgão da assessoria imediata do Reitor compete prestar toda a assistência no desempenho dos encargos de orientação, coordenação, controle e supervisão das atividades da UFRRJ.

Art. 4º - A Procuradoria Jurídica como órgão técnico-administrativo, compete assistir o Reitor nos assuntos de natureza jurídica.

Parágrafo Único - A Procuradoria Jurídica será dirigida por um Procurador Geral, de livre escolha do Reitor.

Art. 5º - A Assessoria de Planejamento compete proporcionar o assessoramento ao Reitor na confecção de projetos e programas relativos ao trabalho evolutivo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

.4.

Parágrafo Único - A Assessoria de Planejamento será dirigida pelo Assessor de Planejamento, de livre escolha e designação do Reitor.

Art. 69 - A Assessoria Especial de Segurança e Informações compete exercer as atividades relacionadas com a segurança e informação, nos termos de legislação específica concernente a matéria.

Art. 79 - Ao Departamento de Pessoal, como órgão integrante do Sistema de Pessoal Civil da administração federal compete planejar e coordenar os serviços atinentes à administração de pessoal de todas as unidades da Universidade, bem como realizar estudos e promover medidas tendentes a racionalizar os serviços e proceder ao planejamento de medidas que visem ao aperfeiçoamento extra funcional dos servidores, desenvolvendo as atividades de gestão e execução das funções básicas de administração de pessoal.

Parágrafo Único - O Departamento de Pessoal atuará em perfeita articulação com os demais órgãos, de maneira a proporcionar total integração de administração na Universidade.

Art. 89 - Ao Departamento de Material e Serviços Auxiliares, compete orientar, executar, promover e superintender a execução das atividades relativas a material, patrimônio, serviços auxiliares e industriais.

Art. 99 - Ao Departamento de Contabilidade e Finanças compete assessorar, supervisionar e orientar as funções de orçamento e contabilidade dos órgãos integrantes da Universidade, realizando ou supervisionando a auditoria nesses órgãos, exercendo, ainda, as atividades de controle pertinentes ao cronograma de desembolso nos termos da legislação e normas gerais em vigor, mantendo atualizada a relação de responsáveis por valores e bens públicos, cujo rol transmitirá anualmente ao Tribunal de Contas da União e à Inspeção Geral de Finanças do Ministério da Educação e Cultura comunicando-lhes, trimestralmente, as alterações.

Art. 10 - Ao Departamento de Assuntos Estudantis e Registros Gerais, compete a organização e supervisão nos processos de registro e controle da vida escolar, da admissão e matrículas dos alunos, expedição e registro de Diplomas, atestados, boletins escolares, assistência estudantil relativa a bolsas casa do estudante, restaurante universitário, organização das equipes de Campus

.5.

Avançados, elaboração do Calendário Escolar e do catálogo escolar geral.

Art. 11 - Ao Departamento de Bibliografia e Divulgação compete promover a impressão e divulgação de trabalhos técnicos, didáticos, científicos, populares, bem como de outros de interesse da Universidade, mantendo, também, serviços de intercâmbio nacional e internacional, com organizações ligadas ao ensino e a pesquisa, cabendo-lhe, ainda, a aquisição e catalogação de todo o material bibliográfico.

Art. 12 - A Prefeitura Universitária, órgão incumbido de administrar o campus universitário compete executar reformas, restaurações e reparações dos próprios da Universidade, administrando e operando os serviços atinentes às instalações elétricas, hidráulicas, mecânicas, de gás, combustível, conservação das áreas verdes, mantendo, ainda, os serviços de policiamento, vigilância e tráfego.

Art. 13 - A competência dos órgãos integrantes dos Departamentos e da Prefeitura Universitária, constantes deste Regimento, será fixada em regimentos próprios, aprovados pelo Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ad referendum do Conselho Universitário.

UFRRJ., em 23 de março de 1972.

Fausto Aita Gai
Presidente do Conselho Universitário



DELIBERAÇÃO Nºs 4 e 5/72 - DE 23/3/72.

REUNIÃO DO CONS. UNIVERSIT.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
(EXPEDIDA P/TODOS OS CONS.)

1124 e 5

Professores:

1. DEBLANGY MACHADO DE ALMEIDA - Dir. Inst. Agronomia
Bom nome D. X.
 2. LUIZ CARVALHO ARAUJO - Dir. Instituto de Florestas
Muito obrigado a D. X.
 3. OCTACILIO PINTO C. DE SOUZA - Dir. Inst. Veterinária
Lúcia Silva de Souza 29/3/72
 4. EURICO CORTEZ - Dir. Inst. Zootecnia
Em 29/03/72 - Maria breia de Almeida
 5. EDITH RAMOS - Diretora do Inst. de Ciências Sociais
Ana Luiza Dantas Em 29/3/72
 6. ROBERTO ALVAHYDO - Dir. Inst. Mat., Física e Química
Roberto Alva Hydo
 7. JOSÉ LOBÃO GUIMARÃES - Dir. Inst. Biologia
Recebi em 29/3/72 - Lucy Oliveira de Paula Costa
 8. LAYETTE ESTELLITA R. DE MELLO - Dir. Inst. Tecnologia
Elmagalhães Em 29/3/72
 9. JADYR VOGEL - Repres. Congr. Curso Med. Veterinária
J. Vogel - 28-3/72
 10. MARIA ANTONIETTA A. MARINHO - Repres. C.L.C.A.
Recebi em 29/3/72 - Lucy Silva de Oliveira
 11. LUIZ ANTONIO BARRETO DE CASTRO - Repres. CNPq
Luiz Antonio Barreto de Castro Em 3/4/72
 12. ROMULO DE PAULA COSTA - Repres. do IPEACS
Maria Joana Lima - 29-3-72
- DELIBERAÇÃO Nº 5 (EXPEDIDA AOS ÓRGÃOS ABAIXO)
- 1ª MARIA HELENA DOS SANTOS MALLET - Coord. Inst. Educação
Recebi em 29/3/72 - Lucy Silva de Oliveira
 - 2ª HEITOR ALVES BARREIRA - Diretor da D.E.E. *3/4/72*
 - 3ª ARTHUR MOTRESOR DA SILVA CARNEIRO - Diretor da D.A.
João Benjamino 3-4-72 V. Verso
 - 4ª IRTON DA VEIGA MORENZ - Diretor da D.B.D. *3-4-72*

5. MOZART NOBRE DA SILVA - Chefe da Prefeitura Universitária

6. MARIENE DE LACERDA BAPTISTA - Diretora do C.T.E.D.

7. HEMETÉRIO FERNANDES DO RÊGO - Diretor do C.T.A.I.S.L.

8. ROMOLO CAVINA - Pres. do Cons. de Curadores

9. CHEFE DO POSTO DE PISCICULTURA -

10. APIANO SABINO DE MORAES - Resp. p/ SAE.

DEPARTAMENTOS

1. CHEFE DO DEP. DE BIOLOGIA ANIMAL - Eugenio Izecksohn

2. CHEFE DEP. DE BIOLOGIA VEGETAL - Cincinato Rory Gonçalves

3. CHEFE DEP. DE GENÉTICA - Alfredo Cesar do N. Filho

4. CHEFE DO DEP. CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS - Ezio Tavares Iff

5. CHEFE DO DEP. DE SOLOS

6. CHEFE DO DEP. HORTICULTURA - Luiz Antonio Barreto de Castro

7. CHEFE DO DEP. DE GEOLOGIA - Sebastião de Oliveira Menezes

8. CHEFE DO DEP. DE FITOTECNIA - Walter Francisco da Costa

9. CHEFE DO DEP. DE CLÍNICA VETERINÁRIA - José Previtera

10. CHEFE DO DEP. DE PATOLOGIA - Marcio Octavio Agnese

.2.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

11. CHEFE DO DEP. DE CIÊNCIA ECON. E SOCIAIS - Romolo Cavina
Ana Lucie Fontes Em 29/3/72
12. CHEFE DO DEP. DE ECONOMIA DO LAR
Ana Lucie Fontes Em 29/3/72
13. CHEFE DO DEP. DE LÍNGUAS - Walter Vergna
Ana Lucie Fontes Em 29/3/72
14. CHEFE DO DEP. DE TECNOLOGIA - Raphael A. Cresta de Barros
R Magalhães Em 29/3/72
15. CHEFE DO DEP. DE ENG. RURAL - Olegário Ramos
R Magalhães Em 29/3/72
16. CHEFE DO DEP. DE SILVICULTURA - Horácio Peres S. de Mattos
Alto Magalhães
17. CHEFE DO DEP. DE CIÊNCIAS PEDAGÓGICAS - Maria Cloris A. M.
Recebi em 29/3/72 - Ely Silva de Oliveira
18. CHEFE DO DEPAT. DE MATEMÁTICA E ESTAT - Homero R. Passos
Horacio Nascimento
19. CHEFE DO DEP. DE FÍSICA - Horácio Cintra de Magalhães Macedo
Horacio Nascimento
20. CHEFE DO DEP. DE QUÍMICA - José Carlos Sena Maia
Horacio Nascimento
21. CHEFE DO SETOR DE CONTABILIDADE - José Maria de Oliveira
Horacio Nascimento
22. CHEFE DO SETOR DE MATERIAL - Ademar Flores Teixeira Chaves
3/4/72
23. CHEFE DO SETOR DE PESSOAL - Aurélio Nascimento
03/04/72 - Rodrigues
24. CHEFE DA TESOUREARIA - Amaury de Magalhães
Em 3/4/72 - Magalhães
25. CHEFE DO ALMOXARIFADO
Ones Besno 29/3/1972
26. CHEFE DO SETOR DE AGRONOMIA - Alfredo Rocha
Alfredo Rocha
27. CHEFE DO SETOR DE VETERINÁRIA - Benedito Gomes de Abreu


28. CHEFE DO SERVIÇO DE DESPORTOS - *8*

Ely Silva de Oliveira em 29/3/72.

29-B - DIRETOR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - *3/4/72*

30-B - CHEFE DO HOSPITAL VETERINÁRIO - *30/3/72*

ANEXO II:**Ficha de inventário de Fontes Arquivísticas**

 UFRRJ <small>UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO</small>	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro SAPG – Seção de Arquivo e Protocolo Geral
FICHA DE INVENTÁRIO DE FONTES ARQUIVÍSTICAS	
Fundo/ Título:	Cód. Identificação: BR.RJ.UFRRJ.
Seção:	
Série:	Cód. Classificação:
Tipo Documental:	
História Administrativa:	
Descrição/ Caracterização da fonte:	
Produção/Autor:	Data-limite:
Gênero/Espécie Documental: <input type="checkbox"/> manuscrito <input type="checkbox"/> impresso <input type="checkbox"/> texto <input type="checkbox"/> cartografia <input type="checkbox"/> desenho <input type="checkbox"/> fotografia <input type="checkbox"/> gravura <input type="checkbox"/> sonoro <input type="checkbox"/> micrográfico Outros: _____.	

Conjunto documental: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto	Suporte: <input type="checkbox"/> papel <input type="checkbox"/> CD/DVD <input type="checkbox"/> microfilme <input type="checkbox"/> VHS <input type="checkbox"/> diapositivo Outros: _____.
Estado de Conservação: <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim	Observações do Estado de Conservação:
Dimensão/ Mensuração	
Acesso Restrito? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	
Idioma:	
Eliminação: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não	Temporalidade:
Observações;	
Fotografia do objeto:	
Localização/Arquivamento:	

ANEXO III:**Folder do Arquivo da UFRRJ.**

documentos antigos e frágeis.	tintas coloridas. O excesso de luz U.V danifica a fibra de celulose.
Mantenha as mãos sempre limpas.	Mãos sujas provocam manchas de gordura no papel.
Cuidado ao digitalizar livros e documentos fragilizados.	A eletrostática do scanner pode ocasionar rasgos.
Evite exposição dos documentos à luz solar.	A luz danifica capas, encadernações, papéis e tintas, numa reação fotoquímica.
Mantenha o ambiente sempre limpo e livre de poeira.	A poeira e a umidade favorece o desenvolvimento dos agentes biológicos sobre os materiais gráficos.
O acervo não deve ser exposto a altas temperaturas e umidades excessivas.	Acelera as reações químicas e favorecem a proliferação de micro organismos.
Não fume próximo aos documentos.	Os poluentes contribuem para a deterioração do papel, além do risco de incêndio.

Descarte de Documentos

Todo e qualquer documento só pode ser descartado após cumprirem seu prazo de guarda estipulado pelos Códigos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos das atividades meio e fim (Ifes), e pela avaliação da CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos desta Universidade e aprovação do Arquivo Nacional. Vale ressaltar, que deve-se fazer contato com as arquivistas da SAPG para uma visita técnica, para avaliar a documentação e dar as orientações de como proceder com o tratamento e/ou eliminação de documentos quando for necessário, a fim de seguirmos todos os trâmites legais.

Visita Técnica:

Solicitar visita técnica das arquivistas da SAPG, por meio de e-mail: protocolo@ufrrj.br ou por documento oficial.

Equipe**Chefe da SAPG:**

Carlos Alberto Gomes da Rocha

Arquivistas:

Daniele Costa da Silva
Glauce Cristina da Conceição Silva

Assistentes –Administrativos:

Carlos da Cruz
Cintia Abrunhosa Pinto Sada
José Carlos de Barros Feitosa
Jorge Luiz Sodré Iglesias
Mario Agostinho da Silva
Sueli da Silva Juvenal

Prestadores de Serviço

Luciana Fonseca Dias
Victor Domingos da Rocha

Anistiados

Adauto Manço Leal
Osélio Pereira da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS



UFRRJ

SAPG – SEÇÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO GERAL

ENDEREÇO

BR-465, Km 7, P1 – Prédio Principal, sala 08.
Seropédica-Rio de Janeiro
CEP. 23.897-000 Fone: (021) 2682-3045

protocolo@ufrrj.br
<http://institucional.ufrrj.br/protocolo>

2ª Edição: Julho/2016

Seção de Arquivo e Protocolo Geral – SAPG

Breve Histórico

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, em 1910 iniciou suas atividades com a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), no decorrer dos anos, novos cursos foram criados, com isso, novos alunos e novos servidores passaram a fazer parte do quadro da Universidade. Devido a este aumento, é notório o fato de que a produção documental cresceu de forma significativa e com ela a necessidade de um tratamento específico.

A Seção de Arquivo e Protocolo Geral – SAPG é responsável por toda a parte relacionada com arquivo e protocolo, tem por finalidade a centralização de documentos de arquivo, disseminação da informação, implementação das políticas arquivísticas, como por exemplo, controle pelo acesso, recuperação, recebimento, expedição de processos e documentos.

A SAPG passou a fazer parte do Regimento Interno da Universidade no dia 23 de março de 1972, através da Deliberação nº 4. Atualmente a Seção possui uma área de 587,39 metros², com 2.996 metros lineares de documentos que foram acumulados desde o ano de 1910 até os dias atuais, alguns desses documentos já poderiam ter sido eliminados, por terem cumprido seu prazo de guarda, outros deveriam estar na Seção, porém ainda estão nas áreas por falta de conhecimento da existência do Arquivo e/ou arquivistas na universidade.

Visão

Ser referência na organização, implementação, acompanhamento e registro das atividades arquivísticas na universidade, assegurando a disponibilização e a preservação dos documentos e das informações necessárias aos processos decisórios e a memória institucional.

Gestão de documentos

Entende-se por Gestão de Documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos nas fases corrente e intermediária, visando sua eliminação

ou recolhimento para guarda permanente. (Lei. 8.159/91)

A Importância do Arquivo na Instituição

Se deve ao aumento do volume documental que a mesma utiliza no exercício de suas atividades, por isso, a necessidade de estabelecer critérios de guarda e eliminação de documentos, quando estes já não são mais úteis para a instituição, critérios estes regulamentados pelas legislações arquivísticas.

O Papel do Arquivista na Instituição

Profissional que desempenha um importante papel na Instituição, tendo seu trabalho voltado para a valorização dos documentos, salvaguardando direitos e deveres, ajudando na constituição de uma história e no resgate da memória e da informação institucional.

Serviços desenvolvidos pela SAPG:

- Autuação, arquivamento e desarquivamento de processos;
- Recebe, cadastra e encaminha todas as correspondências destinadas a UFRRJ entregues pelo correio;
- Malote;
- Higieniza e restaura todos os processos que irão ser arquivados - retirada de grampos, bailarinas, recuperação de capas;
- Recebe pastas com os dossiês de alunos de todos os cursos;
- Pesquisas a processos, dossiês de alunos formandos e não formandos, servidores em geral;
- Organização e arquivamento de documentos;

- Avaliação documental de acordo com os códigos de classificação de documentos e tabelas de temporalidade de documentos das atividades-meio e fim;

Preservação de Documentos

A preservação de documentos consiste em medidas, estratégias administrativas e políticas operacionais, que contribuem direta ou indiretamente para a preservação e integridade dos materiais.

Segue abaixo alguns fatores que expressam os riscos e as consequências, caso não aja uma metodologia que busque preservar a documentação.

NORMAS	CONSEQUÊNCIAS
Evite fazer anotações utilizando canetas.	A tinta da caneta é antiestética e desfiguradora, a maioria das tintas são insolúveis e irreversíveis.
Não use saliva no dedo para virar as folhas dos processos e documentos.	A saliva provoca acidez no papel e se este estiver contaminado pode causar riscos a saúde.
Não sobre o livro ou documento para retirar alguma coisa.	A saliva provoca acidez no papel.
Não faça dobras para marcar páginas.	Dobras nas folhas provocam rompimento das fibras de papel.
Não apoie os cotovelos em cima dos processos de leitura.	Ao apoiar os cotovelos danifica a encadernação, provocando deformações.
Não faça refeições perto dos documentos.	As comidas sujam, mancham e atraem insetos.
Nunca tente remendar os documentos usando fitas adesivas.	As fitas adesivas provocam manchas na fibra de celulose.
Não coloque clipe metálico como marcador de páginas.	O metal com o decorrer do tempo se desenvolve no clipe e migra para o papel.
Evite tirar cópia de obras raras.	Esse tipo de cópia danifica a encadernação, os papéis e as

ANEXO IV:**Fotos do Arquivo Geral da UFRRJ**

Foto da Sala de atendimento ao público da SAPG – Seção de Arquivo e Protocolo Geral
Fonte: Daniele Costa da Silva



Foto da Sala de entrada do Arquivo Geral da UFRRJ
Fonte: Daniele Costa da Silva



Foto do Primeiro salão do Arquivo Geral da UFRRJ
Fonte: Daniele Costa da Silva



Foto do Segundo salão do Arquivo Geral da UFRRJ
Fonte: Daniele Costa da Silva



Foto do Segundo salão do Arquivo Geral da UFRRJ
Fonte: Daniele Costa da Silva



Foto do Segundo salão do Arquivo Geral da UFRRJ
Fonte: Daniele Costa da Silva